

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO EM FORÇAS
NACIONAIS DESTACADAS:
CASOS DO KOSOVO, AFEGANISTÃO E
REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA.
VERTENTE OPERACIONAL E LOGÍSTICA**

Coordenadores

Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Major de Transmissões Luís Alves Batista
Major de Material Tiago José Moura da Costa

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Outubro de 2019

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Papers, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 – Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAfS” para a configuração do constructo

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas comerciais

Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África

Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e Sensemaking
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar
- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves

- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueira Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
- 25 – A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI. Atas do Seminário de 09 de maio de 2017
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 26 – O Processo de Planeamento de Operações na NATO: Dilemas e Desafio
Coordenador: Tenente-coronel de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 27 – Órgãos de Apoio Logístico de Marinhas da OTAN
Coordenador: Capitão-tenente de Administração Naval Duarte M. Henriques da Costa
- 28 – Gestão do Conhecimento em Contexto Militar: O Caso das Forças Armadas Portuguesas
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 29 – A Esquadra de Superfície da Marinha em 2038. Combate de alta Intensidade ou Operações de Segurança Marítima?
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues

- 30 – Centro de Treino Conjunto e de Simulação das Forças Armadas
Coronel Tirocinado de Transmissões Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro
- 31 – Avaliação da Eficácia da Formação em Contexto Militar: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenadores: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 32 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974).
Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-coronel de Administração Domingos Manuel Lameira Lopes
- 33 – O Direito Português do Mar: Perspetivas para o Séc. XXI
Coordenadora: Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação (2.ª edição, revista e atualizada)
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 34 – Coreia no Século XXI: Uma península global
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 35 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume I
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 36 – O “Grande Médio Oriente” Alargado – Volume II
Coordenadores: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias Costa
- 37– As Forças Armadas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
Coordenador: Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos

Como citar esta publicação

Saramago, J. M. B., Batista, L. A., & Costa, T. J. M. (Coord.) (2019). *A Participação do Exército em Forças Nacionais Destacadas: Casos do Kosovo, Afeganistão e República Centro-Africana. Vertente Operacional e Logística*. Cadernos do IUM, 38. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins

Editor-chefe

Capitão-de-mar-e-guerra João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Soldado Rui Miguel da Silva Porteiro

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

Pré-Impressão e Acabamento

Sumário Colorido

Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º esq.

2970-703 Sesimbra

Tel: (+351) 932 696 712

E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-54546-7-9

ISSN: 2183-2129

Depósito Legal:

Tiragem: 150 exemplares

© Instituto Universitário Militar, outubro, 2019.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	xv
SECÇÃO 1: A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO EM FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS – VERTENTE OPERACIONAL	
1. O TEATRO DE OPERAÇÕES DO AFGANISTÃO: DAS ORIGENS DO CONFLITO À ATUALIDADE	1
1.1. INTRODUÇÃO	2
1.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	3
1.2.1. As Guerras Anglo Afegãs	3
1.2.2. A Linha Durand	4
1.2.3. A Invasão Soviética	5
1.2.4. Os Talibãs	6
1.2.5. Reconstrução do Afeganistão	7
1.3. CARATERIZAÇÃO GERAL DAS VARIÁVEIS OPERACIONAIS	7
1.3.1. Varável Política	8
1.3.2. Variável Militar	9
1.3.3. Variável Económica	10
1.3.4. Variável Social	11
1.3.5. Variável Informação	13
1.3.6. Variável Infraestruturas	14
1.3.7. Variável do Ambiente Físico	16
1.4. CARATERIZAÇÃO DA AMEAÇA	17
1.4.1. Os Talibãs	18
1.4.2. Al Qaeda	20
1.4.3. O Estado Islâmico da Província de Khorasan	22
1.4.4. Rede Haqqani	23
1.5. CONCLUSÕES	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
2. O TEATRO DE OPERAÇÕES DA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA – ATUAL AMBIENTE OPERACIONAL	35
2.1. INTRODUÇÃO	36
2.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	37

2.2.1. Período Pré-Colonial	37
2.2.2. Período Colonial	37
2.2.3. Período Pós-Colonial	38
2.2.4. RCA no Século XXI	38
2.3. CARATERIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS OPERACIONAIS	40
2.3.1. Ambiente Físico	40
2.3.2. Social	42
2.3.3. Político	43
2.3.4. Militar	44
2.3.5. Economia	46
2.3.6. Infraestruturas	48
2.3.7. Informação	49
2.4. AVALIAÇÃO DAS AMEAÇAS	50
2.4.1. Movimentos Rebeldes – Movimento <i>Seleka</i>	51
2.4.2. Movimentos Rebeldes – Movimento <i>anti-Balaka</i>	53
2.4.3. Movimentos Rebeldes – Movimento <i>ex-Seleka</i>	56
2.4.4. Outros Movimentos Rebeldes	60
2.4.5. Diagramas de Relações	62
2.5. CONCLUSÕES	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
3. AS FORÇAS TERRESTRES NA REPÚBLICA CENTRO- -AFRICANA, O CASO PORTUGUÊS	69
3.1. INTRODUÇÃO	70
3.2. ENQUADRAMENTO E CONCEPTUALIZAÇÃO GERAL	71
3.2.1. Enquadramento Histórico	71
3.2.2. Evolução das Forças Militares Internacionais na RCA	74
3.3. GERAÇÃO DA FND PARA A MINUSCA	76
3.3.1. Requisitos e Capacidades	77
3.3.2. Estrutura Operacional da FND MINUSCA	79
3.4. PREPARAÇÃO, PROJEÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA FND PARA A MINUSCA	81
3.4.1. Preparação	81
3.4.2. Projeção	82
3.4.3. Sustentação	83
3.4.4. Lições Identificadas	84
3.5. EMPREGO DAS FORÇAS PORTUGUESAS NA MINUSCA	85
3.5.1. Atividade Operacional	85

3.5.2. Lições Identificadas	86
3.6. CONCLUSÕES	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
SECÇÃO II: A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO EM FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS – VERTENTE LOGÍSTICA	
4. A PROJEÇÃO/RETRAÇÃO DE UMA FORÇA NACIONAL DESTACADA	93
4.1. INTRODUÇÃO	94
4.2. ENQUADRAMENTO	95
4.3. PROCESSO TEÓRICO	98
4.3.1. Responsabilidade no Exército	98
4.3.2. Visão da Organização das Nações Unidas	99
4.3.3. Visão da Organização do Tratamento do Atlântico Norte	99
4.3.4. Iniciativas Miltinacionais de Transporte Estratégico	100
4.3.5. Síntese Conclusiva	102
4.4. ESTUDOS DE CASO	103
4.4.1. Projeção da FND para a RCA em janeiro de 2017	103
4.4.2. Retração da FND presente no Kosovo em 2017	107
4.4.3. Síntese Conclusiva	110
4.5. CONCLUSÕES	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
5. A ATIVIDADE DE RECEÇÃO, ESTACIONAMENTO E MOVIMENTO EM APOIO A UMA FORÇA NACIONAL DESTACADA	117
5.1. INTRODUÇÃO	118
5.2. ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO	120
5.2.1. Orgazização	120
5.2.2. Funções e Responsabilidades	122
5.2.3. Princípios	123
5.2.4. Fases	124
5.2.5. Retração	125
5.2.6. Síntese Conclusiva	126

5.3. A RETRAÇÃO DA ÚLTIMA FORÇA NACIONAL DESTACADA NO KOSOVO	127
5.3.1. “Desempenhamento”	128
5.3.2. Movimento para a Retaguarda	128
5.3.3. Estacionamento Recuado	129
5.3.4. Expedição	129
5.3.5. Síntese Conclusiva	130
5.4. PROJEÇÃO DA PRIMEIRA FORÇA NACIONAL DESTACADA PARA A REPÚBLICA CENTRO-ÁFRICANA	131
5.4.1. Receção	133
5.4.2. Estacionamento	134
5.4.3. Movimento para a Frente	135
5.4.4. Integração	136
5.4.5. Síntese Conclusiva	136
5.5. CONCLUSÕES	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
6. A SUSTENTAÇÃO DE UMA FORÇA NACIONAL DESTACADA	143
6.1. INTRODUÇÃO	144
6.2. REVISÃO DE LITERATURA	145
6.2.1. Enquadramento Logístico no âmbito OTAN	146
6.2.2. Enquadramento Logístico no âmbito ONU	148
6.3. O APOIO LOGÍSTICO DAS FND NO TO DO KOSOVO	151
6.3.1. Reabastecimento	152
6.3.2. Manutenção	156
6.3.3. Serviços	157
6.3.4. Síntese Conclusiva	158
6.4. O APOIO LOGÍSTICO DAS FND NO TO DA RCA	158
6.4.1. Reabastecimento	159
6.4.2. Manutenção	163
6.4.3. Serviços	163
6.4.4. Síntese Conclusiva	164
6.5. ANÁLISE DOS MODELOS DE APOIO LOGÍSTICO	165
6.4.1. Reabastecimento	165
6.4.2. Manutenção	166
6.4.3. Serviços	167
6.6. CONCLUSÕES	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

NOTA INTRODUTÓRIA

Jorge Manuel Barreiro Saramago

Brigadeiro-general
Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar
Diretor dos Serviços de Pessoal
Direção de Serviços de Pessoal
saramago.jmb@mail.exercito.pt

Luís Alves Batista

Major de Transmissões
Licenciado (pré-Bolonha) em Ciências Militares pela Academia Militar
Docente da Área de Ensino Científico Específico do Exército
Instituto Universitário Militar
batista.la@ium.pt

Tiago José Moura da Costa

Major de Material
Licenciado (pré-Bolonha) em Ciências Militares pela Academia Militar
Docente da Área de Ensino Científico Específico do Exército
Instituto Universitário Militar
costa.tjm@ium.pt

De acordo com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013, documento enquadrante do emprego das Forças Armadas Portuguesas, a segurança nacional extravasa as fronteiras territoriais do Estado, sendo uma responsabilidade coletiva das democracias, e consequentemente de Portugal, a participação na redução dos fatores de instabilidade globais. Neste âmbito, este documento também define, como uma das linhas de ação na política internacional por parte do Estado Português, a participação em missões militares internacionais na defesa da paz e da segurança, nomeadamente no quadro das Nações Unidas, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia.

Face ao referido, é assim determinante a participação de forças do Exército em missões no exterior, sob a égide das organizações internacionais de que Portugal faz parte, para consolidar o estatuto de coprodutor de segurança internacional.

Atualmente o Exército Português participa neste esforço, em termos de Forças Nacionais Destacadas (FND), com uma FND na República Centro-Africana (RCA), integrada na missão das Nações Unidas - *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA), e com uma FND no Teatro de Operações (TO) do Afeganistão integrada na missão da OTAN – *NATO Resolute Support Mission in Afghanistan* (RSM), sendo esta FND um regresso a este TO após uma presença portuguesa anterior de 12 anos. Para além

destes dois teatros, Portugal retraiu recentemente uma FND do TO do Kosovo, após uma presença de 18 anos nesse território.

Decorrente do exposto, a presente publicação pretende abordar um conjunto de temáticas envolvendo o emprego de forças do Exército Português, em que se procura caracterizar e analisar a sua participação nestes TO, quer numa vertente operacional, com o estudo do ambiente operacional, ameaças presentes e participação das forças portuguesas nestes TO, quer numa vertente logística, com a análise da projeção e retração de uma FND, das atividades de receção, estacionamento e movimento (REM) e da sua sustentação, problemáticas que não só se revelam relevantes como pertinentes, atuais e de importância fundamental para o sucesso de qualquer operação militar. Deste modo, ao longo do ano letivo de 2017/18, os discentes do Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército – Armas e Serviços (CPOS-E A/S), tiveram a oportunidade de desenvolver Trabalhos de Investigação de Grupo (TIG) no âmbito da Unidade Curricular – Áreas Funcionais, envolvendo estas temáticas.

Os TIG caracterizaram-se pelo recurso ao desenho de pesquisa tipo estudo de caso, tendo como objeto de estudo a participação de FND do Exército nos TO do Kosovo, Afeganistão e RCA, permitindo assim, em linha com o desiderato da presente publicação, analisar e caracterizar alguns dos TO referidos, a atuação das forças terrestres nesses TO e a aplicação de alguns conceitos doutrinários de âmbito logístico pelo Exército em operações reais.

Esta obra, “A Participação do Exército em Forças Nacionais Destacadas: Casos do Kosovo, Afeganistão e República Centro-Africana – Vertente Operacional e Logística”, encontra-se organizada em duas secções.

Na Secção I, “A participação do Exército em Forças Nacionais Destacadas – Vertente Operacional”, constituída por três artigos, analisam-se os TO do Afeganistão e da RCA, por serem aqueles em que, como referido anteriormente, o Exército mantém atualmente FND em operações. Os dois primeiros artigos fazem um estudo das variáveis do ambiente operacional e da ameaça presente no TO no qual as FND desenvolvem as suas atividades para se perceber o enquadramento do seu emprego nesses países. O terceiro artigo analisa o emprego operacional das FND que operam ou operaram no TO da RCA no âmbito das tarefas que lhes estão atribuídas, bem como das suas capacidades para fazer face a essas mesmas tarefas.

A Secção II, “A participação do Exército em Forças Nacionais Destacadas – Vertente Logística”, constituída igualmente por três artigos, tem como estudo de caso os TO do Kosovo e RCA. O TO do Kosovo foi escolhido por ser, conforme referido anteriormente, um teatro no qual Portugal participou durante um período de 18 anos, tendo recentemente feito a sua retração do mesmo, o que proporcionou

um elevado conjunto de dados e experiências passíveis de estudo. No caso do TO da RCA, este foi seleccionado por ser o TO mais recente de atuação do Exército Português, com a consequente necessidade de projeção e sustentação serem ainda experiências novas, perspetivando-se uma manutenção do mesmo. Sendo assim, no primeiro artigo, estuda-se a projeção para a RCA e a retração do Kosovo, de modo a perceber as dificuldades sentidas nesses movimentos e possibilidades de melhorias. O segundo artigo trata das atividades de REM de uma FND, utilizando os TO do Kosovo e RCA para analisar estas atividades, enquanto parte, respetivamente, da retração ou projeção de uma FND. Finalmente, o terceiro artigo analisa a sustentação logística das FND nesses dois TO, aproveitando, tal como referido, por um lado o vasto manancial de dados disponíveis no que se refere ao TO do Kosovo, e, por outro, a novidade e dificuldades naturais sentidas quando se inicia uma operação num novo TO como é o caso da RCA.

SECÇÃO I

**A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO EM FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS –
VERTENTE OPERACIONAL**

1. O TEATRO DE OPERAÇÕES DO AFGANISTÃO: DAS ORIGENS DO CONFLITO À ATUALIDADE

Autores

CAP ENG Rui Manuel Pereira Cruz
CAP INF Carlos Eduardo Bernardo Oliveira
CAP INF Hilário Diogo Da Silva Costa
CAP ART Bruno Henrique Cruz Veríssimo

Orientador

TCOR INF Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema “O Teatro de Operações do Afeganistão das origens do conflito à atualidade”, tendo como objetivo geral a caracterização deste Teatro de Operações, onde operam militares do Exército Português. O Afeganistão tem sido palco de inúmeras disputas e conflitos ao longo da história com eco nos dias de hoje, marcando os acontecimentos e instabilidade da atualidade. Para compreender a realidade atual deste complexo ambiente operacional é necessário, para além de um enquadramento histórico, analisar discriminadamente as suas variáveis operacionais e caracterizar as principais ameaças. Culminando numa base de conhecimento sobre o ambiente operacional do Afeganistão, este trabalho demonstra como este país foi e continua a ser o palco de conflitos de interesses geoestratégicos entre Ocidente e Oriente, com diversas ameaças capazes de realizar operações de grandes dimensões e espalhar o terror. Constata-se ainda que continua socialmente dividido e dependente do apoio internacional ao nível político, militar e económico.

Palavras-chave: Afeganistão, Talibãs, Al Qaeda, Estado Islâmico-Província de Khorasan, Rede Haqqani.

ABSTRACT

The present work has the theme “The Theatre of Operations of Afghanistan from the origins of the conflict to the present time”, and its main objective is the characterization of this Theatre of Operations, where the Portuguese Army operates. Afghanistan has been the scene of numerous disputes and conflicts throughout history, shaping the events and instability of today. In order to understand the current reality of this complex operating environment, it is necessary to set a historical framework, to analyse its operational variables and to characterize the main threats. This work culminates in a knowledge base on Afghanistan’s operational environment, and

demonstrates how this country has been and continues to be the scene of geo-strategic conflicts of interest between West and East, with numerous threats capable of carrying out large operations and spreading terror. It is also observed that it remains socially divided and politically, militarily and economically dependent on international support.

Keywords: *Afghanistan, Taliban, Al Qaeda, Islamic State Khorasan Province, Haqqani Network.*

1.1. INTRODUÇÃO

A história diz-nos que todo o tipo de operações militares, principalmente as que envolvem combate, sempre foram difíceis. No entanto, o ambiente operacional atual desafia-nos cada vez mais com circunstâncias geopolíticas complexas e interligadas, o esbater da separação entre combatentes e civis, mudanças rápidas de tecnologia e adversários adaptativos que possuem uma maior variedade de capacidades e a vantagem ideológica de “jogarem em casa” (Rudesheim, 2011). Desta forma, é cada vez mais importante para o sucesso de uma operação militar conhecer o Teatro de Operações (TO) onde se opera ou se planeia operar.

O Afeganistão tem sido palco de diversos conflitos ao longo da sua história, com acontecimentos a provocar instabilidade de nível mundial que se mantêm na atualidade. Tendo em consideração a participação atual e futura do Exército Português neste TO, considera-se que o seu estudo é pertinente, relevante e atual.

O objeto desta investigação é o atual TO do Afeganistão, sendo que o estudo das causas e antecedentes que conduziram ao conflito que atualmente se vive neste país estará delimitado ao período de tempo com impacto relevante no mesmo, que se considera ser desde a colonização britânica à atualidade¹.

A caracterização deste ambiente operacional delimita-se ao espaço físico do Afeganistão e atores aí presentes, restringindo-se o estudo da ameaça às mais relevantes, designadamente, aos Talibãs, à Al Qaeda, ao Estado Islâmico-Província de Khorasan e à rede Haqqani.

O objetivo geral da investigação é caracterizar o TO do Afeganistão, para compreender e desenvolver uma base de conhecimento sobre o ambiente operacional onde, desde 2005, operam os militares do Exército Português, com o envio da primeira Quick Reaction Force (QRF)² e, atualmente, a Força Nacional Destacada que, em maio

¹ Apesar de referências mais recentes, o trabalho delimita-se até 2014, ano em que as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) iniciam um abrandamento das operações militares no Afeganistão e do aparecimento do *Islamic State Khorasan Province* (ISKP).

² A QRF foi a primeira força constituída do Exército Português no Afeganistão, mas as Forças Armadas Portuguesas já participam neste TO desde 2002, com uma equipa sanitária conjunta, constituída por oito elementos dos três ramos (Rodrigues, 2011).

de 2018 se constituiu como Força de Reação Rápida, com a missão de contribuir para a segurança do Aeroporto Internacional Hamid Karzai, em Cabul.

Caraterizar um TO e o seu ambiente operacional requer muito mais que um mero conhecimento do terreno. É necessário conhecer as pessoas, as causas profundas do conflito, a história e a cultura do povo. Desta forma, esta investigação inicia-se com um enquadramento histórico do conflito para compreensão das suas causas e antecedentes.

Tendo em conta a multiplicidade de condições e circunstâncias que definem um ambiente operacional e a sua contínua mutabilidade, considera-se necessário, para além da contextualização histórica, a sua análise através de ferramentas que o permitam caraterizar. Posto isto, o segundo capítulo desta investigação, procura a utilização destas ferramentas que, de acordo com a doutrina nacional e de referência, são as seis variáveis operacionais inter-relacionadas: política, militar, economia, social, informação e infraestruturas (PMESII). As forças terrestres consideram ainda o ambiente físico e o tempo disponível embora esta última não seja utilizada neste estudo, não se considerando relevante para o mesmo (Exército Português, 2012).

Outra vantagem da utilização das variáveis operacionais é que estas permitem não só caraterizar os aspetos militares do ambiente operacional, mas também a influência da população no mesmo (Headquarters Department of The Army, 2008). Isto reveste-se de particular importância neste TO pois é no seio da população onde opera e se dilui a ameaça. Trata-se dum ambiente operacional muito complexo, onde a ameaça não é facilmente reconhecível e se esconde entre a população e onde estão presentes diversificados atores, ao nível local, regional, nacional e internacional. No terceiro e último capítulo, apesar desta pluralidade de atores, considera-se que para o objetivo deste trabalho é relevante analisar apenas as ameaças tidas como as mais prementes neste TO, já referidas anteriormente, com recurso às atuais ferramentas de análise empregues no Estudo do Espaço de Batalha pelas Informação da Contrainsurgência³.

1.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1.2.1. As Guerras Anglo Afegãs

No século XVIII, o estado afegão, fundado por Ahmad Shah, assiste às ascensões dos impérios britânico e russo na região. Até aqui o que era uma região sem interesse estratégico para os britânicos adquire importância como uma região tampão ao avanço da influência russa. Os sucessivos confrontos políticos entre os impérios britânico e russo durante o século XIX ficaram conhecidos como o “Grande Jogo” e culminaram nas três guerras anglo-afegãs (Britannica, 2014b).

³ Contrainsurgência: uma forma complexa de estabilização, utilizando todos os instrumentos de poder disponíveis para criar um ambiente seguro e permitir a promoção da governação legítima e estado de direito (Exército Português, 2018).

Os esforços dos britânicos para o alcance de acordos diplomáticos dos afegãos com os russos, através de Dost Mohammad Kan, não conseguiram evitar a invasão persa, a fim de conquistar a cidade de Herat. Em 1839, perante a instabilidade política que se vivia na região, o exército anglo-indiano invade o Afeganistão, conquista as principais cidades e retira do poder Dost Mohammad na intenção de colocar um governo afegão sob a sua influência política. A influência britânica no poder afegão durou três anos, desenvolvendo-se desde então um sentimento nacional antibritânico que perduraria durante décadas, mesmo após as guerras de 1878 e 1919 (Alkhateeb, 2014).

Em 1878 inicia-se a Segunda Guerra Anglo-Afegã com uma luta fratricida entre os descendentes diretos do Emir Dost Muhammad Kan (falecido em 1963) e que provocou, durante mais de uma década, conflitos sociais internos desestabilizadores para o país (Britannica, 2014b).

A Terceira Guerra Anglo-Afegã inicia-se no reinado de Amanullah Khan a 6 de maio de 1919, que, ao declarar a independência do Afeganistão, provocou a declaração de guerra com o Império Britânico, terminando com um armistício em 8 de agosto de 1919 (Britannica, 2014a).

1.2.2. A Linha Durand

A Linha Durand (Figura 1) foi estabelecida em 12 de novembro de 1893, após a assinatura de um acordo, entre o Emir do Afeganistão Abdur Rahman Khan e o ministro das Relações Exteriores da Índia Britânica, Henry Mortimer Durand, sob o pretexto da delimitação das fronteiras do território afegão e a segurança territorial da Índia dos possíveis avanços expansionistas por parte das forças russas (Britannica, 2015).



Figura 1 – A Linha Durand

Fonte: Ahmed (2017).

A constituição desta fronteira atravessava por completo as terras tribais do povo Pashtun - entre a planície do Rio Indus e as montanhas do Hindu Kush - e estabeleceu o Afeganistão como um Estado “tampão” entre as zonas de influência britânicas e russas na Ásia Central, como resultado do “Grande Jogo” entre os dois impérios. Esta fronteira tornar-se-ia num problema político e militar para o resto do período da ocupação britânica até à independência do Paquistão em 1947 (Britannica, 2015).

Até ao presente, os dois países nunca assinaram um acordo sobre esta fronteira comum e o Afeganistão nunca reconheceu a legitimidade dessa fronteira internacional, criando um “vácuo” étnico e territorial entre ambos os países (Britannica, 2015).

Historicamente, os Pashtuns são o maior povo étnico que habita a região compreendida entre a planície do Rio Indus e as montanhas do Hindu Kush em ambos os territórios do Afeganistão e Paquistão (Britannica, 2015).

1.2.3. A Invasão Soviética

No seguimento de uma grave crise económico-social, em 17 de julho de 1973, o ex-primeiro-ministro Mohammad Khan, através de um golpe de estado pacífico, aboliu a monarquia, revogou a constituição de 1964 e declarou o Afeganistão como um estado democrático (Britannica, 2014c).

Em 27 de abril de 1978, o Partido Democrático do Povo do Afeganistão (PDPA), liderado por Nur Mohammad Taraki, Babrak Karmal e Amin Taha, derruba o governo de Mohammad Daoud e assassina-o juntamente com todos os membros da sua família num sangrento golpe militar conhecido como a “Revolução de Saur” (ADST, 2017).

Até 1992, o regime do PDPA, financiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), adotou uma ideologia liberal e marxista-leninista, criando várias reformas desde os direitos sociais à reestruturação agrária do país (ADST, 2017).

Com o clima de instabilidade social, política e militar do Afeganistão, os Estados Unidos da América (EUA), em pleno período de Guerra Fria com a URSS, iniciam um projeto de financiamento e treino secreto dos *Mujahidins* para a realização de ações de guerrilha contra as forças governamentais afegãs e soviéticas, através do serviço secreto paquistanês conhecido como *Inter Services Intelligence* (Bilard Jr, 2010).

A 27 de dezembro de 1979, a URSS invade o Afeganistão, com um exército com cerca de cem mil soldados a fim de apoiar as fações governamentais contra os amotinados fundamentalistas islâmicos *Mujahidins*. Por detrás dos *Mujahidins* estavam os EUA, que fomentavam o financiamento e fornecimento de material militar a esses grupos. Este apoio perdurou até 1989, aquando da saída decisiva

da intervenção militar da URSS no Afeganistão, derivada da crescente pressão internacional. A invasão soviética teve como resultado a morte de cerca de seiscentos mil a dois milhões de afegãos e o deslocamento de milhões de refugiados para países vizinhos (Britannica, 2017c).

1.2.4. Os Talibãs

Em 1994, os grupos Talibãs surgem em força no Afeganistão, constituídos por membros que cresceram e aprenderam táticas de guerrilha em campos de refugiados no Paquistão e que se constituem como uma alternativa ao passado tenebroso e indefinido que o país atravessava. Estas ideologias criaram na população as expectativas de que os Talibãs acabariam com o constante estado de guerra interno e com os abusos dos senhores da guerra (Encyclopedia, 2016).

Controlando grande parte do Afeganistão durante cinco anos, o regime Talibã, que se intitulava o “Emirado Islâmico do Afeganistão”, ganhou o reconhecimento diplomático de três países: Paquistão, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Os seus objetivos declarados eram impor a lei islâmica e alcançar um estado de paz (Encyclopedia, 2016).

Como um movimento político e militar contra a invasão soviética do Afeganistão, os Talibãs foram portadores do ideal político-religioso de recuperar todos os aspetos principais do Islão (cultural, social, jurídico e económico) e da criação de um Estado teocrático baseado numa interpretação fundamentalista da xaria (Encyclopedia, 2016).

Sob o governo Talibã, o país transformou-se no epicentro de conflitos regionais, com o Irão, a Índia, a Rússia e os EUA em primeiro plano (Encyclopedia, 2016).

Os EUA exigiam a extradição do milionário saudita Osama Bin Laden (Britannica, 2017a), responsabilizado pelos ataques terroristas nas suas embaixadas no Quênia e na Tanzânia. Como retaliação por estes atentados, em agosto de 1998, foram bombardeados campos afegãos do grupo terrorista da Al Qaeda (Britannica, 2017b).

Em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) impõe sanções económicas crescentes ao país até que o regime Talibã entregue voluntariamente Osama Bin Laden para ser julgado em tribunal internacional pelos sucessivos atos terroristas levados a cabo sobre civis e entidades internacionais (Notablebiographies, 2009).

Com o regime Talibã a proteger Bin Laden e as bases da Al Qaeda no território, o país é invadido e o regime é derrotado e destituído do poder político (Britannica, 2017a).

1.2.5. Reconstrução do Afeganistão

Através da ONU, a 5 de dezembro de 2001, e depois do governo Talibã deposto, foi designado um governo provisório liderado por Hamid Karzai com autoridade para governar por dois anos, sendo confirmado como chefe de estado a 9 de outubro de 2004, na primeira eleição presidencial direta na história do Afeganistão (GlobalSecurity, 2017).

Ainda em dezembro de 2001, a Força Internacional de Assistência para Segurança (ISAF) é criada pelo Conselho de Segurança da ONU para ajudar o novo governo a oferecer segurança ao povo afegão contra a crescente reorganização dos grupos Talibãs.

Em 2003, a OTAN assume o controlo da ISAF e inicia-se a reconstrução do Afeganistão financiada pela comunidade internacional.

Em 2005, os Talibãs iniciam a sua reorganização em força estendendo a sua influência a todas as províncias do Sul e centro do país (GlobalSecurity, 2017).

Em 2014, as forças da OTAN iniciaram um abrandamento das operações militares no Afeganistão, apesar de o novo governo eleito democraticamente, liderado pelo presidente Ashraf Ghani, ainda enfrentar divisões internas e uma insurgência cada vez mais ativa, cujos alvos continuam a ser os civis e os ataques em massa para provocar a destabilização política, económica e social de um país que tarda em se reerguer (Encyclopedia, 2016).

1.3. CARATERIZAÇÃO GERAL DAS VARIÁVEIS OPERACIONAIS

A República Islâmica do Afeganistão tem uma população de cerca de 34 milhões de habitantes e o seu índice de desenvolvimento é um dos mais baixos do mundo. Para além de sofrer com uma grande instabilidade política e vários conflitos nas últimas décadas, é um país propenso a desastres naturais, tais como terremotos, cheias, avalanches e secas. Como consequência, os meios de subsistência tornaram-se extremamente frágeis e voláteis, fazendo com que grande parte da população procure refúgio no estrangeiro, sobretudo no Paquistão e no Irão, ou esteja bastante dispersa internamente. A população, repartida por diferentes etnias, tribos e religiões, nem sempre consegue beneficiar da ajuda internacional de que dependem em grande parte devido a uma fraca governação. Isto leva a que muitos afegãos atribuam a culpa do aumento da corrupção e criminalidade no país à assistência externa, dificultando o trabalho das agências internacionais no terreno. Em 2014, com a retirada das forças militares internacionais, a violência relacionada com o conflito intensificou-se, aliada às eleições presidenciais que levaram a várias tensões políticas importantes, contribuindo para a deterioração generalizada da segurança interna (Context Analysis - DGD, 2015).

Tendo em conta esta complexa realidade, apresenta-se neste capítulo uma caracterização do ambiente operacional do Afeganistão através da análise das variáveis operacionais.

1.3.1. Variável Política

O Afeganistão é uma República Islâmica Presidencial, composta por 34 províncias (Figura 2) e tem Cabul como capital. O seu Chefe de Estado é, desde setembro de 2014, o Presidente Ashraf Ghani Ahmadzai. A Assembleia Nacional é composta por duas Câmaras, a Meshrano Jirga ou Casa dos Anciãos (102 assentos) e a Wolesi Jirga ou a Câmara das Pessoas (249 assentos). A constituição permite ainda ao governo convocar uma *Loya Jirga* constitucional, sobre questões de independência, soberania nacional e integridade territorial (CIA, 2017). É uma estrutura tradicional afegã, que inclui todas as pessoas influentes do país, representando todos os poderes assim como todas as etnias e as duas fações do Islão (Baptista, 2006).



Figura 2 – Províncias do Afeganistão
Fonte: Adaptado a partir de Hernandez (2009).

O sucesso da democracia depende tanto do apoio internacional como da confiança popular no sistema democrático, assim como dos mecanismos legais, administrativos e constitucionais necessários para viabilizar um sistema multipartidário democrático. Além disso, os grupos religiosos, os grupos étnicos, líderes tribais e os Talibãs criam pressão política, exercendo em muitos locais a governação (Baptista, 2006).

1.3.2. Variável Militar

O Exército Nacional Afegão é composto por seis Corpos de Exército e uma Divisão (Figura 3). Tem um efetivo de 171.100 militares, incluindo 7.100 da Força Aérea e 820 mulheres distribuídas pelos dois ramos.

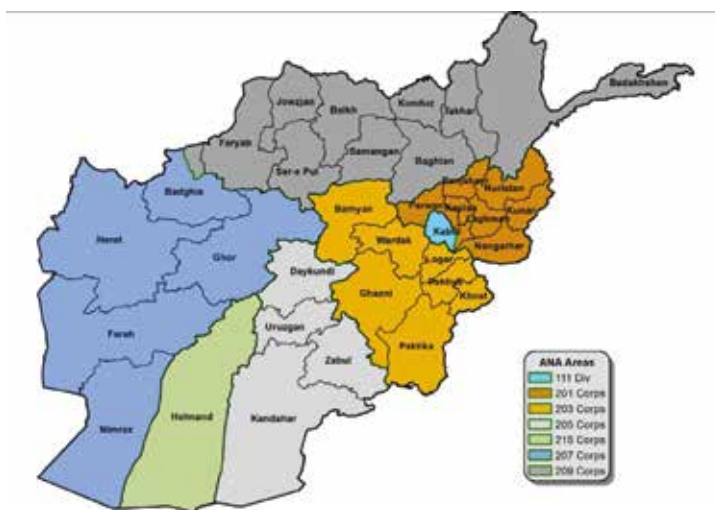


Figura 3 – Dispositivo Territorial do Exército Afegão

Fonte: DoD (2016).

A Força Aérea é responsável por garantir mobilidade aérea e ataque aéreo próximo em todo o Afeganistão e está organizada em três Brigadas de Aviação. Dispõe de um total de 104 aeronaves, sendo a sua frota constituída por C-208, C-130 e A-29, no que diz respeito a aeronaves de asa fixa e por Mi-35, Mi-17, MD-530 e Cheetahs de asa rotativa. O Exército, juntamente com a sua componente aérea, encontra-se num processo de transformação e desenvolvimento. O apoio internacional é fundamental, não só para o fornecimento dos equipamentos e tecnologia, mas também para a formação do pessoal. Nos últimos anos, fruto desta cooperação internacional, o Exército tem assumido mais autonomia chegando inclusivamente a executar ações, sem qualquer assistência, para a resolução de conflitos internos (DoD, 2016).

No que diz respeito à Polícia Nacional Afegã, esta é composta por 157.000 agentes. A sua missão é manter a ordem civil; reduzir a corrupção; prevenir o cultivo, produção e contrabando de narcóticos ilegais e garantir a segurança das pessoas e da comunidade e a salvaguarda dos direitos e liberdades legais. É reconhecido que a polícia se encontra de forma geral mal treinada e mal equipada.

Os chefes de polícia provinciais e outras autoridades locais muitas vezes utilizam a polícia para missões fora do seu âmbito de atuação. Além disso, os seus membros são frequentemente influenciados por pessoas importantes locais ou empregadas como guarda-costas pessoais (DoD, 2016).

1.3.3. Variável Económica

O Afeganistão está a recuperar gradualmente de décadas de conflito e, devido à assistência internacional, a economia cresceu durante uma década. No entanto, desde 2014, a economia desacelerou, devido sobretudo à retirada de quase 100 mil soldados estrangeiros que haviam potenciado o crescimento económico do país. Apesar de algumas melhorias desde 2001, o Afeganistão é extremamente pobre e altamente dependente da ajuda externa. Grande parte da população continua a sofrer de falta de habitação, água potável, eletricidade, cuidados médicos e empregos. A corrupção, a insegurança, a governação fraca, a falta de infraestruturas e a dificuldade do governo afegão em fazer chegar o estado de direito a todas as partes do país, representam desafios para o crescimento económico futuro.

Setorizando o Produto Interno Bruto (PIB), mas não contabilizando a produção de ópio, constata-se que a prestação de serviços contribui para a maior percentagem do PIB (Figura 4), no entanto, a maioria da população ativa encontra-se dedicada à agricultura (DoD, 2016).

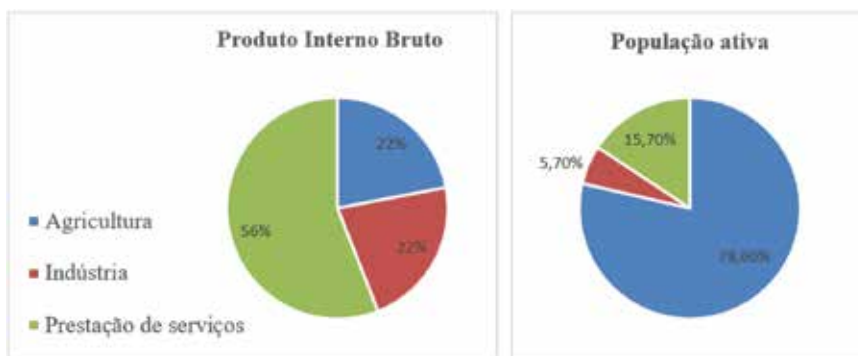


Figura 4 – Produto Interno Bruto e distribuição da população ativa do Afeganistão

Fonte: Adaptado a partir de DoD (2016).

1.3.4. Variável Social

1.3.4.1. Acesso à saúde e educação

O Afeganistão, na última década, assistiu a avanços significativos na saúde e educação. Isto deve-se, em parte, ao aumento do recrutamento e formação de profissionais da saúde, inclusive profissionais do sexo feminino. Como resultado, vários dos indicadores de saúde melhoraram. A taxa de mortalidade infantil reduziu de 131 mortes em cada 1.000 nados vivos em 2001, para 91 em 2011-12. A esperança média de vida (Figura 5) passou de 54,5 anos no nascimento em 2001 para 62-64 anos em 2010 (DoD, 2016).

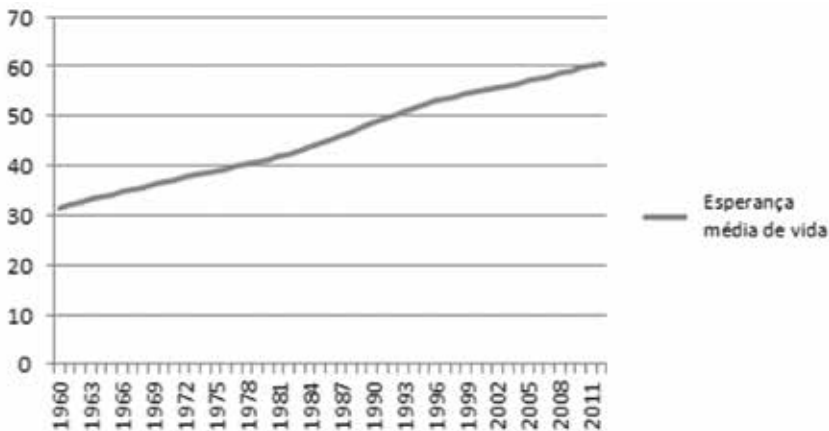


Figura 5 - Evolução da esperança média de vida no Afeganistão

Fonte: Amoontomars Wordpress (2014).

Na educação houve uma grande melhoria em termos de infraestruturas disponíveis e número de professores formados, bem como estudantes que beneficiam do ensino primário público. O número de professores aumentou de 20.000, antes de 2001, para mais de 172.000, em 2012 (31% dos quais são mulheres). Desde 2013, existem 15.169 escolas, das quais 2.267 são dedicadas a raparigas. Mais de 8,6 milhões de alunos frequentaram as escolas, enquanto que em 2001, apenas 900 mil crianças a nível nacional tinham acesso à escola. Os níveis de alfabetização de adultos, em 2012, estavam em 45% para homens, e 17% para mulheres (DoD, 2016).

No entanto, apesar de grandes melhorias e progressos, muitos afegãos não beneficiam dos serviços existentes, independentemente da sua qualidade. Fora dos principais centros urbanos, milhões de afegãos ainda lutam para aceder a recursos básicos e cuidados de saúde. Nas cidades, a disponibilidade e resposta dos serviços de saúde continuam a ser um desafio. Além disso, a extrema dependência do

governo afegão de financiamento internacional cria grandes preocupações quanto à sustentabilidade desses serviços para a população (DoD, 2016).

1.3.4.2. Migração

O país enfrenta o problema do retorno de migrantes e refugiados afegãos de países vizinhos e um pouco de todo o mundo, bem como deslocados no interior do país, devido a conflitos e/ou desastres naturais. No total, mais de cinco milhões de afegãos ainda vivem fora do país, principalmente nos centros urbanos do Paquistão e Irão (DoD, 2016).

1.3.4.3. Corrupção

De acordo com o Índice de Corrupção de 2014, o Afeganistão ocupa o 172º lugar de 175 países analisados. A corrupção pode ser política ou administrativa, estando muito associada aos narcóticos. A justiça e as instituições policiais são vistas como as duas instituições públicas mais corruptas, o que afeta negativamente a confiança da população no governo. O governo afegão não tem meios e mecanismos adequados de transparência e responsabilização para reduzir a corrupção, sendo exacerbado por procedimentos burocráticos complexos (DoD, 2016).

1.3.4.4. Mosaico Étnico e religioso do Afeganistão

O Afeganistão é composto atualmente por mais de uma dezena de grupos étnicos, mas é possível identificar quatro etnias mais relevantes no território afegão (Figura 6): os Pashtun, os Tajiques, os Hazaras e os Uzbeques.

Os Pashtun constituem o grupo étnico mais numeroso do país, compreendendo mais de 38% da população, desempenhando um papel relevante no controlo do poder político em todo o Afeganistão. São, na sua maioria, Sunitas e proprietários rurais, tendo como atividade principal a agricultura, e sendo detentores do sistema produtivo do país. São ainda os principais comerciantes do país, devido sobretudo às relações privilegiadas com o Paquistão. Apresentam-se geralmente bastante resistentes à modernização e à centralização do poder (Bonifácio, 2014).

Os Tajiques representam cerca de 25% do total da população afegã e são o segundo maior grupo étnico deste país. São, na sua maioria, Sunitas. Os Tajiques são predominantemente originários das regiões montanhosas do país, dedicando-se tradicionalmente à agricultura, pastorícia e artesanato. Ocupam normalmente posições intermédias na administração do país, constituindo uma parte significativa da elite cultural afegã, pelo que são identificados como uma etnia moderada e aberta à modernização (Bonifácio, 2014).

Os Hazaras representam cerca de 19% da população do país e são descendentes dos mongóis. Este grupo étnico é o único de maioria Xiita, tendo sofrido perseguição e marginalização ao longo da história, sobretudo pelos Pashtun. Possuem uma identidade cultural forte, mas face ao poder político vigente desempenham um papel inferior (Bonifácio, 2014).

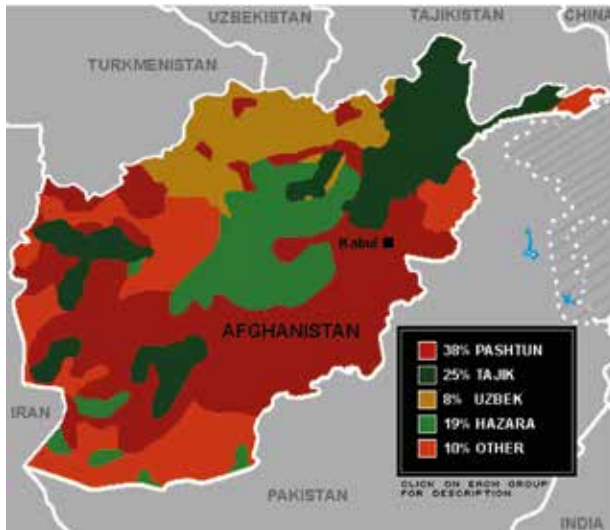


Figura 6 – Mosaico étnico do Afeganistão

Fonte: Adaptado a partir de Juancole (2012).

Os Uzbeques representam cerca de 8% da população do Afeganistão e são muçulmanos Sunitas. Os Uzbeques não têm relações conflituosas com outras etnias e possuem uma sociedade patriarcal. Dedicam-se à agricultura, ao artesanato e ao comércio (Bonifácio, 2014).

Os restantes cidadãos afegãos encontram-se divididos por várias etnias, grupos menores, ou populações nómadas, tendo apenas a religião muçulmana como denominador comum. A língua mais falada é um dialeto persa, chamado Dari/Farsi (43%), seguido do Pashtun (42%), a língua da raiz turca (11%) e outros dialetos, num total de mais de setenta diferentes, sendo, contudo, as línguas oficiais o Pashtun e o Dari (Bonifácio, 2014).

1.3.5. Variável Informação

O setor dirigido pelo Ministério Afegão das Comunicações e da Tecnologia aumentou substancialmente, passando de quase inexistente, em 2002, para um dos

setores mais bem-sucedidos economicamente nos dias de hoje (SIGAR - Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction, 2016).

O uso do telefone fixo é limitado aos principais centros urbanos. Contudo, o telemóvel tem tido um aumento considerável de utilizadores e continua a melhorar rapidamente devido à presença de vários fornecedores. Cerca de 90% da população vive em áreas com acesso a serviços de telemóvel. A Radio Television Afghanistan dirige uma série de estações de rádio e televisão em Cabul e nas províncias. Cerca de 150 estações de rádio privadas e 50 estações de TV estão disponíveis em todo o país. O acesso à internet aumentou de forma substancial desde 2006 (Figura 7), estimando-se que cerca de 10,6% da população tem acesso à internet (CIA, 2017).

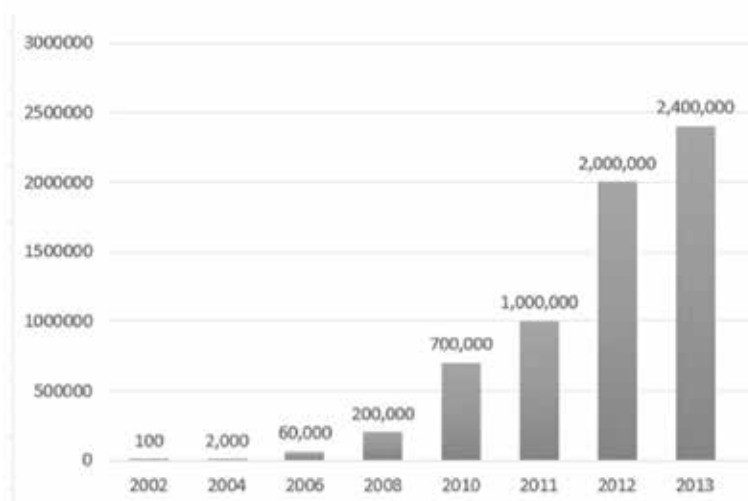


Figura 7 – Evolução do número de utilizadores de internet no Afeganistão

Fonte: Ministry of Communications and Information Technology (2017).

1.3.6. Variável Infraestruturas

O Afeganistão enfrenta um grave défice de infraestruturas, não só pela necessidade de criação de infraestruturas modernas, mas principalmente devido ao facto de grande parte das existentes terem sido danificadas e não terem tido manutenção durante os vários conflitos. Apenas cerca de 32% da população total tem acesso a eletricidade conectada à rede, sendo menos de 10% nas áreas rurais. Em 2014, foi importada 73% da energia consumida no país. A exploração dos reservatórios nacionais de gás natural é considerada crucial para o Afeganistão reduzir sua dependência das importações de energia (ABD Country Partnership Strategy, 2017).

A rede rodoviária do Afeganistão tem uma densidade de apenas 4 km por 1.000 km². Mesmo quando existem estradas, apenas 7% delas são pavimentadas e mais de 70% das estradas que ligam as províncias e distritos permanecem em mau estado. Além disso, a possível presença de minas terrestres representa um sério perigo à circulação. Sequestros, assaltos e crimes são também um risco em várias estradas, especialmente fora da capital (ABD Country Partnership Strategy, 2017).

A rede ferroviária está principalmente ligada ao Uzbequistão e ao Turquemenistão no Norte (Figura 8). No entanto, em 2014, iniciou-se a construção de uma nova ferrovia que liga Herat a Khawaaf (Irão). Relativamente ao uso de portos, como o país não tem acesso ao mar, depende de países vizinhos para serviços portuários marítimos, principalmente Karachi e Port Qasim no Paquistão. Quanto a aeroportos, o Afeganistão tem cerca de 53 aeroportos ou aeródromos, contudo, a maior parte deles não possui pistas pavimentadas. O aeroporto principal é Cabul. Outros aeroportos importantes são Kandahar, Mazar-i-Sharif e Herat (ABD Country Partnership Strategy, 2017).



Figura 8 – Mapa Rodoviário e Ferroviário do Afeganistão

Fonte: Ministry of Mines and Petroleum of Afghanistan (2016).

Na agricultura, apenas 10% das terras irrigadas possuem irrigação formal, tudo o resto depende de sistemas informais e ineficientes (ABD Country Partnership Strategy, 2017).

1.3.7. Variável do Ambiente Físico

1.3.7.1. Fronteiras terrestres

O Afeganistão tem fronteiras com os seguintes países (Figura 9): China, 76 km; Irão, 936 km; Paquistão, 2.430 km; Tadjiquistão, 1.206 km; Turquemenistão, 744 km e Uzbequistão, 137 km (Library of Congress, 2008).

1.3.7.2. Relevo

O terreno do Afeganistão é dominado por uma cadeia montanhosa bastante acidentada denominada de Hindu Kush, que atravessa o país de Nordeste para Sudoeste (Figura 9).



Figura 9 – Fronteiras e Relevo do Afeganistão

Fonte: Baptista (2006).

As montanhas cobrem praticamente todo o território, à exceção do Centro-Norte e do Sudoeste do país, que são dominadas por planícies, das quais da parte Sudoeste são desertos. Quase metade do país tem uma elevação de 2.000 m ou mais, e os picos mais altos no Nordeste chegam a atingir mais de 7.000 m (Library of Congress, 2008).

1.3.7.3. Hidrografia

Os rios principais do Afeganistão são: o Amu Darya (800 km), o Harirud (850 km), o Helmand (1.000 km) e o Cabul (460 km). Com exceção do Cabul, que desagua no rio Indus, todos os outros rios desembocam em lagos ou pântanos. Os rios

experimentam fortes subidas durante o degelo da primavera sendo aproveitados para a produção hidroelétrica (Library of Congress, 2008).

1.3.7.4. Clima

O clima do Afeganistão é do tipo estepe árido ou semiárido, com invernos frios e verões secos e quentes. As montanhas do Nordeste têm condições de inverno subárticas. Mais ao sul, os efeitos da monção moderam o clima. A maior precipitação ocorre na região a Nordeste de Cabul. As temperaturas mais altas (Figura 10) e a menor precipitação estão nas planícies do Sudoeste do país, onde as temperaturas do verão atingem 49° C. As temperaturas mais baixas registam-se nas montanhas no Nordeste do país onde variam entre -15° C no inverno a 0° C no verão (Library of Congress, 2008).

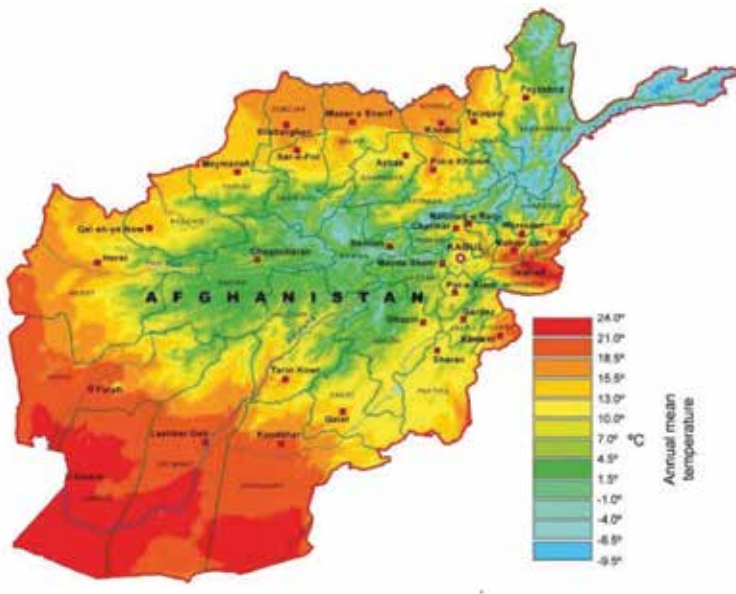


Figura 10 – Clima do Afeganistão

Fonte: Rahmani (2014).

1.4. CARATERIZAÇÃO DA AMEAÇA

Desde o período da invasão pela URSS, passando pelos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, que levou à invasão do Afeganistão pelos EUA, até aos dias de hoje, têm-se evidenciado um vasto número de atores que têm influenciado de forma significativa o destino do Afeganistão.

Apesar da existência de um elevado número de atores, neste capítulo, pretende-se estudar as ameaças mais expressivas no Afeganistão.

1.4.1. Os Talibãs

1.4.1.1. Geral

Os Talibãs emergiram de uma organização militante islâmica de extrema-direita em 1994, sob a liderança espiritual do mulá Mohammad Omar. A grande maioria dos seus apoiantes são do Afeganistão e do Paquistão com uma educação religiosa islâmica, nas madraças e com raízes nos *Mujahidins* (Stanford University, 2016).

Este movimento, desde os seus primórdios, teve o apoio incondicional do Paquistão, no que se reporta ao recrutamento, treino, orientações militares, financiamento e apoio diplomático, tornando-se fundamental para a sua ascensão ao poder no Afeganistão. Em outubro de 2001, deu-se a queda do Regime Talibã com a Operação *Enduring Freedom* dos EUA. No entanto, apesar desta derrota, os Talibãs continuam a ser o grupo insurgente mais vigoroso, dominando uma parte importante do Afeganistão (Maley, 2010).

1.4.1.2. Objetivos

Os Talibãs têm como principal objetivo a retirada completa das forças internacionais do Afeganistão, por forma a estabelecer um governo islâmico por eles controlado, implementando assim a lei da xaria. Pretende, ainda, enfraquecer e expulsar instituições de governação afegãs, isolar as forças de segurança e construir instituições paralelas para aumentar a sua influência na periferia do Afeganistão (McNally e Bucala, 2015).

1.4.1.3. Modo de atuação

Os Talibãs executam técnicas de guerra não convencionais para a realização dos seus ataques, podendo utilizar *Improvised Explosive Device* (IED), *rockets* e ataques suicidas, essencialmente contra as forças da coligação e contra as forças governamentais afegãs. Normalmente, os Talibãs colocam explosivos ou suicidas em lugares públicos para atacar as forças de coligação, utilizando também civis para atrair as forças da coligação ou forças governamentais afegãs para realizar ataques complexos contra estas (Stanford University, 2016).

Para além destas táticas, os Talibãs também efetuam assassinatos, massacres e sequestros essencialmente contra alvos civis e elementos das Organizações Não Governamentais (Stanford University, 2016).

1.4.1.4. Relações

Os Talibãs (Figura 11), durante a sua governação no Afeganistão, foram apoiados publicamente pelo governo Paquistanês. Após a invasão dos EUA, o Paquistão retirou o seu apoio público, no entanto continua a apoiá-los através dos seus serviços secretos. Existem ainda grupos que têm uma ligação estreita com os Talibãs, dos quais se destacam os seguintes (Stanford University, 2016):

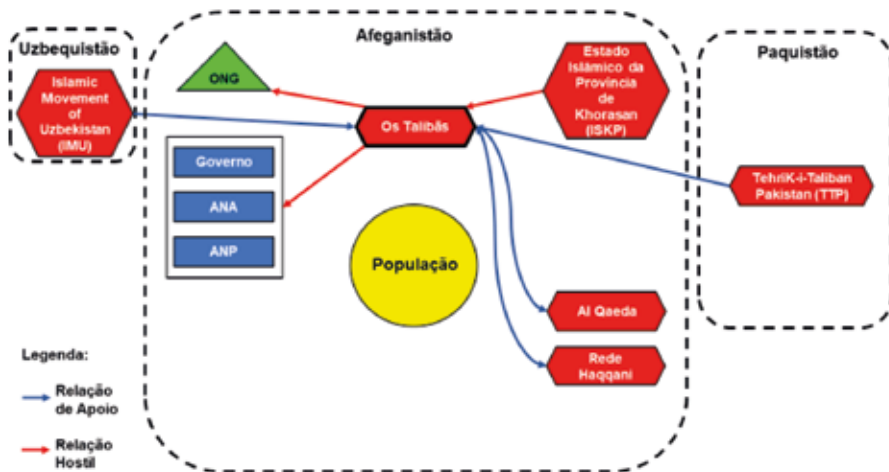


Figura 11 – Diagrama de relações - Os Talibãs

– *Islamic Movement of Uzbekistan (IMU)*: é um grupo Uzbeque que tem uma elevada cooperação com os Talibãs, tendo integrado operações com estes no Norte do Afeganistão;

– *Al Qaeda*: este grupo e os Talibãs têm uma aliança muito forte desde o tempo de Bin Laden;

– *Rede Haqqani*: está intimamente ligada aos Talibãs. Sirajuddin Haqqani (líder da rede Haqqani) foi nomeado vice-chefe dos Talibãs e líder para a parte militar;

– *Tehrik-i-Taliban Pakistan (TTP)*: é uma organização paquistanesa separada dos Talibãs do Afeganistão, no entanto existe uma forte cooperação entre eles;

– *Estado Islâmico da Província de Khorasan (ISKP)*: Os Talibãs expressaram e expressam uma forte oposição à presença do ISKP no Afeganistão.

1.4.2. Al Qaeda

1.4.2.1. Geral

O principal fundador da Al Qaeda foi Osama Bin Laden, conservador por natureza e seguidor de Abdullah Yusuf Azzam, considerado por alguns especialistas como o arquiteto da Al Qaeda. Após a invasão soviética, Azzam e Bin Laden estabelecem uma rede de recrutamento no mundo árabe, na Europa e nos EUA a fim de efetuar uma *jihad* antissoviética. Essa rede foi chamada de *Maktab al Khidamat* (Escritório de Serviços), considerada por muitos especialistas como o precursor organizacional da Al Qaeda. No final da ocupação soviética, houve uma clivagem entre Bin Laden e Azzam não só pelo pensamento divergente como também pela disputa do poder e liderança da Al Qaeda. Após o assassinato de Azzam em 1989, Bin Laden ganhou o controlo dos fundos da *Maktab* e mecanismos organizacionais (Rollins, 2011).

Depois de uma breve passagem pela Arábia Saudita, Paquistão e Sudão, Bin Laden regressa ao Afeganistão, sob a proteção do líder Talibã mulá Omar, declara guerra aos EUA e aos seus aliados e planeia e executa o ataque a 11 de setembro de 2001, ao *World Trade Center*. Depois deste ataque, os EUA invadem o Afeganistão, perseguem Bin Laden, tendo-o morto em 2011, levando à ascensão de Al-Zawahiri como líder da Al Qaeda (Kalina, 2012).

1.4.2.2. Objetivos

A Al Qaeda tem como principais objetivos combater o chamado “inimigo distante”, quer sejam os EUA ou seus aliados mais próximos, e ser o precursor e líder de uma *jihad* internacional, por forma a instituir gradualmente um Califado. Tem ainda como objetivo estabelecer emirados que sejam governados segundo a lei de xaria, criando um único império para todos os muçulmanos (Brüggemann, 2016).

1.4.2.3. Modo de atuação

A Al Qaeda usa uma grande variedade de táticas para alcançar os seus objetivos, sendo os mais comuns os atentados suicidas, IED, ataques com *rockets* e armas pequenas, granadas, sequestros, sabotagens e propaganda para promover esses objetivos (Stanford University, 2015).

Este grupo habitualmente efetua assassinatos contra alvos de elevado valor (líderes políticos e militares) e usa IED e *Vehicle-Borne Improvised Explosive Device* (VBIED) para destruir instalações ou destruir colunas militares das forças da coligação ou afegãs. Outra das táticas utilizadas é o sequestro de pessoas, aviões ou

navios, a fim de realizar ataques suicidas com grande projeção a nível internacional. Utiliza ainda técnicas de sabotagem a infraestruturas críticas para criar incidentes e provocar interrupções nos serviços públicos (Venzke e Ibrahim, 2002).

1.4.2.4. Relações

A Al Qaeda desde sempre procurou estreitar relacionamentos com os afiliados para aumentar o seu alcance operacional, ganhar conhecimentos locais e aumentar a sua legitimidade em todos os movimentos muçulmanos ao redor do mundo. Os principais grupos que têm uma ligação direta com a Al Qaeda (Figura 12) são os seguintes (Katzman e Thomas, 2017):

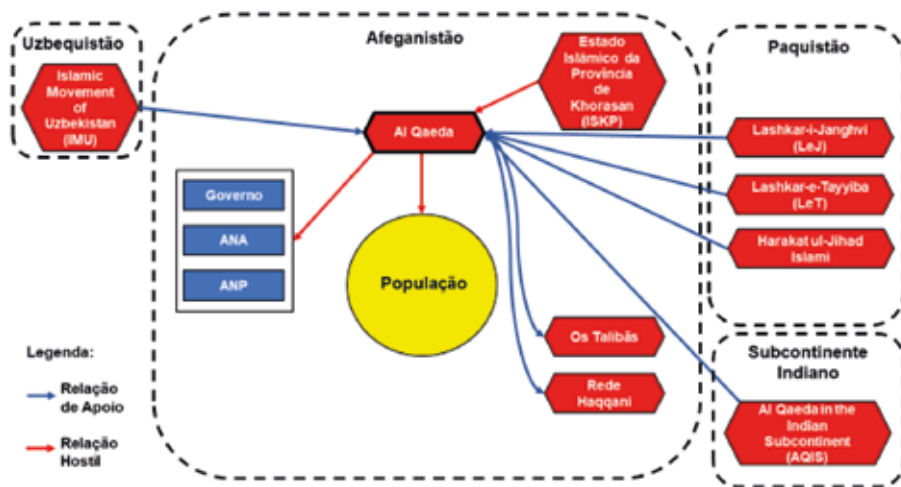


Figura 12 - Diagrama de relações - Al Qaeda

– Al Qaeda in the Indian Subcontinent: é grupo afiliado da Al Qaeda constituído por vários membros de vários grupos terroristas dos países da Ásia Central e do Sul;

– IMU: é um grupo que tem ligações com a Al Qaeda e atua na Ásia Central e no Norte do Afeganistão;

– Lashkar-e-Tayyiba (LeT): é um grupo paquistanês com vínculos à Al Qaeda e que se encontra cada vez mais ativo dentro do Afeganistão;

– Lashkar-i-Janghvi: é um grupo paquistanês que tem ligações à Al Qaeda, no entanto encontra-se pouco ativo no Afeganistão;

– Harakat ul-Jihad Islami: é um grupo militante com base no Paquistão que tem ligações com a Al Qaeda.

1.4.3. O Estado Islâmico da Província de Khorasan

1.4.3.1. Geral

O ISKP, surgiu em 2014 no Afeganistão, ao longo das fronteiras com o Paquistão, a Leste de Nangarhar. Apesar de todos os esforços de recrutamento e propaganda, o ISKP não tem ganho um peso significativo junto da população local, pelo facto de os Talibãs terem claramente a hegemonia insurgente no Afeganistão. A maioria dos seus combatentes são cidadãos do Afeganistão e do Paquistão, no entanto, o seu número tem vindo a diminuir ao longo dos tempos, porque houve uma luta efetiva por parte das forças da coligação. A área de influência do ISKP em Nangarhar restringe-se a três distritos, Nazyan, Achin e Deh Bala, e a todos os distritos fronteiriços que são abrigos seguros em Khyber e Orakzai Agency no Paquistão (United States Institute of Peace, 2016).

O seu anterior líder, Qari Hekmatullah, foi morto em abril de 2018 num ataque aéreo segundo fontes militares dos EUA, existindo indícios de que tenha sido substituído por Maulvi Habibul Rahman.

1.4.3.2. Objetivos

O ISKP concorre diretamente para os vários objetivos estratégicos do autodenominado Estado Islâmico (IS) por forma a estabelecer um califado. A província de Khorosan (Afeganistão/Paquistão) é uma das prioridades na expansão do IS não só porque foi o local de origem do movimento *jihadista* e da sua importância religiosa, mas também porque quer desafiar a Al Qaeda na liderança do movimento global *jihadista* (Gambhir, 2015).

1.4.3.3. Modo de atuação

O ISKP tem perpetrado vários ataques no Afeganistão por forma a chamar a atenção internacional. Este grupo tem espalhado o terror, não só através da execução de alguns membros Talibãs, como também de Xiitas, desencadeando assim divisões sectárias no país. Outras das formas de atuar do ISKP é o uso de ataques suicidas contra elementos das forças de segurança e forças armadas afegãs, a Xiitas e cidadãos internacionais e utiliza também IED para atacar elementos pertencentes ao governo (Azamy, 2016).

O ISKP continua a ser uma ameaça para a segurança nacional afegã e regional e uma ameaça para as forças dos EUA e da coligação, mantendo a capacidade de realizar ataques de alta visibilidade em centros urbanos apesar de não ter capacidade para realizar múltiplas operações em todo o país (Hussain, 2018).

1.4.3.4. Relações

O ISKP pretende aumentar a sua influência no Afeganistão e para isso tem tido o apoio de alguns grupos e entidades (Figura 13), sendo os principais os seguintes (Rassler, 2015):

- Ansar-ul-Khilafat Wal-Jihad: é uma organização paquistanesa que apoia o ISKP, tendo realizado ações em Hyderabad e Karachi;
- Pakistani Jundullah: é um grupo paquistanês que tem ligações com IKSP, com capacidades limitadas e tem realizado ações em Quetta, na fronteira com o Afeganistão;
- Representantes do Lal Masjid e Jamia Hafsa: têm apoiado o ISKP quer através do líder religioso do Lal Masjid no Paquistão, Maulana Abdul Aziz, que tem muita influência sobre os grupos jihadistas do Paquistão, quer através dos elementos pertencentes ao Jamia Hafsa;
- Jamaat ul-Ahrar: é um grupo originário de uma facção de fragmentação do TTP que se suspeita que apoia o ISKP, apesar de existirem elementos que apoiam os Talibãs.

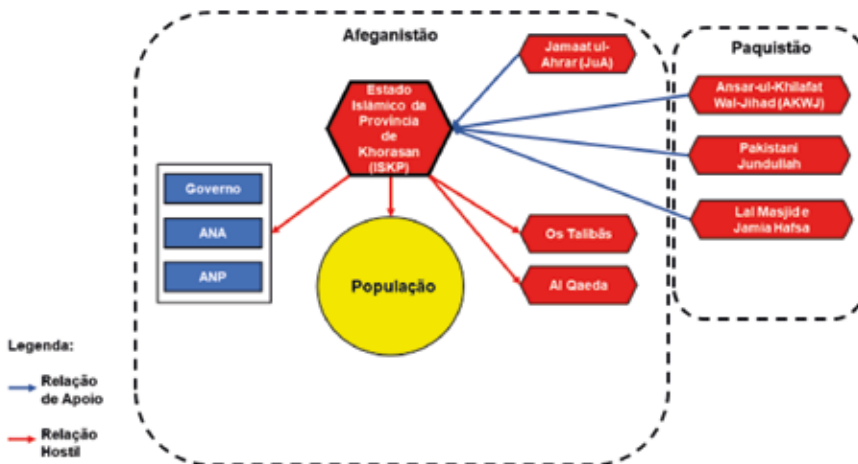


Figura 13 - Diagrama de relações - O ISKP

1.4.4. Rede Haqqani

1.4.4.1. Geral

A Rede Haqqani (RH) está profundamente ligada ao seu fundador Jalaluddin Haqqani, um reconhecido comandante Mujahidin durante a guerra contra a ocupação soviética. Devido ao seu poder e influência, foi nomeado Ministro dos

Assuntos Tribais durante o regime Talibã. Posteriormente lutou conjuntamente com os seus filhos contra o governo Afegão. Desde a sua morte, em 2014, o seu filho Sirajuddin assume grande parte das operações do grupo, tendo-se tornado cada vez mais influente no que se reporta à estratégia geral da insurgência. É importante evidenciar a sua posição de vice-líder dentro dos Talibãs, o que lhe confere uma posição de destaque (McNally e Amiral, 2016).

Atualmente, a RH tem substancialmente menos seguidores, no entanto, esta rede ainda é capaz de realizar operações de grandes dimensões particularmente na cidade de Cabul. Alguns autores defendem que, muitas vezes, a RH funciona como uma ferramenta dos interesses Paquistaneses, agindo como um “verdadeiro braço” dos serviços secretos paquistaneses (McNally e Amiral, 2016).

1.4.4.2. Objetivos

A RH tem como objetivos manter a influência sobre grupos terroristas sediados no Paquistão, tribos e algum terreno na *Federally Administered Tribal Areas* (FATA), controlar o Sudeste do Afeganistão e manter a liberdade de movimentos em todo o Afeganistão, para demonstrar a incapacidade do governo afegão de garantir a segurança aos seus cidadãos (Dressler, 2012).

Desde que Sirajuddin Haqqani assumiu a liderança, os objetivos tornaram-se muitos mais violentos e ambiciosos, deixando de se basear numa ideologia religiosa fundamentalista para passar a ser uma ideologia mais virada para restauração de um emirado nacional e ajudar a criar um califado islâmico global (Stanford University, 2017).

1.4.4.3. Modo de atuação

A RH perpetra ataques utilizando IED, bombistas com coletes suicidas e elementos capazes de penetrar nos perímetros de segurança em Cabul, por forma a atacar alvos de elevado valor tanto a nível militar como a nível civil. Estes ataques têm como objetivo, não só publicitar a capacidade real da RH, como também publicitar a incapacidade do governo Afegão de proteger os seus cidadãos (Stanford University, 2017).

Este grupo tem uma preferência em utilizar sistematicamente ataques com bombistas suicidas no Afeganistão, provocando uma forte paranóia e incerteza na população. Uma das personalidades desta rede, Zabihullah Mujahid, refere que os ataques perpetrados em Cabul não são efetuados com o intuito de controlar fisicamente a cidade de Cabul, mas sim de a controlar

psicologicamente, por forma a ter impacto a nível político e financeiro para as forças estrangeiras e missões diplomáticas (Weinbaum e Babbar, 2016).

Outra das ações que a RH pratica é o sequestro, não só de afegãos ricos e influentes, como também de ocidentais, para o seu financiamento (Stanford University, 2017).

1.4.4.4. Relações

Desde as suas origens até à atualidade a RH tem estabelecido relações com um conjunto diversificado de atores (Figura 14) dos quais se destacam os seguintes:

- Al Qaeda: é um grupo terrorista afegão que tem fortes ligações com a RH, pois esta rede tem apoiado nos campos do treino e de propaganda (Counter Extremism Project, s.d.);
- Os Talibãs: são uma organização terrorista que tem uma forte ligação e apoio da RH, comungando das mesmas ideologias (Counter Extremism Project, s.d.);
- IMU: é um grupo terrorista Uzbeque que tem o apoio da RH no Norte Afeganistão (Stanford University, 2017);
- TTP: é um grupo terrorista paquistanês que tem ligações históricas com a RH;
- LeT: é um grupo terrorista que se suspeita que tem ligações com a RH (Stanford University, 2017).

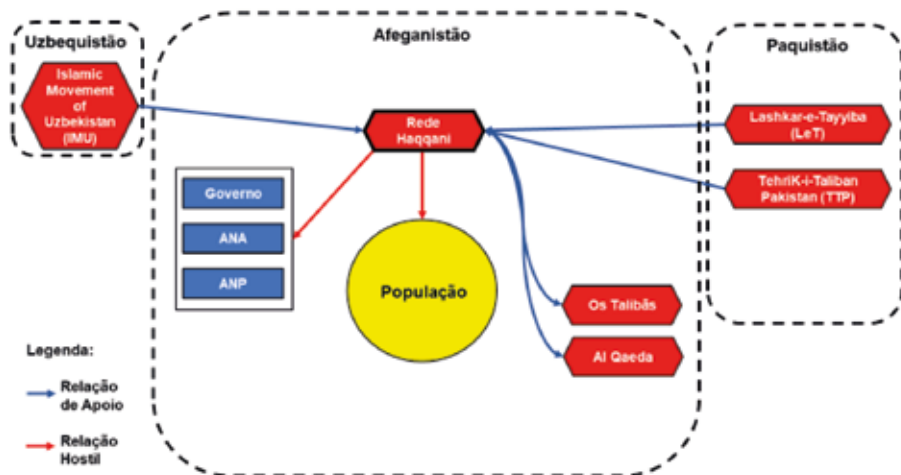


Figura 14 - Diagrama de relações - Rede Haqqani

1.5. CONCLUSÕES

Para caracterizar o TO do Afeganistão, objetivo geral deste estudo, procurou-se selecionar e harmonizar informação de diversas e relevantes fontes bibliográficas, organizando o trabalho em três capítulos. Traça-se, assim, um percurso que permite assistir como a conturbada evolução histórica deste país explica o atual ambiente que se vive, analisando-se seguidamente esse ambiente dissecando as suas variáveis operacionais e terminando com uma análise de atores (ameaças mais relevantes) percebendo as suas características e forma como se interrelacionam.

Pode-se verificar que, ao longo da sua história, o Afeganistão tem sido um importante palco dos interesses e conflitos geoestratégicos entre grandes potências. Desde o século XVIII, com as guerras anglo afegãs, que a região e o país sofreram um conjunto de alterações sociais, económicas e políticas essenciais para se compreender as origens dos seus conflitos internos, da sua influência externa e da compreensão dos jogos de poder entre o Oriente e o Ocidente, que moldaram a conjuntura desta zona do globo.

Acordada e estabelecida em 12 de novembro de 1893, a Linha Durand delimitou novos territórios para satisfazer as necessidades imperiais e criou diferenças culturais, étnicas e sociais entre povos semelhantes, cujos limites ainda se constituem como tema de conflitos dos interesses nacionais entre o Afeganistão e o Paquistão e que incluem o povo Pashtun como um povo que apesar de ter uma identidade única, é atualmente bipartido.

Até ao século XX, foram as políticas expansionistas russas e britânicas a definir as políticas internas e as suas influências territoriais ao longo de mais de dois séculos. Contudo, seria com a influência e presença norte americana que o Afeganistão sofreria novamente, aos olhos do mundo, os resultados dos conflitos de interesses geoestratégicos entre o Ocidente e Oriente.

Com os Talibãs, o país reergueu-se e voltou a cair para se constituir no que atualmente se define como um estado democrático em construção, limitado pela influência deste movimento e ideologia que enraizou. O país transformou-se no epicentro de conflitos regionais trazendo ao mundo novos conceitos de conflitos, como é o terrorismo o melhor exemplo e Bin Laden o seu expoente máximo.

A análise das variáveis operacionais permite-nos concluir que, ao nível político, o sucesso da democracia no Afeganistão depende tanto do apoio internacional como da confiança popular no sistema democrático, assim como também dos mecanismos legais, administrativos e constitucionais necessários para viabilizar um sistema multipartidário democrático. Além disso, os grupos

religiosos, os grupos étnicos, líderes tribais e os Talibãs, criam pressão política, exercendo em muitos locais a Governação.

Militarmente, apresenta-se como um país que enfrenta ainda um processo de transformação e desenvolvimento, em que o seu Exército (que inclui a Força Aérea) ainda carece fortemente do apoio internacional embora tenha vindo a aumentar a sua autonomia. Por sua vez, a Polícia procura combinar as suas capacidades com o Exército, mas está mais atrasada, de forma geral mal treinada e mal equipada e muitas vezes utilizada para outros fins por autoridades ou poderes locais.

Ao nível económico, apesar de algumas melhorias desde 2001, o Afeganistão continua a ser extremamente pobre e altamente dependente da ajuda externa. Grande parte da população continua a sofrer a falta de habitação, água limpa, eletricidade, cuidados médicos e empregos. A corrupção, a insegurança, a governação fraca, a falta de infraestruturas e a dificuldade do governo afegão em fazer chegar o Estado de Direito a todas as partes do país representam desafios para o crescimento económico futuro.

A divisão da sociedade afegã em diferentes tribos, religiões e etnias são um relevante foco de tensão. As etnias Pashtun, Tadjiques, e Uzbeques são, na sua maioria, Sunitas enquanto os Hazaras são de maioria Xiita, sofrendo assim a perseguição e marginalização, sobretudo pelos Pashtun. Devido aos conflitos e desastres naturais, o Afeganistão depara-se com um forte problema de migração com mais de cinco milhões de afegãos a viverem fora do país. Ainda na análise desta variável social, pode-se verificar que este ambiente é caracterizado por um difícil acesso à educação e cuidados de saúde e pela existência de corrupção generalizada e muito associada aos narcóticos, abrangendo as instituições públicas, principalmente a justiça e as instituições policiais.

Contrariamente a outros setores, o da comunicação e tecnologia tem sido economicamente bem-sucedido, possibilitando um bom acesso à informação por parte da maioria da população, sendo que de 90% da população vive em áreas com acesso a serviços de telemóvel e o acesso à internet tem também aumentado de forma significativa.

Analisando a variável infraestruturas, conclui-se que também aqui o Afeganistão enfrenta graves problemas. Face à sua situação económico-social e aos conflitos que foi encarando, as escassas e pouco modernas infraestruturas que possui foram danificadas e não tiveram manutenção. Destaca-se o deficiente acesso à eletricidade (menos de 10% nas áreas rurais), a diminuta rede rodoviária que está em mau estado e com diversos perigos para quem a utiliza (minas, sequestros, assaltos, etc.) e a dependência de países vizinhos para serviços portuários marítimos, principalmente o Paquistão.

Com a análise do ambiente físico do Afeganistão pode-se concluir que

também este fator dificulta a condução de operações. Tem uma extensa fronteira, com um total de seis países, cujo controlo se torna difícil. Dominado por cadeias montanhosas bastante acidentadas que cobrem a maioria do território, com rios cujo caudal varia fortemente e com a rede rodoviária no estado acima referido, é moroso e complicado o deslocamento no interior do país, o que ainda é agravado pelo clima que proporciona amplitudes térmicas entre os -15°C e os 49°C .

Uma análise da ameaça presente no Afeganistão permitiu identificar os principais grupos que exercem a sua influência neste território, os seus objetivos, padrões de atuação e forma como se relacionam, quer positiva quer negativamente, entre si e com outras instituições neste país influenciando o seu ambiente operacional.

Os Talibãs continuam a ser o grupo insurgente com mais expressão e poder no Afeganistão, dominando uma grande parte do seu território, tendo como principal objetivo restabelecer um governo islâmico no país. Para enfraquecer e expulsar o governo Afegão, têm perpetrado ataques contra as forças da coligação e forças governamentais afegãs recorrendo ao uso de técnicas de guerra não convencionais. Devido à sua alargada presença em todo o território, estes têm uma forte ligação com outros grupos radicais existentes no Afeganistão.

A Al Qaeda é um grupo com muita expressão em todo o Afeganistão, pretendendo ser a precursora e líder de uma *jihad* internacional por forma a estabelecer um Califado. Este grupo insurgente usa uma grande variedade de táticas para alcançar seus objetivos, quer contra as forças da coligação, quer contra forças afegãs. A Al Qaeda tem ainda uma grande projeção internacional, não só pelo elevado número de afiliados, mas também pelo relacionamento próximo que mantém com outros grupos radicais a nível mundial.

O ISKP não tem grande expressividade no Afeganistão, não controlando praticamente nenhum território, exceto pequenas áreas. Este grupo concorre diretamente para os objetivos estratégicos do IS, por forma a estabelecer um califado. Apesar da pouca expressividade, o ISKP tem espalhado o terror especialmente contra os Talibãs e realizado ataques contra as forças governamentais afegãs. A sua principal ligação é com o IS.

A RH nos dias de hoje tem um menor número de seguidores no Afeganistão, no entanto, ainda é capaz de realizar operações de grandes dimensões essencialmente na cidade de Cabul. Esta rede tem como objetivo continuar a manter a influência sobre grupos terroristas quer no Afeganistão, quer no Paquistão, por forma a garantir a sua liberdade de movimentos. O seu modo de atuação baseia-se em ataques contra alvos militares ou civis de elevado valor. Apesar da proximidade com vários de grupos terroristas, esta rede tem uma relação mais estreita com os Talibãs e com a Al Qaeda.

O diagrama de relações seguinte (Figura 15) permite visualizar e melhor compreender a dinâmica destes grupos.

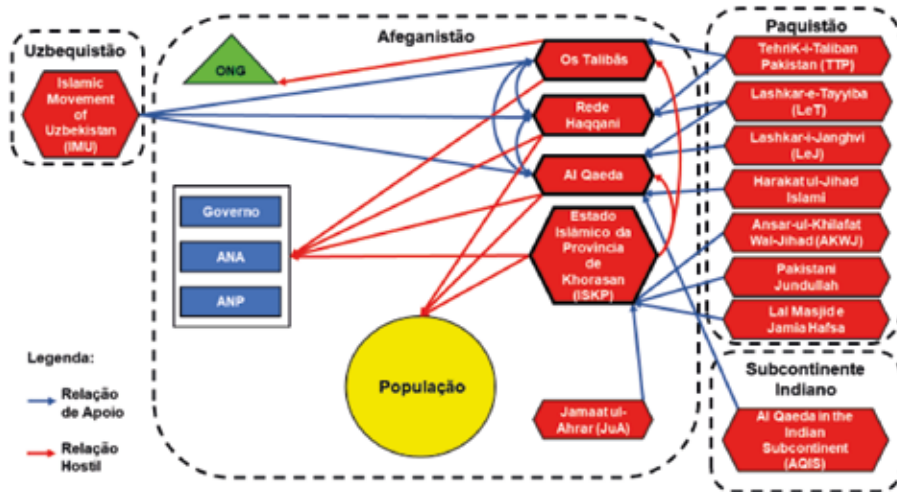


Figura 15 - Diagrama de relações das principais ameaças no Afeganistão

Considera-se que este trabalho de investigação atingiu o seu objetivo, apresentando uma caracterização do ambiente operacional do Afeganistão que, ainda que concisa, é abrangente pois analisa o conflito desde a sua raiz, através do enquadramento histórico, diseca este ambiente operacional através da decomposição de todas as variáveis PMESII e ambiente físico, terminando com uma análise das principais ameaças, de como estas se interrelacionam, são influenciadas e influenciam esse mesmo ambiente operacional.

Este trabalho de investigação, culmina assim numa base de conhecimento sobre o ambiente operacional do Afeganistão que se constitui como uma boa ferramenta para qualquer militar que se prepara para ser projetado para este TO ou, permanecendo em território nacional, lá tenha militares à sua responsabilidade ou, simplesmente, tenha interesse nestas matérias. Desta forma, recomenda-se como complemento ao primeiro capítulo (enquadramento histórico) uma análise dos eventos mais recentes, mais exatamente a partir de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABD Country Partnership Strategy (2017). *Afghanistan, 2017–2021 - Achieving Inclusive Growth in a Fragile and Conflict-Affected Situation*, [versão PDF]. Retirado de <https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/371531/cps-afg-2017-2021.pdf>
- Ahmed, W. (2017). *Durand Line: A reality that cannot be changed*. [Página Online]. Retirado de <https://www.thenews.com.pk/print/181134-Durand-Line-A-reality-that-cannot-be-changed>
- Alkhateeb, F. (2014). *Lost Islamic History, The first Anglo Afghan War*. [versão PDF]. Retirado de <http://lostislamichistory.com/the-first-anglo-afghan-war/>
- Amoontomars Wordpress (2014). *XX Diagram–Afghanistan’s Life Expectancy over Time*. [Página Online] Retirado de <https://amoontomars.wordpress.com/2014/05/14/xx-diagram-afghanistans-life-expectancy-over-time/>
- Association for diplomatic Studies & Training (2017). *The Saur Revolution: Prelude to the Soviet Invasion of Afghanistan*. [Página Online]. Retirado de http://adst.org/2016/04/the-saur-revolution-prelude-to-the-soviet-invasion-of-afghanistan/#.Wk6LtWhl_IU
- Azamy, H. (2016). *Challenges and Prospects for Daesh in Afghanistan and its Relations with the Taliban*. [versão PDF] Retirado de http://www.caps.af/Doc/Daesh_In_Afghanistan.pdf
- Baptista, P. (2006). Afeganistão - Uma análise Geopolítica: Reflexões. *Revista Militar*, Abril, pp. 313-362.
- Bilard Jr, R. (2010). *Operation Cyclone: How the United States defeated the Soviet Union*. [Página Online] Retirado de <http://ojs.uccs.edu/index.php/urj/article/view/103/91>
- Bonifácio, C. M. (2014). *A Geo-estratégia do Afeganistão, as Operações de Segurança e Estabilização*. [versão PDF] Retirado de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/8434/1/Dissert.%20Vers%C3%A3o%20final%201.pdf>
- Britannica (2014a). *Anglo Afghan Wars*. [Página Online] Retirado de <https://www.britannica.com/event/Anglo-Afghan-Wars#ref1119637>
- Britannica (2014b). *British Battles, Second Afghan War*. [Página Online] Retirado de <https://www.britishbattles.com/second-afghan-war/battle-of-kabul-1879/>
- Britannica (2014c). *Mohammad Zahir Shah*. [Página Online] Retirado de <https://www.britannica.com/place/Afghanistan/Mohammad-Zahir-Shah-1933-3#ref306682>
- Britannica (2015). *Durand Line*. [Página Online] Retirado de <https://www.britannica.com/print/article/174128>

- Britannica (2017a). *Osama Bin Laden*. [Página Online] Retirado de <https://www.britannica.com/biography/Osama-bin-Laden>
- Britannica (2017b). *Al Qaeda*. [Página Online] Retirado de <https://www.britannica.com/topic/al-Qaeda>
- Britannica (2017c). *Soviet Invasion of Afghanistan*. [Página Online] Retirado de <https://www.britannica.com/event/Soviet-invasion-of-Afghanistan>
- Brüggemann, U. (2016). *Al-Qaeda and the Islamic State: Objectives, Threat, Countermeasures*. [versão PDF] Retirado de https://www.baks.bund.de/sites/baks010/files/working_paper_2016_09.pdf
- Central Intelligence Agency (2017). *South Asia: Afghanistan - The World Factbook*. [Página Online] Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/af.html>
- Context Analysis - DGD (2015). <http://www.vliruos.be>. [versão PDF] Retirado de <http://www.vliruos.be/media/6407472/afghanistan.pdf>
- Counter Extremism Project (s.d.) *Haqqani Network*. [Página Online] Retirado de <https://www.counterextremism.com/threat/haqqani-network>
- Department of Defense (2016). *Enhancing Security and Stability in Afghanistan*. [versão PDF] Retirado de https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/Enhancing_Security_and_Stability_in_Afghanistan-June_2016.pdf
- Dressler, J. (2012). *The Haqqani Network: a Strategic Threat*. [versão PDF] Retirado de http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Haqqani_StrategicThreatweb_29MAR_0.pdf
- Encyclopedia (2016). *Taliban*. [Página Online] Retirado de <http://www.encyclopedia.com/history/asia-and-africa/central-asian-history/taliban>
- Exército Português (2012). *PDE 3-00 OPERAÇÕES*. Lisboa: EME.
- Exército Português (2018). *PDE 3-49-00 Contrainsurgência (DRAFT)*. Lisboa: EME.
- Gambhir, H. (2015). *ISIS in Afghanistan*. [versão PDF] Retirado de http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISIS%20in%20Afghanistan_2.pdf
- GlobalSecurity (2017). *Taliban Insurgency*. [Página Online] Retirado de <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/pakistan2.htm>
- Headquarters Department of the Army (2008). *FM 3-0 OPERATIONS*. Washington, DC: s.n.
- Hernandez, R. (2009). *2005 Wolesi Jirga ans Provincial Council Election Results for Afghanistan*. [Página Online] Retirado de <http://observers.gohernandez.com/>
- Hussain, Z. (2018). *Daesh in Afghanistan*. [versão PDF] Retirado de <http://jinnah-institute.org/wp-content/uploads/2018/01/The-Afghanistan-Essays-Zahid-Hussain-5.pdf>

- Juancole (2012). *Map: Ethnicities Afghanistan*. [Página Online] Retirado de <https://www.juancole.com/2010/12/map-ethnicities-afghanistan.html>
- Kalina, R. (2012). *The Future of Al-Qaeda after the Death of Bin Laden: Fighting Terrorism*. Budapeste, Hungria: s.n.
- Katzman, K. e Thomas, C. (2017). *Afghanistan: Post-Taliban Governance, Security, and U.S. Policy*. [versão PDF] Retirado de <https://fas.org/sgp/crs/row/RL30588.pdf>
- Library of Congress (2008). *Country Profile: Afghanistan*. [versão PDF] Retirado de <https://www.loc.gov/rr/frd/cs/profiles/Afghanistan.pdf>
- Maley, W. (2010). *Afghanistan: an historical and geographical appraisal*. [versão PDF] Retirado de <https://www.icrc.org/fre/assets/files/review/2010/irrc-880-maley.pdf>
- McNally, L. e Amiral, A. (2016). *The Islamic State in Afghanistan - Examining its Threat to Stability*. [versão PDF] Retirado de https://www.mei.edu/sites/default/files/publications/PF12_McNallyAmiral_ISISAfghan_web.pdf
- McNally, L. e Bucala, P. (2015). *The Taliban Resurgent: Threats to Afghanistan's Security*. [versão PDF] Retirado de <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/AFGH%20Report.pdf>
- Ministry of Communications and Information Technology (2017). *www.mcit.gov.af/en*. [Página Online] Retirado de <http://mcit.gov.af/en>
- Ministry of Mines and Petroleum of Afghanistan (2016). *Road Network Development and Expansion*. [Página Online] Retirado de <http://mom.gov.af/en/page/6395/6400>
- Notablebiographies (2009). *Presidency of Hamid Karzai*. [Página Online] Retirado de <http://www.notablebiographies.com/news/Ge-La/Karzai-Hamid.html>
- Rahmani, S. R. (2014). *Creating Initial Digital Soil Properties Map of Afghanistan*. [Página Online] Retirado de https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1397&context=open_access_theses
- Rassler, D. (2015). *Situating the Emergence of the Islamic State of Khorasan*. [Página Online] Retirado de <https://ctc.usma.edu/situating-the-emergence-of-the-islamic-state-of-khorasan/>
- Rodrigues, D. (2011). As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão. *Nação e Defesa*, p. 141.
- Rollins, J. (2011). *Al Qaeda and Affiliates: Historical Perspective, Global Presence, and Implications for U.S. Policy*. [versão PDF] Retirado de <https://fas.org/sgp/crs/terror/R41070.pdf>
- Rudesheim, F. S. (2011). Message to Joint Warfighters. Em: *Planner's Handbook for Operational Design*. Virgínia (EUA): Joint Staff, J-7 / Joint and Coalition Warfighting.

- Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction (2016). *Quarterly Report to the United States Congress*. [versão PDF] Retirado de <https://www.sigar.mil/pdf/quarterlyreports/2016-07-30qr.pdf>
- Stanford University (2015). *Al Qaeda - Mapping Militant Organizations*. [Página Online] Retirado de <http://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/21>
- Stanford University (2016). *The Taliban - Mapping Militant Organizations*. [Página Online] Retirado de <http://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/367>
- Stanford University (2017). *Haqqani Network - Mapping Militant Organizations*. [Página Online] Retirado de <http://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/363>
- United States Institute of Peace (2016). *The Rise and Stall of the Islamic State in Afghanistan*, Washington, DC: United States Institute of Peace.
- Venzke, B. N. e Ibrahim, A. (2002). *al-Qaeda Tactic/Target Brief*. [versão PDF] Retirado de <https://intelcenter.com/QaedaTacticTarget-v1-5.pdf>
- Weinbaum, M. G. e Babbar, M. (2016). *The Tenacious, Toxic Haqqani Network*. [versão PDF] Retirado de https://www.mei.edu/sites/default/files/publications/PF23_WeinbaumBabbar_Haqqani_web_0.pdf

2. O TEATRO DE OPERAÇÕES DA REPÚBLICA CENTRO- AFRICANA – ATUAL AMBIENTE OPERACIONAL

Autores

CAP ART Luís Miguel da Silva Resende Mouta
CAP CAV Maria João Pedroso Correia
CAP MAT Jorge Machado da Silva Balula
CAP INF Manuel Pedro Afonso Viana
CAP INF Pedro Filipe Vargas Neves

Orientador

MAJ TM Luís Alves Batista

RESUMO

Este trabalho apresenta como tema “O Teatro de Operações da República Centro-Africana – Atual Ambiente Operacional”, um assunto de relevância para o Exército Português à luz do seu recente empenhamento com uma Força Nacional Destacada integrada numa Missão da Organização das Nações Unidas. O objetivo principal é analisar o atual ambiente operacional e caracterizar a ameaça presente no Teatro de Operações da República Centro-Africana. Para esta análise recorre-se ao estudo das variáveis operacionais (Política, Militar, Economia, Social, Informação, Infraestruturas e Ambiente Físico), e à utilização da ferramenta de apoio ao planeamento – “visualização”, que permite entender, desenvolver e descrever problemas complexos e mal estruturados, por forma a realizar abordagens adequadas para a sua resolução. Inicialmente, apresenta-se o enquadramento histórico da região atualmente conhecida como República Centro-Africana, desde o início do século XXI até aos acontecimentos recentes de 2017, seguidamente, caracteriza-se o Teatro de Operações de acordo com cada uma das variáveis operacionais e, por último, elabora-se a avaliação da ameaça, através da caracterização dos atores mais relevantes. Nas conclusões, identifica-se o problema operacional que se traduz na ineficácia do governo em garantir segurança, justiça e bem-estar na República Centro-Africana, o que se manifesta na proliferação dos grupos armados.

Palavras-chave: República Centro-Africana, Ambiente Operacional, Variáveis Operacionais e Ameaça.

ABSTRACT

This work paper presents the theme “The Central African Republic Theater of Operations – The Present Operational Environment”, as a subject of interest to the Portuguese Army due to the recent engagement of a National Detached Force integrated in a United Nations Mission. The main purpose is to analyze the Present Operational Environment in the Central African Republic. We studied the operational variables (Political, Military, Economy, Social, Information, Infrastructure and Physical Environment) and applied a planning support tool – US Army Design Methodology, which enables us to understand and describe complex and poorly structured problems, so that adequate approaches can be implemented for its resolution. Initially, we present the historical background of the region known today as Central African Republic, since the beginning of the 21st century until the recent events of 2017, secondly, the Theater of Operations is categorized accordingly to each of the operational variables, and finally, a threat assessment is accomplished, through the characterization of the more relevant actors. In the conclusions, the operational problem is identified as the ineffectiveness of the government to ensure safety, security, justice and welfare in the Central African Republic, which manifests in the proliferation of armed groups.

Keywords: *Central African Republic, Operational Environment, Operational Variables and Threat.*

2.1. INTRODUÇÃO

A República Centro-Africana (RCA) é um palco de violência e precariedade, o que tem originado ao longo do tempo a perda de milhares de vidas e um elevado número de deslocados, impulsionando a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) e diversas Organizações Não Governamentais (ONG).

O presente trabalho tem como tema “O Teatro de Operações (TO) da RCA – Atual Ambiente Operacional (AO)”, visando analisar o enquadramento histórico do conflito, o atual AO e caracterizar a ameaça presente no TO da RCA. Justifica-se o tema por uma carência de literatura na língua portuguesa circunscrita a esta temática sobre a conflitualidade na RCA, assim como pela escassez de documentação relativa a este tipo de análise sistemática sobre as variáveis operacionais e sobre as ameaças na RCA. Assim, este trabalho assume uma pertinência relevante e particular para o Exército Português, tendo em consideração que, no âmbito da ONU, operam Forças Nacionais Destacadas neste TO desde janeiro de 2017.

Este trabalho tem como objeto de estudo o atual AO da RCA, pretendendo-

se caracterizar e compreender o atual AO do TO da RCA de modo a entender, desenvolver e descrever o conjunto de fatores que impedem a RCA de transitar de uma situação de instabilidade para uma situação de estabilidade crescente. Este estudo é delimitado em três dimensões: numa dimensão concetual – ao estudo da AO através das variáveis operacionais (Política, Militar, Economia, Social, Informação, Infraestruturas e Ambiente Físico) e da caracterização dos atores da ameaça (Caraterização dos atores mais relevantes, Diagrama de relações do estado atual); numa dimensão espacial, ao TO da RCA, e numa dimensão temporal, desde o ano de 2013 até ao ano de 2017.

O trabalho está organizado em três capítulos, sendo que no primeiro apresenta-se a história recente da RCA; no segundo capítulo observa-se o AO através das seis variáveis operacionais e o Ambiente Físico; e, finalmente, no terceiro capítulo caracterizam-se as ameaças e a sua interação, sendo depois apresentadas as conclusões da investigação.

2.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

2.2.1. Período Pré-Colonial

O território designado atualmente como RCA foi inicialmente habitado por diferentes tribos bantos, por grupos de negros sudaneses, grupos étnicos etíopes e um pequeno grupo de pigmeus (Círculo de Leitores, 1988, p. 65). No entanto, estima-se que esta região se encontre ocupada desde o século VII, destacando-se a influência do império de origem árabe Dar Al-Kuti⁴ (Bradshaw e Rius, 2007) que aproveitou a região para recolher escravos e posteriormente negociá-los pela África Ocidental e Norte (Giles-Vernick, Hoogstraten e O'Toole, 2018).

2.2.2. Período Colonial

Este território esteve sob administração francesa de 1905 a 1960, durante a qual recebeu o nome de Ubangui-Shari. Esta colonização foi de pouco interesse político e económico para os seus colonizadores (Campos et al., 2016, pp.1-7), mas logo após a segunda guerra mundial o governo francês deparou-se com o surgimento de uma ideologia designada de pan-africanismo (Kuryla, 2016) que serviu de alavanca para movimentos de libertação, que nasceram no seio dos seus países coloniais africanos. Barthélemy Boganda foi o fundador de um movimento semelhante à ideologia de pan-africanismo dentro da RCA que obteve o nome de Movimento para a Evolução Social da África Negra (MESAN) (Círculo de Leitores, 1988, p. 65).

⁴ Impérios muçulmanos que reclamaram a soberania local, transformando a região num local de recolha e exportação de escravos.

A RCA proclama a sua independência relativamente à França no ano de 1960, mas este corte com o seu ex-colonizador não foi total pois este manteve sempre alguma influência (UNESCO, 2010).

2.2.3. Período Pós-Colonial

O primeiro presidente deste recém-nascido Estado foi David Dacko, embora apenas tenha permanecido no poder durante seis anos, sendo deposto através de um golpe de estado. O responsável pelo golpe foi o seu primo, Jean Bedel Bokassa, assumindo inicialmente o título de presidente e tendo-se autoproclamado em 1977 “Imperador Bokassa I”, alterando o nome do país para RCA (Caldeira, 2018). Bokassa aproveitou e usufruiu durante muito tempo de apoio francês (Círculo de Leitores, 1988, p. 65) e de outros países ocidentais, resultado de permanecer como forte aliado da França no seio da Guerra Fria. Para além disso, Bokassa também recompensava altas entidades do Estado Francês com ofertas provenientes dos recursos naturais do país (Campos et al., 2016). Permaneceu no poder até setembro de 1979, data na qual a França retirou-lhe a sua confiança política, sob graves acusações de natureza política e humanitária (Círculo de Leitores, 1988).

O país voltou ao regime republicano em fevereiro de 1981 com David Dacko, tendo a sua primeira constituição. Mas, logo em setembro do mesmo ano, um novo golpe de estado levou ao poder, como presidente e primeiro-ministro, o general André Kolinga (Círculo de Leitores, 1988).

Durante as décadas de 80 e 90 sucederam-se vários golpes de estado e irregularidades nas eleições, dando continuidade à troca de líderes de estado reiterando assim a instabilidade continuada no país (Infoplease, 2017).

2.2.4. RCA no Século XXI

No início do século XXI, François Bozizé tomou o poder na RCA, declarando-se presidente com o apoio da França (Lombard, 2014) e de um grupo originário do Chade, com o nome de “Libertadores” (Campos et al., 2016). Estes foram sendo acusados de várias violações de direitos do Homem, que contribuíram significativamente para o incremento da insegurança no país entre 2004 e 2012. Este incremento de instabilidade deu origem a uma série de conflitos entre os “Libertadores” e as Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) e as forças de segurança (Campos et al., 2016).

Após as eleições de 2012, disputadas entre Bozizé e Patassé, surgiu a coligação rebelde com o nome de *Seleka* como resposta aos atos de corrupção e eleições fraudulentas de Bozizé. Comandada por Michel Djotodia, formada com

indivíduos muçulmanos do nordeste da RCA, os *Seleka* obtinham apoio dos comerciantes de diamantes que estavam insatisfeitos com o governo, tendo como objetivo a deposição de Bozizé (Campos et al., 2016).

A instabilidade vivida em 2012 levou à criação da *Mission de Consolidation de la Paix en Centrafrique* (MICOPAX), por parte da Comunidade Económica dos Estados da África Central, para apoiar a implementação da paz (União Africana, 2013).

Na tentativa de alcançar uma resolução entre os grupos armados e o governo, é estabelecido um acordo em 11 de janeiro de 2013 em Libreville, no Gabão, em que se implementava um cessar-fogo, com a permanência do Presidente Bozizé e a entrada no governo de elementos do grupo *ex-Seleka*, não tendo este acordo tido sucesso.

O objetivo de Djotodia é alcançado no início de 2013, assumindo este o poder da RCA. No entanto, a falta quer de apoios para sustentar a aliança, quer de comando sobre os *Seleka*, fez dissolver o governo em janeiro de 2014, causando o caos no país (Lombard, 2014). Em julho de 2014 em Brazaville, no Congo, ocorre uma nova tentativa de diálogo e reconciliação. No entanto, em agosto voltaram as disputas e a violência (Weyns et al., 2014).

Embora tenha ocorrido a dissolução da coligação *Seleka*, os seus membros continuaram no país a saquear as populações. Em resposta, a comunidade cristã, para se defender, criou a milícia *anti-Balaka*, dando início a conflitos entre muçulmanos e cristãos (CIA, 2018).

A ineficácia da MICOPAX levou a que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), através da Resolução 2127 de 5 de dezembro de 2013, aprovasse a criação da missão de paz da União Africana que substituiria esta última, batizada de *Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine* (MISCA), composta por tropas de países africanos. A França enviou 1.600 militares para atuarem em conjunto com a MISCA. Apesar dos esforços da MISCA, a violência continuou e, no início de janeiro de 2014, contabilizavam-se cerca de mil mortos (Campos et al., 2016).

Após meses de violência, Catherine Samba-Panza foi eleita Presidente interina da RCA por um Conselho Nacional de Transição (Campos et al., 2016). Após posse da nova Presidente, o CSNU autorizou o envio de uma força da União Europeia (UE) à RCA para reforçar as tropas francesas e africanas, entendendo que o conflito teria potencial para se transformar em genocídio. Em 10 de abril de 2014, foi autorizado o estabelecimento de uma operação de paz, a *Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation en Centrafrique* (MINUSCA), para proteger civis, conduzir o processo de transição, facilitar a assistência humanitária, proteger e promover os direitos humanos, apoiar a justiça e o Estado de direito e realizar o processo de Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriação (DDRR) de ex-combatentes na RCA (Campos et al., 2016).

O governo de Samba-Panza não conseguiu um progresso notório no processo de desmobilização e reabilitação dos combatentes, assim como nas tentativas de mediação entre as comunidades (Campos et al., 2016).

Ocorreram novas eleições em fevereiro de 2015, no entanto, devido à instabilidade no país, o mandato do governo interino foi estendido até março de 2016, tomando posse nessa data o atual Presidente Faustin Archange Touadera⁵ (CIA, 2018).

2.3. CARATERIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS OPERACIONAIS

2.3.1. Ambiente Físico

A RCA apresenta uma área de 623.000 km², tendo como capital Bangui, situada a sul, com cerca de 600.000 habitantes (CIA, 2018).

A RCA encontra-se numa posição geográfica central no continente africano e contabiliza um total de 5.920 km de fronteiras terrestres (CIA, 2018): a norte, faz fronteira com o Chade; a este, com Sudão e Sudão do Sul; a sul, com a República Democrática do Congo e com a República do Congo e; finalmente, a oeste, com os Camarões (Figura 1).



Figura 1 – Mapa da RCA

Fonte: ONU (2016).

A RCA tem cerca de 36,2% da sua área total coberta de florestas, na sua região sudoeste e em algumas zonas dispersas pelo Sul, sendo que o restante do território é

⁵ Tendo anteriormente exercido funções como Primeiro-Ministro entre 2008 e 2013.

caracterizado essencialmente por savana, contabilizando uma percentagem reduzida de área com potencial agrícola, cerca de 8,1% do total (CIA, 2018).

O terreno apresenta-se, de uma forma geral, pouco acidentado, sendo o ponto mais baixo no rio Ubangui, com 335 metros de elevação, e o ponto mais alto, no monte Ngaoui, com 1.410 metros de altitude (CIA, 2018). Em termos de hidrografia, existem duas bacias hidrográficas, a norte com o rio Chari e a sul, a bacia hidrográfica do rio Ubangui, sendo este o principal rio navegável no país (Figura 2).

Apresenta um clima tropical, mais húmido a norte do país e na zona de floresta equatorial a sul. A estação de chuvas ocorre de março a outubro, eventualmente até novembro, com ocorrência diária típica de fortes chuvas, que condicionam gravemente os movimentos nos caminhos de terra utilizados naquele TO (Varino, entrevista presencial, 15 de maio de 2018), assim como nevoeiros matinais, com temperaturas a variar entre os 19° C e os 30° C (Giles-Vernick, Hoogstraten e O'Toole, 2018). A estação mais seca ocorre de novembro a fevereiro, ocasionalmente até março, caracterizada por ar seco e temperaturas a variar entre os 18° C e os 40° C, com uma amplitude térmica considerável entre um período de dia quente e um período noturno fresco. Tempestades de areia ocorrem no extremo norte do país (Giles-Vernick, Hoogstraten e O'Toole, 2018).

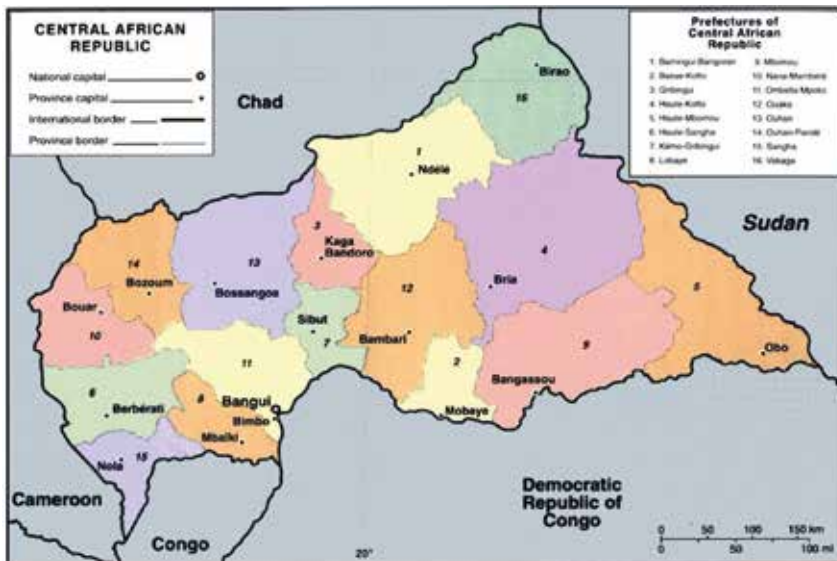


Figura 2 – Topografia e hidrografia da RCA

Fonte: GlobalSecurity (2017c).

2.3.2. Social

A população da RCA, que tem como línguas oficiais o Francês e o Sango⁶, é estimada em 4,3 milhões de habitantes, distribuídos por mais de 80 grupos étnicos (CIA, 2018), nomeadamente os Gbayas (33%), Banda (27%), Mandjia (13%), Sara (10%), Mboum (7%), e outros grupos (10%) (Figura 3).

A maioria da população encontra-se na região ocidental e na região central do país, estando bastante concentrada junto à urbe principal, nomeadamente a capital Bangui, com uma taxa de literacia abaixo de 50% (CIA, 2018). Destaca-se também a existência de várias comunidades religiosas, agrupadas em três principais grupos religiosos representados pelos cristãos (50%), dos quais metade são católicos romanos e metade são protestantes, pelos animistas⁷ (35%) e pelos muçulmanos (15%) (CIA, 2018).

Apesar de apresentado como um conflito étnico-religioso, a posição dos líderes religiosos é caracterizada por uma procura de paz e reconciliação, procurando minimizar a cisão social atual (Dukhan, 2016, p. 17). Varino (*op. cit.*) salienta que a RCA caracteriza-se por ser “*um conflito de controlo de recursos e natureza política do controlo dos destinos do país*”, mais do que um conflito de cariz religioso. Refere, no seu testemunho, que, inclusive no sector central do país, existe coligação entre grupos armados, a serem caracterizados no capítulo 3, que têm religiões diferentes, mas que se agregam por interesses comuns.



Figura 3 – Distribuição geográfica das principais etnias, RCA

Fonte: GlobalSecurity (2017d).

⁶ Outros idiomas presentes são Baya (Gbaya), Banda, Ngbaka, Sara, Mboum, Kare e Mandjia.

⁷ O animismo é usado na antropologia da religião como um termo para o sistema de crenças de alguns povos tribais indígenas.

Desde 2013 que a violência e perseguição, aliadas à degradação das infraestruturas, potenciaram um elevado número de pessoas em situação precária e sem abrigo. Em 2016, mais de 434.000 pessoas foram referenciadas como refugiadas e 2,3 milhões de pessoas vivem em dependência elevada de ajuda humanitária por todo o país (Amnesty International, 2017). A situação atual reportada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados é de que, em 2017, milhares de centro-africanos continuam a atravessar fronteiras para fora da RCA, em especial para o Chade, e estima-se que meio milhão se encontra na situação de refugiado. Segundo esta mesma agência, o registo de deslocados ultrapassa o valor de 688 mil pessoas (ACNUR, 2018).

A RCA apresenta uma esperança média de vida baixa, a rondar os 52,8 anos⁸, estando a elevada taxa de mortalidade relacionada com a crise humanitária, que se tem vindo a agravar, inclusivamente com mortes atribuídas a doenças tratáveis e possíveis de prevenção, como a malária e malnutrição. A mortalidade relaciona-se também com a prevalência de população infetada com síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA)⁹, com a falta de apoio sanitário adequado generalizado, assim como com a precariedade da própria segurança alimentar¹⁰ no país (CIA, 2018).

2.3.3. Política

A RCA tem um governo tipo República Presidencial, tendo o atual presidente Faustin Archange Touadera tomado posse em março de 2016 (CIA, 2018).

A RCA divide-se administrativamente em prefeituras (Figura 4) e caracteriza-se, em termos de forma de governação, como uma república multipartidária.

De acordo com a atual constituição, a eleição presidencial ocorre por sufrágio direto e refere-se a um período de cinco anos, ocorrendo as próximas eleições presidenciais previsivelmente em 2020. Em termos de poder legislativo, a Constituição também prevê um Primeiro-Ministro, um Conselho de Ministros e uma Assembleia Nacional de 105 membros (CIA, 2018).

Fruto do passado recente, a RCA constituiu-se, à luz da comunidade internacional, como um Estado Frágil¹¹ (FFP, 2017), vivenciando-se uma situação política atual bastante debilitada, de forte instabilidade interna, com uma quase inexistência de prestação de serviços públicos, resultando numa patente ineficácia

⁸ Valores estimados referentes a 2017, para população masculina com 51,4 anos e população feminina de 54,2 anos (Ferreira, 2018).

⁹ 130.000 pessoas, dados estimados de 2016 (CIA, 2018).

¹⁰ Incluindo uma falta de água potável generalizada.

¹¹ Ocupando o terceiro pior lugar de 178 países em análise geral no estudo *"The Fragile States INDEX 2017"*, difundido pela organização *Fund for Peace*.

do governo em providenciar as condições básicas de bem-estar à sua população, destacando Figueira (entrevista presencial, 04 de maio de 2018) e Varino (*op. cit.*) que o governo não controla nem garante presença na maior parte do território. São recorrentes as violações dos direitos humanos (HRW, 2018, pp. 125-126), pelo que a falta de segurança ainda é generalizada, existindo uma elevada dificuldade de implementação da lei e ordem pública. Tal traduz-se numa ainda forte necessidade de intervenção externa no país que é patente na recente postura de incremento de efetivos da ONU naquele TO.



Figura 4 – Prefeituras da RCA
Fonte: GlobalSecurity (2017b).

2.3.4. Militar

As FACA encontram-se em processo de regeneração (Varino, *op. cit.*) desde 2013, estando as suas estruturas incompletas e mal definidas. Os militares não recebem salários, há falta de meios e pessoal para atuar no território, tendo o seu efetivo nunca ultrapassado os 8.000 militares (McGrew, 2016, p. 10). As FACA são constituídas, em parte, por elementos do grupo armado *anti-Balaka*, que utilizam meios e armamento das FACA, sem o consentimento do Governo, para ações próprias, sendo as FACA considerada uma força não-obediente ao Governo (Figueira, *op. cit.*).

As forças de segurança (*Gendarmerie* e Polícia Nacional) não têm pessoal e equipamento para cobrir a extensão de área atribuída. Em 2014, a ONU pagava o salário a vários milhares de elementos das forças de segurança e judiciais, fornecia

equipamento básico e viaturas para que estas forças conseguissem efetuar as suas tarefas básicas (McGrew, 2016, p. 10). Não existe uma uniformidade no fardamento das forças de segurança, sendo por vezes confundidos com grupos armados (Figueira, *op. cit.*). De forma a colmatar a falta de salários às forças de segurança, estas executam frequentemente operações de fiscalização rodoviária para extorquir dinheiro à população local e elementos civis das Organizações Internacionais (OI) (Figueira, *op. cit.*).

A RCA tem presente no seu território diversas OI, nomeadamente a ONU desde 2013, atualmente através da força internacional MINUSCA (ONU, 2018) e a UE com a *European Union Training Mission in Central African Republic* (EUTM-RCA) desde 2016 (EEAS, 2018).

A ONU é a maior OI presente na RCA, através da MINUSCA, composta por cerca de 14.000 elementos (Figura 5), dos quais 12.870 são forças militares e policiais, denotando que a maior parte dos dez maiores países contribuintes de forças são países africanos (Figura 6).

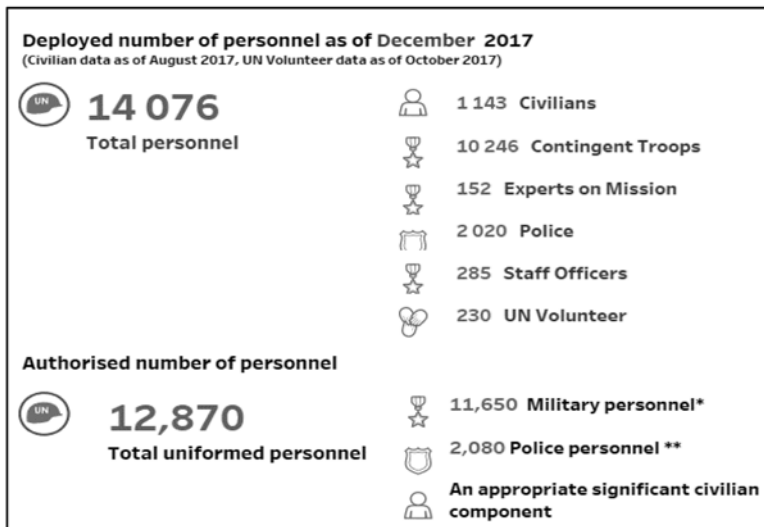


Figura 5 – Composição da MINUSCA em 2017

Fonte: ONU (2018).

A sua prioridade é a proteção de civis e direitos humanos, promover o processo de transição, apoiar a ajuda humanitária, execução de justiça, Estado de Direito e processo de DDDR (ONU, 2018). Porém, a ONU não tem o apoio total da população (Figueira, 2018), em parte devido aos cerca de 200 casos registados de

abuso sexual praticados por elementos da MINUSCA, alegando-se como causas a presença de forças africanas e asiáticas com lacunas na preservação dos direitos humanos (Figueira, *op. cit.*). Há relatos de uma ausência de atuação de forças muçulmanas da MINUSCA contra forças *ex-Selekas*, obrigando à deslocação de outras forças não muçulmanas para atuarem contra estes grupos armados (Figueira, *op. cit.*). Somando a isto, o processo de DDRR tem-se revelado um fracasso, o armamento entregue pelos ex-combatentes está quase na sua totalidade inoperacional (Figueira, *op. cit.*; Varino, *op. cit.*). Como exemplo, em 400 armas entregues apenas duas estavam aptas para uso (Figueira, *op. cit.*).

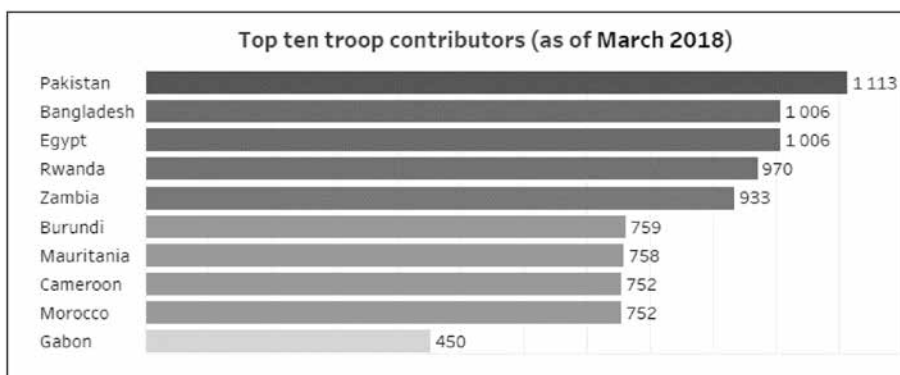


Figura 6 – Maiores contribuintes para a MINUSCA em 2018

Fonte: ONU (2018).

A EUTM-RCA tem um efetivo de 170 elementos de dez nações, tendo a missão de ministrar o treino operacional e a formação às FACA, assim como assessorar o Ministério da Defesa da RCA e o Estado-Maior-General do Exército (EEAS, 2018). Não obstante, esta missão parece revelar-se infrutífera, visto que as FACA estão pouco motivadas, devido à falta de salários e de alimentação diária por períodos até 24h (Figueira, *op. cit.*).

2.3.5. Economia

As principais bases da economia são a agricultura de subsistência, indústria madeireira e exploração mineira, sendo que a agricultura gera mais de metade do Produto Interno Bruto (PIB) (CIA, 2018). As atividades agrícolas resumem-se aos níveis de subsistência, embora seja um país com condições agrícolas propícias ao cultivo em grande escala de café e algodão, contudo, não há capacidade de apoiar estas atividades (MG, entrevista presencial, 01 de maio de 2018). A principal exportação é a madeira (toros (35%) e de serração (12%)) (OEC, 2018). Devido à sua

instabilidade, a RCA baseia-se numa “economia de guerra”, existindo este modelo de economia já antes deste conflito, mas tendo-se agravado consideravelmente (Dukhan, 2016, p. 10).

A RCA tem um reduzido PIB *per capita*, USD\$ 700, ocupando a 229ª posição a nível mundial (CIA, 2018), apesar de ter grandes quantidades de recursos naturais (ouro, diamantes, cobre, urânio e madeira), conforme exposto na Figura 7. Todavia o seu acesso ao nível industrial é inadequado (insegurança, falta de infraestruturas, corrupção) (McGrew, 2016, p. 19). O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional têm apoiado monetariamente com centenas de milhões de dólares o desenvolvimento de infraestruturas e meios para impulsionar a economia, contudo a insegurança impede o PIB de recuperar para os níveis de 2013 (CIA, 2018).

A instabilidade política permitiu que os grupos armados tomassem conta dos vastos recursos naturais (diamantes, ouro e caça) e que tenham dividendos da sua exploração através de contrabando, impostos e atribuição de licenças, sendo estes lucros um incentivo para os grupos armados continuarem com os conflitos em vez de negociar a paz (Dukhan, 2016, pp. 2-8, 38-40).

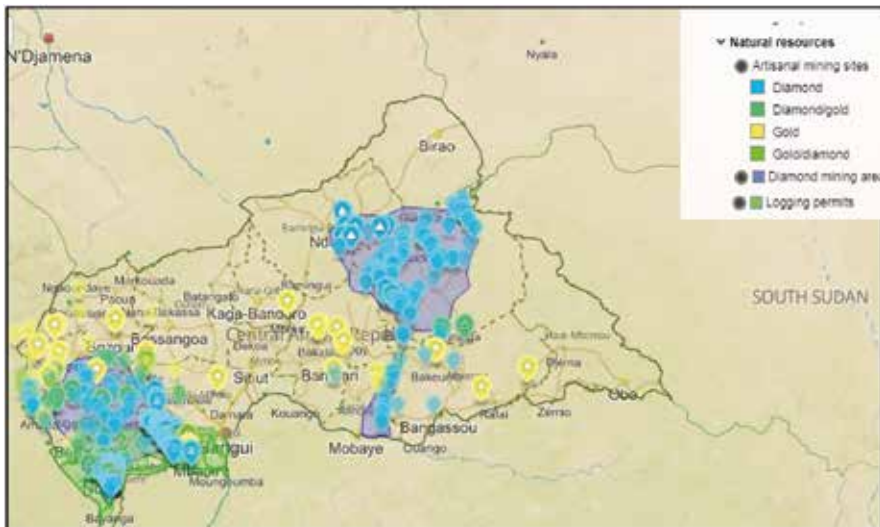


Figura 7 – Mapa dos recursos minerais na RCA

Fonte: IPIS (2017).

A elevada taxa de desemprego (80%) é devida à quase inexistência de indústrias ou atividades agrícolas (em grande escala) (MG, *op. cit.*), sendo a taxa de crescimento de produção industrial de 2%, ocupando a posição 107 a nível mundial (CIA, 2018).

2.3.6. Infraestruturas

A falta de infraestruturas tem levado o BM a apoiar vários projetos de construção desde 2011 com dezenas de milhões de dólares (McGrew, 2016). Contudo, do total de 20.278 km de estradas, apenas cerca de 1.400 km têm pavimento, ocupando a 107ª posição no *ranking* mundial (CIA, 2018). A falta de estradas e escolas tem sido uma das razões de descontentamento mais reivindicadas pela etnia muçulmana (McGrew, 2016, p. 40). A falta de estradas pavimentadas (Figueira, *op. cit.*; Varino, *op. cit.*) e de infraestruturas associadas necessárias no país para promover a circulação de bens e pessoas tem afetado severamente o comércio e indústria (McGrew, 2016, p. 9).

O território conta com 39 aeroportos (Figura 8), apenas dois têm pistas de aterragem pavimentadas, em Bangui (comprimento da pista 2.600 m) e Berberati, com 1.660 m (CIA, 2018). A nível fluvial, existem vários portos fluviais (Figura 8), havendo um porto fluvial para o rio Oubangi na capital (CIA, 2018).

Devido aos conflitos, os alojamentos e infraestruturas públicas estão severamente danificadas, especialmente os locais religiosos. O elevado estado de deterioração destas estruturas tem desencorajado o retorno de deslocados (McGrew, 2016, p. 70).



Figura 8 – Vias de comunicação na RCA

Fonte: GlobalSecurity (2017a).

O sistema judicial não tem capacidade para combater a larga escala de crimes, provocando um sentimento de impunidade nas populações. O poder judicial historicamente não apatidário, associado à violência interétnica, levou as populações a não apresentarem queixa quando as instituições judiciais e de segurança pertencem a um grupo religioso ou étnico diferente do queixoso. O sistema jurídico tem falta de pessoal, existindo apenas 150 juízes e 40 advogados em 2010, sendo estes, vítimas de ameaças e assassinatos (McGrew, 2016, p. 10).

A escassez de escolas em funcionamento, conjugada com a falta de educadores qualificados, tem provocado a paralisia do sistema educacional (MG, *op. cit.*).

O país não tem capacidade para conter os prisioneiros nas suas instalações penitenciárias, não cumprindo com os requisitos de segurança. As fugas de prisões são comuns e frequentes, muitas vezes com a conivência das forças de segurança e guardas prisionais (McGrew, 2016, pp. 10, 11).

O acesso à rede elétrica é quase inexistente, abrangendo apenas 3% da população. Associado a isto, somente 5% da área urbana e 1% da área rural têm rede elétrica. A RCA não importa nem exporta energia elétrica, possuindo uma capacidade de gerar 44.000 kW, ocupando a 196ª posição no *ranking*, sendo 43,2% dependente de combustíveis fósseis e o restante de centrais hidroelétricas (CIA, 2018).

2.3.7. Informação

De acordo com a *British Broadcasting Corporation* (BBC) (2017), o meio de informação mais popular é a rádio. A estação estatal de radiodifusão e televisão *Centrafrique* apresenta limitações na sua rede de difusão em modulação de frequência (FM). A MINUSCA também opera uma estação de rádio designada por Guira FM, acessível na região de Bangui. Regista-se a existência de algumas outras estações de rádio privadas pertencentes, na maioria, a organizações religiosas. Em termos de rádio internacional, está disponível na região de Bangui a difusão da *BBC World Service*, da rádio *France Internationale* e da rádio *Voice of America*.

Os jornais impressos têm uma implementação muito limitada, fruto dos níveis de literacia baixos e de fraca capacidade de distribuição nas zonas mais rurais. Cerca de 224.000 pessoas no país foram referenciadas como estando *online* em 2016, o equivalente a 4,6% da população, caso fossem todos nacionais, sendo que o acesso à *Internet* se encontra principalmente viabilizado na região da capital (BBC, 2017).

Continuam-se a registar ataques também aos *media* na RCA, não estando garantido um ambiente seguro para o trabalho dos jornalistas no país. De uma forma geral, as poucas publicações impressas resumem-se a boatos e editoriais. A estação de rádio *Ndeke Luka*, que conta com apoios externos da ONG suíça *Fondation Hirondelle*, é referenciada como tendo capacidade de

reportagem ajustada e adequada (RWB, 2018).

O serviço de telefone é limitado, existindo em média uma ligação fixa por cada 100 pessoas e com alguns serviços de redes móveis, mas muito concentrados na região de Bangui (CIA, 2018).

De uma forma geral, o acesso público a informação pela população na RCA é limitado, com exceção eventual das regiões próximas a Bangui, e os serviços de telecomunicações têm que ser providenciados de forma suplementar com apoios externos (Figura 9) (ETC, 2018).

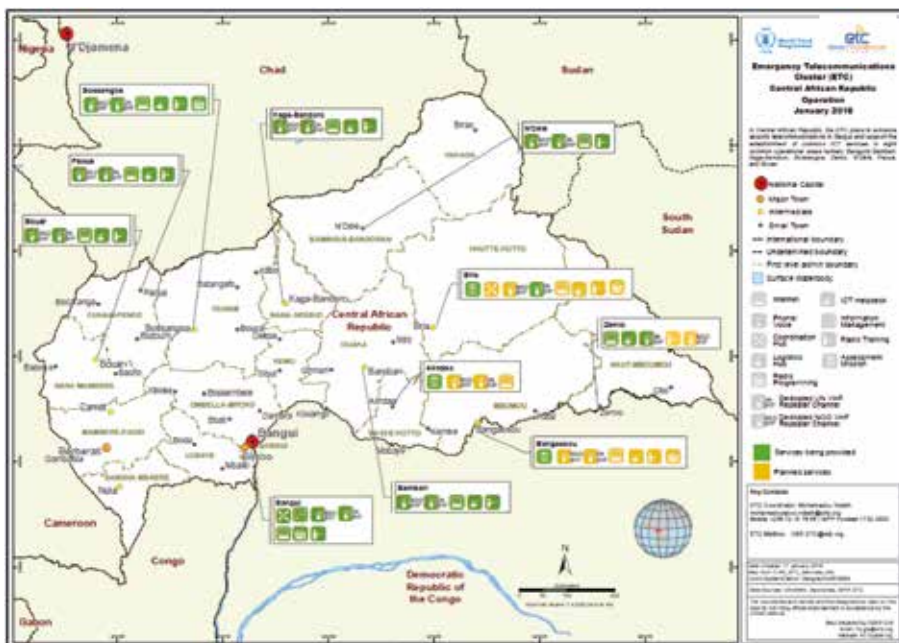


Figura 9 – Operações na RCA da *Emergency Telecommunications Cluster* (ETC)¹²
Fonte: ETC (2018).

2.4. AVALIAÇÃO DAS AMEAÇAS

Na RCA, após o golpe de Estado de março de 2013 e apesar das inúmeras tentativas para o restabelecimento da paz, diversos grupos armados continuaram a controlar e a exercer influência no território.

A dinâmica do conflito tem sofrido alterações ao longo do tempo e dois fenômenos surgiram:

¹² A ETC é uma rede de organizações que operam em conjunto para providenciar serviços de comunicações em casos de emergências humanitárias

– A cisão dos dois principais grupos armados em múltiplos grupos rebeldes de dimensão reduzida, cada um com os seus objetivos e alianças oportunistas próprias.

– O emergir de milícias populares desencadeado pelo aumento da violência sectária (Dukhan, 2016, p. 2).

Esta multiplicidade de forças beligerantes presentes na RCA – grupos armados, organizações criminosas, milícias e, por vezes, até as forças armadas do país – torna difícil a sua diferenciação (ICG, 2015, p. 2).

2.4.1. Movimentos Rebeldes – Movimento *Seleka*

2.4.1.1. Descrição Geral

Os *Seleka* (“aliança” ou “coligação” em Sango) tiveram a sua origem numa coligação de grupos armados que partilhavam um sentimento de marginalização económica e política.

O grupo armado *Seleka* foi formado em 2012, quando algumas fações acordaram a possibilidade duma coligação com o objetivo de derrubar o Presidente Bozizé. O cerne desta aliança foi constituído por três fações:

– *Convention Patriotique du Salut du Kodro* (CPSK) liderado por Mohamed Moussa Dhaffane.

– *Convention des Patriotes pour la Justice et la Paix* (CPJP) liderado por Nourredine Adam.

– *Union des Forces Démocratiques pour le Rassemblement* (UFDR) liderado por Michel Djotodia.

Entre 10 de dezembro de 2012 e o início de janeiro de 2013, o grupo armado *Seleka*, apoiado por mercenários sudaneses e chadianos, lançou uma ofensiva em larga escala conquistando as bases militares e as explorações mineiras das cidades de Bria, Kabo, Ippy e Ndassima, e ainda as capitais regionais de Bambari e Kaga-Bandoro. Consolidando o controlo obtido na região Este do país, o grupo armado movimentou-se em direção a Sibut, localizada apenas a 160 km a norte da capital, Bangui. O sucesso da ofensiva *Seleka* desencadeou alianças táticas – umas mais duradouras, outras mais efémeras – com diversos grupos armados, alguns dos quais ressurgiram aproveitando a situação para retirar dividendos políticos e económicos (Weyns et al., 2014, p. 15).

Em 24 de março de 2013, sob a acusação do incumprimento do acordo de Libreville por parte do Presidente Bozizé, os *Seleka* executaram um golpe de estado e Michel Djotodia assumiu a presidência da RCA.

Em 12 de setembro de 2013, devido à pressão internacional, o Presidente

Djotodia dissolve o grupo armado *Seleka*¹³ e declara as FACA como a única força armada legítima na RCA. No entanto, continua a integrar membros *ex-Seleka*¹⁴ nas FACA, nomeando comandantes desse grupo para os altos cargos e atribuindo-lhes zonas de responsabilidade na RCA. Consequentemente, tornou-se difícil distinguir entre membros *ex-Seleka* reintegrados e membros dos *ex-Seleka* que continuavam a combater como insurgentes (ICG, 2015, p. 2).

Em janeiro de 2014, após o Presidente Djotodia ter sido forçado a demitir-se, a coligação *ex-Seleka* dividiu-se em diversos grupos rivais. Esta cisão foi consequência de uma combinação de divisões étnicas, rivalidades de liderança, disputas financeiras e desentendimentos sobre as estratégias a adotar na transição de autoridade (ICG, 2015, p. 8).

Em dezembro de 2015, a coligação *ex-Seleka* dividiu-se em quatro grupos principais com agendas e interesses distintos. Estes grupos serão caracterizados no subcapítulo 3.3.

2.4.1.2. Objetivos

Desde o início da ofensiva *Seleka* que as estratégias implementadas indicavam motivos claros de ascensão ao poder, instaurando em cada capital regional conquistada uma administração *Seleka*.

Numa fase inicial a aliança *Seleka* manifestava a sua revolta contra o poder centralizado de Bozizé, exigindo:

- Reformas políticas acordadas anteriormente e não cumpridas pelo regime de Bozizé, como o fim do subdesenvolvimento e da marginalização da população do nordeste do país;
- Investigação de alegadas violações aos direitos humanos cometidos pelo regime;
- Compensação financeira para todos os combatentes *Seleka* que lutaram ao lado de Bozizé no golpe de estado de 2003;
- Restituição imediata e incondicional de diamantes, ouro e outros bens saqueados em 2008 (Dukhan, 2016, p. 3).

No entanto, quando estiveram no poder, não desencadearam qualquer iniciativa sobre o anteriormente reclamado¹⁵. Durante a Presidência *Seleka* o acesso ao poder e aos fundos públicos teve como objetivo o enriquecimento pessoal do grupo.

¹³ Nesta altura operavam cerca de 3.500 combatentes *Seleka* em Bangui. Apesar da sua presença ter diminuído, os agora *ex-Seleka* continuavam a operar divididos e fracionados (Weyns et al., 2014, p. 3).

¹⁴ Desde a sua dissolução que a coligação *Seleka* passou a autodenominar-se *ex-Seleka*. Após setembro de 2013 os *Seleka* têm sido designados pelos média como os “novos” *Seleka* ou *ex-Seleka* (Weyns et al., 2014).

¹⁵ Apesar dos motes da ofensiva *Seleka*, nenhum dos 500 decretos assinados pelo presidente Djotodia abordava reformas socioeconómicas (Weyns, et. al., 2014, pp. 24-25).

A partir de dezembro de 2013, a perseguição e limpeza étnica de muçulmanos a Oeste e no centro do país tornou-se num motivo de legitimar as suas ações em defesa das comunidades muçulmanas¹⁶. No entanto, as tentativas de articular um programa político em torno do conflito sectário falharam, assim como a ideia de dividir o país para proteger a população muçulmana (Dukhan, 2016, p. 3).

2.4.1.3. Modo de atuação

Após a tomada do poder, os *Seleka* e mercenários estrangeiros deslocaram-se para Oeste saqueando aldeias e cidades, maioritariamente cristãs, cometendo inúmeras violações dos direitos humanos, incluindo execuções sumárias, violações sexuais, sevícias, detenções e cobrança de impostos ilegais (HRW, 2017, p. 18). Apesar de também terem implementado um sistema de impostos paralelo, o grande objetivo eram os ganhos a curto-prazo, obtidos através de saques, assaltos à mão armada, pilhagem, caça ao marfim e caça ilegal. Isto sugere que estas áreas do país foram intencionalmente deixadas aos mercenários chadianos e sudaneses para reivindicar os despojos de guerra. As atrocidades perpetradas na região Oeste foram mais violentas do que as a Este.

Elementos *Seleka* pertencentes ao grupo UFDR e CPJP controlaram a região este da RCA desenvolvendo um sistema de impostos sobre as explorações mineiras. Atualmente, as principais zonas de influência do UPC e FPRC (ver subcapítulo 3.3) coincidem, respetivamente, com as principais áreas produtoras de ouro e diamante.

Por todo o território foram implementados postos de controlo nas fronteiras administrativas dos concelhos onde era exigido o pagamento de taxas. Em simultâneo, desenvolveram outras formas de obtenção de financiamento como, por exemplo, a criação de impostos não oficiais sobre os criadores de gado (Varino, *op. cit.*).

2.4.2. Movimentos Rebeldes – Movimento *anti-Balaka*

2.4.2.1. Descrição Geral

O nome *anti-Balaka* tem origem nas palavras “*anti-balles AK-47*”, ou seja, os seus membros têm fé que os amuletos que usam os protegerão dos projéteis. O movimento *anti-Balaka*, composto inicialmente por membros cristãos, animistas e muçulmanos, surgiu no ano 2000, na região Noroeste (Bossangoa, Bozoum e Bocaranga) como um grupo de autodefesa. Este grupo visava essencialmente

¹⁶ Durante a ofensiva inicial, os combatentes *Seleka* pareciam discriminar entre a população muçulmana e não muçulmana, embora os muçulmanos não fossem completamente poupados. Após a criação do grupo *anti-Balaka*, os cristãos foram especificamente escolhidos para ataques direcionados (Weyns, et al., 2014, p. 24).

defender a sua principal fonte de riqueza, os rebanhos bovinos, de saques perpetrados por bandidos de estrada “Zaraguinas”. Em meados de 2013, intimamente ligado à religião cristã, ressurge o movimento, em oposição aos *Seleka*, aproveitando o mote da autodefesa para se armarem (Weyns et al., 2014).

O termo *anti-Balaka* encobre inúmeros grupos com perfis e áreas geográficas de atuação diferentes, não sendo, por isso, fácil de estimar com exatidão o número de combatentes pertencentes a este grupo. Assim, podemos hoje encontrar neste grupo os originários grupos de autodefesa, membros das FACA, ex-guardas presidenciais de Bozizé e jovens milícias (homens e mulheres) vítimas dos *Seleka*. Apesar da heterogeneidade de membros, aliada a uma limitada estrutura de comando e considerado amiúde como um grupo desorganizado, não se inibem de desempenhar um papel relevante no atual conflito, com uma predominância de atuação na zona ocidental do país. Líderes *anti-Balaka* afirmam que o seu efetivo ronda os 52.000 a 70.000, no entanto, segundo a ONU, este número não ultrapassa os 1.500 (Dukhan, 2016). Esta discrepância nos efetivos prende-se, na nossa opinião, com a diferença entre aquilo que é o efetivo permanente e aquele que conseguem mobilizar e armar.

Em agosto de 2013, já depois de deposto o Presidente Bozizé, é conduzido o primeiro ataque dos *anti-Balaka* contra os *Seleka*. Os ataques intensificam-se em outubro e, em dezembro, é lançada uma surpreendentemente bem coordenada¹⁷ ofensiva a Bangui, da qual resultaram 1.000 mortos segundo dados da amnistia internacional. Esta ofensiva representa o início de um ciclo de violência generalizada na RCA, que vai muito para além do inicial conceito de autodefesa (Dukhan, 2016).

Em 2014, com a demissão do presidente Djotodia e a progressiva ascendência do movimento, surge a oportunidade de Bozizé, anterior presidente, com estreitas ligações aos *anti-Balaka*, vir a assumir novamente o poder da política nacional na RCA. Esta questão dividiu o movimento em dois grandes grupos. Por um lado, com estreita ligação a Bozizé, surge o grupo Combatentes da Libertação do Povo Centrado em África, sobretudo à custa de antigos oficiais da FACA e liderado por Ngaïssona (Coordenador Geral). Por outro lado, aparece até 2014 uma liderança dividida entre Wenezoui (Coordenador Geral Adjunto) e Kokaté (Chefe dos Assuntos Políticos) e, posteriormente a 2015, Mokom, em oposição às pretensões de Bozizé. Em agosto de 2014, Wenezoui separa-se completamente e cria o seu próprio movimento, Movimento Patriótico para o Futuro, onde inclui cristãos e muçulmanos (Weyns, et al., 2014, p. 48).

¹⁷ Dada a limitada estrutura de comando e inferioridade tecnológica ao nível do armamento.

2.4.2.2. Objetivos

Como vimos anteriormente, o movimento é composto por diferentes grupos, sendo, portanto, difícil identificar objetivos aplicáveis a todos, no entanto, algumas tendências acabam por ser relevantes para a grande maioria. Assim, os *anti-Balaka*, aproveitando o mote da necessidade de criação de grupos de autodefesa, armaram-se para lutar e acabar com o regime *Seleka*, protegendo assim a população cristã. O ressentimento em relação aos muçulmanos, motivado pela repressão, justifica, aos olhos dos *anti-Balaka*, combates extremamente violentos e generalizados a toda a população muçulmana, indo muito além da autodefesa. Parte do movimento, nomeadamente ex-membros das FACA e da Guarda Presidencial, adicionou o objetivo específico de trazer de volta Bozizé ao poder. Outro dos objetivos é lutar contra as forças Chadianas e Sudanesas que apoiam os combatentes do movimento adversário. Não sendo um objetivo primário, acaba por se revelar necessária a cobrança de impostos ilegais, como uma das principais fontes de rendimento (Weyns et al., 2014).

2.4.2.3. Modo de atuação

Os *anti-Balaka* (Figura 10), alegando que apenas pretendem recuperar o que lhes foi retirado pelos *Seleka*, recorrem a métodos extremamente agressivos e condenáveis à luz do direito internacional para matar muçulmanos, destruir infraestruturas religiosas e saquear. São exemplo disso as mesquitas queimadas e os ataques a colunas e campos de deslocados. Estes ataques são conduzidos principalmente com recurso a armas artesanais e de caça, no entanto também utilizam AK¹⁸-47, RPG¹⁹ e PKM²⁰ (Varino, *op. cit.*).

O saque, dirigido essencialmente à população muçulmana, é a principal fonte de rendimento do movimento e dos seus líderes. Outra das formas de atuação e garantia da autossuficiência é a cobrança de impostos ilegais sobre mercadorias contrabandeadas em vários postos de controlo ao longo dos principais itinerários. Ainda controlam, na região Oeste, a mineração do ouro em detrimento dos diamantes, por ser necessário menor investimento para a extração e ser vendível. Os seus atos extremamente cruéis, trazidos a público pela comunicação social, levaram à intervenção da ONU. A estrutura superior do movimento possui apenas uma limitada influência sobre os grupos *anti-Balaka* fora da capital, chegando mesmo a não reconhecer determinados comandantes de zona.

¹⁸ Espingarda automática *Avtomát Kaláshnikova*

¹⁹ *Rocket-propelled grenade* – Lança Granada foguete

²⁰ *General-purpose machine gun* – metralhadora de calibre 7,62mm



Figura 10 – Área de influência anti-Balaka na RCA

Fonte: Adaptado a partir de ONU (2016).

2.4.3. Movimentos Rebeldes – Movimentos ex-Seleka

2.4.3.1. *Front Populaire pour la Renaissance de Centrafrique* (FPRC)

A FPRC (Figura 11) foi criada em julho de 2014 por Nourredine Adam e tem o apoio de Michel Djotodia (ex-presidente da RCA). Este grupo, que representa a facção extremista dos *ex-Seleka* (ICG, 2015, p. 8), tem perturbado a resolução do conflito recusando cumprir o acordo de Brazzaville de 2014 e o acordo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de 2015. A FPRC rejeitou sistematicamente qualquer governo de transição onde os seus líderes não desempenhassem um papel central no governo (Dukhan, 2016, p. 7).

Em 14 dezembro de 2015, após a FPRC ter tentado deter o processo eleitoral e ter sido um foco de destabilização política e de segurança, Nourredine Adam²¹ declara a autonomia da República de Logone, também denominada República de Dar el Kuti, na cidade de Kaga-Bandoro, juntamente com outras quatro prefeituras (incluindo Nana-Grebizi, Bamingui-Bangoran, Haute-Kotto e Vakaga). Todas essas regiões são ricas em recursos naturais (principalmente petróleo, diamantes e ouro), o que explica a sua escolha (Varino, *op. cit.*).

A 21 de dezembro de 2015, após a pressão internacional do Presidente

²¹ Nourredine Adam afirmou “*What we want first of all is autonomy. Then we’ll look at how to move towards independence*”. Esta afirmação é fundamentada pela ideia que muçulmanos e cristãos não poderiam coexistir na RCA (Dukhan, 2016, p.6).

Chadiano Déby e da Organização para a Cooperação Islâmica, Nourredine Adam declara que a FPRC não iria constituir um obstáculo ao processo eleitoral e não apoiaria mais a divisão do território da RCA, promessa esta que nunca foi cumprida (Dukhan, 2016, pp. 6-7).



Figura 11 – Área de influência FPRC

Fonte: Adaptado a partir de ONU (2016).

Após a eleição do Presidente Touadéra, este recusou partilhar o poder, como era esperado pelos ex-*Seleka* durante a campanha eleitoral. O Presidente Touadéra, ao contrário dos grupos armados, pretende que seja cumprido o DDR antes de qualquer acordo político, sendo este o principal ponto de discórdia na atualidade.

Em outubro de 2016, Nourredine Adam repetiu a sua tentativa de reunião do ex-*Seleka* por forma a incrementar a sua força política, coligando-se com os grupos armados *Mouvement Patriotique pour la Centrafrique* (MPC) e *Rassemblement Patriotique pour le Renouveau de Centrafrique* (RPRC). A criação desta nova aliança levou a um conflito com o grupo armado *Union pour la Paix en Centrafrique* (UPC) que recusou aderir à coligação.

Posteriormente, com a ligação oportunista dos *Anti-Balaka* ao FPRC para fazer face à UPC, o conflito assumiu uma maior preponderância sectária e interétnica (Varino, *op. cit.*).

2.4.3.2. *Union pour la Paix en Centrafrique*

O UPC (Figura 12), criado por Ali Darassa²², é um grupo maioritariamente de etnia fula sediado em Bambari. Ali Darassa foi um elemento chave na conquista dos *Seleka*. Em 2014 regressa à RCA a pedido de elementos de etnia fula que argumentavam ser alvos de extorsão, não só de elementos *anti-Balaka*, mas também de *ex-Seleka*. Em outubro de 2014 cria o UPC – apesar de ser considerado um grupo armado moderado, alegadamente as suas milícias têm cometido diversas atrocidades (ICG, 2015, p. 8).

Este grupo tem atuado como defensor da comunidade muçulmana. Declarou ser contra a divisão do país e assinou o acordo de DDR. Em janeiro de 2016 assinou um pacto de não-agressão com o grupo *anti-Balaka* (Dukhan, 2016, p. 6).



Figura 12 – Área de influência UPC

Fonte: Adaptado a partir de ONU (2016).

2.4.3.3. *Rassemblement Patriotique pour le Renouveau de Centrafrique*

O RPRC foi criado por três “senhores da guerra” *ex-Seleka*: Herbert Gontran Djono Ahaba (ex-Ministro das Minas na presidência de Djotodia), Zacharia Damane e Joseph Zoundeiko.

O RPRC, sediado na região de Bria (450 km Nordeste de Bangui), é maioritariamente composto por elementos de etnia gula pertencentes ao antigo

²² Ali Darassa era o 2º Comandante e responsável militar do grupo insurgente Chadiano FPR (*Chad's Front Populaire pour le Redressement*) apoiante dos *Seleka* durante a ofensiva no final de dezembro de 2012.

grupo armado UFDR (uma das três fações principais da aliança *Seleka*).

O grupo é considerado moderado, tendo participado nas negociações e acordos de paz. Não apoia a divisão do país e assinou o acordo de 2015 de DDR (Dukhan, 2016, p. 6). Em outubro de 2016, a ala militar do RPRC é absorvida pelo FPRC, que juntamente com o MPC, criou uma nova aliança para fazer face ao UPC.

2.4.3.4. *Mouvement Patriotique pour la Centrafrique*

O MPC (Figura 13) foi criado em julho de 2015 por dois ex-membros do FPRC da região de Kaga-Bandoro – Mohamed Bahar²³ and Alkatim Mahamat – devido a divergências com o líder Nourredine Adam. O MPC é considerado um grupo moderado, tendo reconhecido os diversos acordos de paz. Afirma que é contra a divisão do território e assinou o acordo DDR (Dukhan, 2016, p. 7).

Como referido anteriormente, em outubro de 2016 o MPC uniu-se à nova coligação *ex-Seleka* para combater o UPC.



Figura 13 – Área de influência MPC

Fonte: Adaptado a partir de ONU (2016).

²³ Mohamed Bahar é de origem Chadiana e foi chefe de informações militares no ministério da Defesa do Presidente Djotodia (ICG, 2015, p. 39).

2.4.4. Outros Movimentos Rebeldes

2.4.4.1. *Front Démocratique du Peuple Centrafricain* (FDPC)

O FDPC (Figura 14) foi criado em 2004 por Adboulaye Miskine, um oficial próximo do antigo Presidente Patassé e opositor do regime de Bozizé. O FDPC manteve uma aliança curta com os *Seleka* até março de 2013. As milícias do FDPC constituem-se como a principal ameaça na região Oeste da RCA, tendo desencadeado diversos ataques a viaturas e raptos no principal itinerário de abastecimento entre os Camarões e Bangui, com impacto negativo na economia nacional. Este grupo não participou no fórum de Bangui, não tendo ratificado o acordo DDR (Dunkhan, 2016, p.7).



Figura 14 – Área de influência FDPC

Fonte: Adaptado a partir de ONU (2016).

2.4.4.2. *Révolution et Justice* (RJ)

O RJ (Figura 15) foi criado no final de 2013 por Armel Sayo na região de Ouham Pendé. O RJ afirma-se como defensor da comunidade local contra incursões provenientes do Chade. Em 2014 registaram-se confrontos entre as milícias RJ e *ex-Seleka* e também com pastoralistas-fula da RCA e do Chade.



Figura 15 – Área de influência RJ
Fonte: Adaptado a partir de ONU (2016).

Em agosto de 2014 Arnel Sayo, na altura ministro da juventude e do desporto, apoiou financeiramente o RJ. O RJ e o MPC têm colaborado com vista à obtenção de dinheiro através de roubo de gado e implementação de taxas na região de Markounda, aumentando a sua área de influência. No entanto começam a surgir algumas divergências entre eles, bem como atritos com outras fações (Dukhan, 2016, p. 7).

2.4.4.3. *Retour, Réclamation et Réhabilitation* (3R)

O 3R (Figura 16) foi criado no final de 2015 pelo autoproclamado General Sidiki Abass com o objetivo de proteger os nómadas fula das milícias *anti-Balaka*.



Figura 16 – Área de influência 3R
Fonte: Adaptado a partir de ONU (2016).

O grupo tem desenvolvido ataques no Nordeste da RCA contra as forças da ONU e populações apoiantes do movimento *anti-Balaka*. De acordo com o *Human Rights Watch*, o 3R controla algumas áreas da fronteira com os Camarões e, devido à violência dos ataques em larga escala, causou cerca de 17.000 deslocados. O grupo está envolvido em roubo de gado para financiar armamento e munições que adquire no mercado negro (HRW, 2016).

2.4.4.4. Lord's Resistance Army (LRA)

O LRA²⁴ surgiu pela primeira vez na RCA em fevereiro de 2008, na região de Haut-Mbomou (região Sudeste). A porosidade das fronteiras, a existência de alvos remuneradores (como extrações mineiras) e o clima de impunidade e de insegurança tornaram a RCA um país atrativo para o LRA. As suas receitas provêm da exploração e troca de recursos naturais como o marfim e ouro. O grupo tem cometido abusos generalizados, incluindo ataques contra civis e trabalhadores de agências humanitárias. Em agosto de 2014, o número de combatentes armados na RCA foi estimado em cerca de 200 (ICG, 2015, p. 78). Os seus membros evitam a confrontação com outros grupos presentes na RCA, incluindo as forças internacionais, por forma a preservar as suas munições para a caça furtiva (ONU, 2015).

2.4.5. Diagramas de Relações

Para uma melhor compreensão do AO da RCA elaborou-se um diagrama de relações entre os atores considerados mais relevantes (Figura 17).

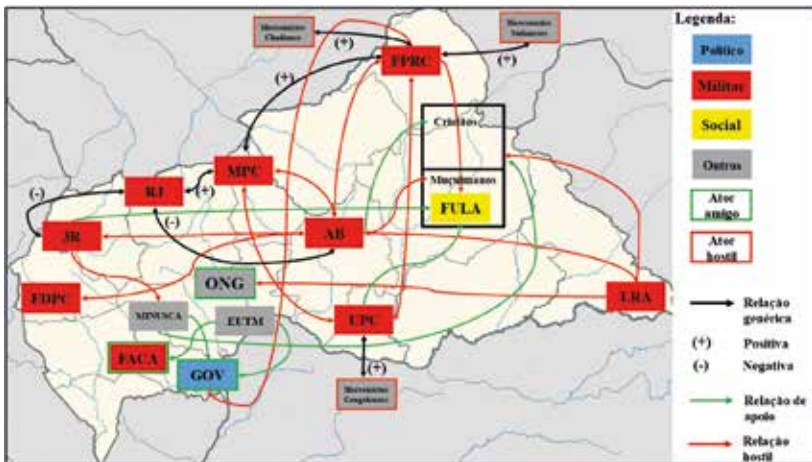


Figura 17 – Diagrama de relações

²⁴ O LRA surgiu em 1986 no norte do Uganda, tendo-se tornado num grupo relevante ao longo do tempo devido à perpetração de raptos e de violência contra civis (ICG, 2014, p. 78).

De forma a complementar esta figura, está explanada na Figura 18 a relação entre os vários grupos armados. A cor amarela representa grupos relacionados ou derivados dos *Seleka* (formado no final de 2012), a cor laranja representa os grupos armados relacionados ou derivados com o regime de Ange-Félix Patassé, a cor verde simboliza grupos armados relacionados ou derivados do movimento *anti-Balaka* (formado em início de 2013) e a cor azul simboliza grupos armados relacionados ou derivados com os países vizinhos. A linha cor de laranja central simboliza alianças político-militares. A espessura da linha simboliza a capacidade de infligir danos (linha grossa simboliza alta capacidade, linha média simboliza capacidade média, linha fina simboliza baixa capacidade).

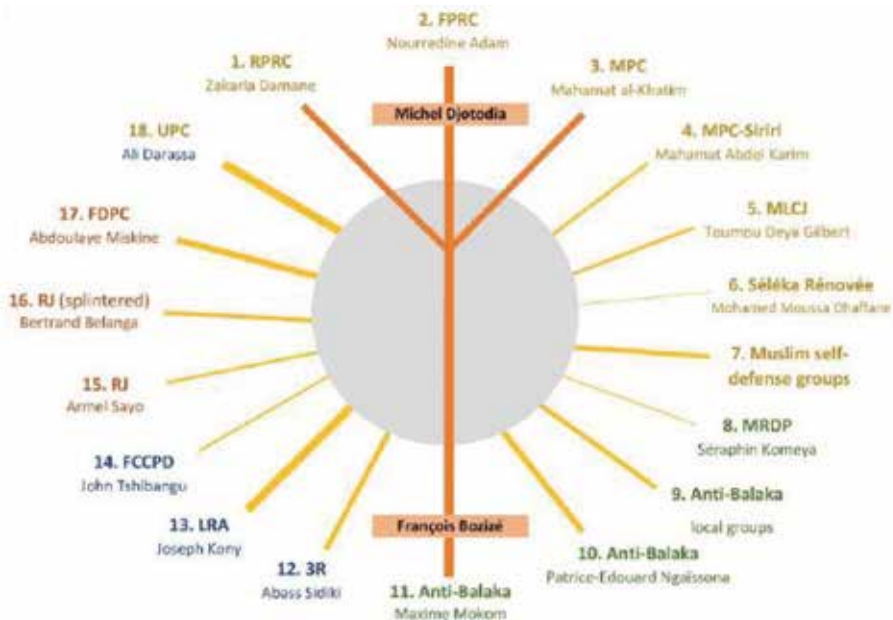


Figura 18 – Diagrama de relações dos grupos armados

Fonte: Adaptado a partir de Dukhan (2017).

2.5. CONCLUSÕES

A inexistência de um estudo do atual AO na RCA e o recente emprego das Forças Armadas Portuguesas no TO revestem este estudo de uma elevada importância para a compreensão do problema operacional.

Começamos por analisar as causas que definem o cenário no qual assenta o atual AO, verificando-se que a RCA manteve os padrões de subdesenvolvimento e

instabilidade no século XXI, constituindo-se atualmente como um Estado Frágil, que no plano político interno revela grande ineficácia. As causas do conflito associam-se à fragmentação étnica, a focos de tensão de cariz religioso e à aspiração por poder político e económico.

Conclui-se que as estruturas governamentais revelam uma fraca capacidade de apoio à população, onde a recorrência de violações dos direitos humanos resulta numa falta de segurança generalizada e na necessidade de intervenção externa no país para a manutenção de paz, estendendo-se às áreas de apoio sanitário, educação e acesso à informação. Proliferam grupos armados que controlam regiões do país por interesses próprios e onde, localmente, se fazem substituir ao poder governativo nessas áreas, por força de ações violentas ou ameaça do uso da força. Estes desenvolvem as suas atividades com vista a obter dividendos e aspiram alcançar posições de relevo em cargos políticos, militares ou de segurança. O país é rico em recursos naturais, mas o seu desenvolvimento económico e industrial é afetado devido à instabilidade criada pelos grupos armados. As FACA e forças de segurança são influenciadas por membros dos grupos armados, carecem de recursos materiais, financeiros e humanos, estando desmotivadas e praticamente inoperantes, apesar do apoio da UE e da ONU. A ação no TO é limitada pelas deficientes condições de transitabilidade ao longo de um território extenso, piorando com os recorrentes períodos de precipitação.

Apesar das inúmeras tentativas para o restabelecimento da paz, existem diversos grupos armados que continuam a exercer influência no território, definindo a RCA como um país fracionado. A dinâmica do conflito tem sofrido alterações, nomeadamente, a cisão dos dois principais grupos armados em múltiplos grupos rebeldes, cada um com os seus objetivos e alianças oportunistas próprias, e o emergir de milícias populares desencadeada pelo aumento da violência sectária. O grupo armado *ex-Seleka* dividiu-se em diversas fações (UPC, FPRC, MPC, RPRC) alinhadas com diferentes etnias, realocalizando-se no centro e no Nordeste da RCA. Na sua maioria são grupos bem equipados, bem organizados e que se regem por padrões militares. O FPRC, fação mais radical, tentou formar uma “nova aliança *Seleka*”, coligando-se com o MPC, RPRC e algumas milícias *anti-Balaka* para combater o UPC, que se recusou a aderir à coligação. O conflito entre a “nova aliança *Seleka*” e o UPC ainda está em curso. Os *anti-Balaka* demonstram em todas as suas ações contra os *ex-Seleka* um comportamento predatório e focado especialmente no ganho de curto prazo, o que motiva preocupações adicionais para não permitir que o movimento evolua para um grupo puramente criminoso, movido exclusivamente por interesses económicos. A violência entre muçulmanos e cristãos tem raízes sociais e económicas e não está diretamente relacionada com a ideologia religiosa, como aparentemente possa parecer.

O problema operacional pode traduzir-se na incapacidade do estado em garantir segurança e o bem-estar da população, aliado à inexistência do sistema judicial, o que torna a RCA num país onde emergem grupos armados, que desenvolvem as suas atividades com vista à obtenção de dividendos e que esperam um lugar nas negociações, para alcançar posições de relevo em cargos políticos, militar ou de segurança. O restabelecimento da paz passa também pela atuação junto dos grupos armados. Para alcançar a cooperação dos *ex-Seleka* estes precisariam de acreditar que o processo de paz ajudaria a enfrentar as desigualdades regionais, a diminuição da marginalização das suas comunidades e a concessão do controlo partilhado sobre os recursos naturais e as fronteiras. O sucesso no DDR dos *ex-Seleka* levaria concomitantemente à diminuição das milícias de autodefesa, nomeadamente os *anti-Balaka*.

A investigação teve como limitação a própria dinâmica associada a um conflito em constante mutação e o estudo dos atores da ameaça. Desta forma, recomenda-se como investigação futura uma análise continuada das variáveis operacionais, da dinâmica das ameaças na RCA e um estudo dos atores não ameaça (OI, países, Forças Armadas e Forças de Segurança), resultando num conhecimento atualizado do AO em prol do Exército Português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (2018). *Número sem precedentes de civis foge da República Centro-Africana alerta agência da ONU*. [Página Online] Retirado de <https://nacoesunidas.org/numero-sem-precedentes-de-civis-foge-da-republica-centro-africana-alerta-agencia-da-onu/>
- Amnesty International (2017). *Amnesty International Report 2016/17*, Londres: Amnesty International Ltd.
- Bradshaw, R. A. e Rius, J. F. (2007). *The Sultanate of Dar al-Kuti*. [Página Online] Retirado de www.historyfiles.co.uk/FeaturesAfrica/AfricaCAR_Dar-al-Kuti01.htm
- British Broadcasting Corporation (2017). *Central African Republic profile*. [Página Online] Retirado de www.bbc.com/news/world-africa-13150043
- Caldeira, J. P. (2018). *GGA - Jornal de todos os Brasis*. [Página Online] Retirado de <https://jornalggn.com.br/noticia/a-historia-de-jean-bedel-bokassa-ditador-da-republica-centro-africana>
- Campos, L., Santos, J., Vieira, N. e Silva, Y. (2016). *O Conflito na República Centro Africana*. [Página Online] Retirado de <http://studylibpt.com/doc/3643653/o-conflito-na-rep%C3%BAblica-centro-africana>

- Central Intelligence Agency (2018). *CIA World Factbook*. [Página Online] Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ct.html>
- Círculo de Leitores (1988). *Lexicoteca - Moderna Enciclopédia Universal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Dukhan, N. (2016). *The Central African Republic crisis*, Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham.
- Dukhan, N. (2017). *Splintered Warfare*. [versão PDF] Retirado de https://enoughproject.org/wp-content/uploads/2017/08/SplinteredWarfare_August2017_Enough_final.pdf
- Emergency Telecommunications Cluster (2018). *Emergency Telecommunications Cluster*. [Página Online] Retirado de <https://www.etcluster.org/emergencies/central-african-republic-conflict>
- European Union External Service (2018). *European External Action Service*. [Página Online] Retirado de https://eeas.europa.eu/csdp-missions-operations/eutm-rca_en
- Fund For Peace (2017). *Country Dashboard - Fragile State Index*. [Página Online] Retirado de <http://fundforpeace.org/fsi/country-data/>
- Giles-Vernick, T. L., Hoogstraten, J. S. v. e O'Toole, T. E. (2018). *Encyclopaedia britannica*. [Página Online] Retirado de <https://www.britannica.com/place/Central-African-Republic>
- GlobalSecurity (2017a). *car-map-transport-2*. [Página Online] Retirado de <https://www.globalsecurity.org/military/world/africa/images/car-map-transport-2.jpg>
- GlobalSecurity (2017b). *map-car-prefecture*. [Página Online] Retirado de <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/images/map-car-prefecture.jpg>
- GlobalSecurity (2017c). *map-car-topo*. [Página Online] Retirado de <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/images/map-car-topo.jpg>
- GlobalSecurity (2017d). *map-car-ethnic*. [Página Online] Retirado de <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/images/map-car-ethnic.jpg>
- Human Rights Watch (2016). *Central African Republic: Mayhem by New Group*. [Página Online] Retirado de <https://www.hrw.org/news/2016/12/20/central-african-republic-mayhem-new-group>
- Human Rights Watch (2017). *Killing without Consequence*. [versão PDF] Retirado de https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/car0717_web.pdf
- Human Rights Watch (2018). *World Report 2018*, Estados Unidos da América: Human Rights Watch.

- Infoplease (2017). *Central African Republic, Geography, Government, History*. [Página Online] Retirado de <https://www.infoplease.com/country/central-african-republic>
- International Crisis Group (2015). *Central African Republic: The Roots of Violence*. [versão PDF] Retirado de <https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/230-central-african-republic-the-roots-of-violence.pdf>
- International Peace Information Service (2017). *Natural Resources Central African Republic*. [Página Online] Retirado de <http://ipisresearch.be/publication/natural-resources-central-african-republic/>
- Kuryla, P. (2016). *Pan-Africanism*. [Página Online] Retirado de <https://www.britannica.com/topic/Pan-Africanism>
- Lombard, L. (2014). *A Brief Political History of the Central African Republic*. [Página Online] Retirado de <https://culanth.org/fieldsights/539-a-brief-political-history-of-the-central-african-republic>
- McGrew, L. (2016). *Conflict Analysis: Central African Republic*, Baltimore, USA: Catholic Relief Services.
- Observatory of Economic Complexity (2018). *Central African Republic - Exports, imports and trade partners*. [Página Online] Retirado de <https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/caf/>
- Organização das Nações Unidas (2015). *Final report of the Panel of Experts on the Central African Republic extended pursuant to Security Council resolution 2196*. [Página Online] Retirado de http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2015/936
- Organização das Nações Unidas (2016). *car.pdf*. [versão PDF] Retirado de <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/car.pdf>
- Organização das Nações Unidas (2018). *MINUSCA - United Nations Peacekeeping*. [Página Online] Retirado de <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minusca>
- Reporters Without Borders (2018). *Central African Republic - RSF*. [Página Online] Retirado de <https://rsf.org/en/central-african-republic>
- União Africana (2013). *Transfer of authority from MICOPAX to MISCA*. [Página Online] Retirado de www.peaceau.org/en/article/transfer-of-authority-from-micopax-to-misca
- United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (2010). *História Geral da África, Volume VII África desde 1935*. [versão PDF] Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>
- Weyns, Y., Hoex, L., Hilgert, F. e Spittaels, S. (2014). *Mapping Conflict Motives: Central African Republic*. [versão PDF] Retirado de <http://ipisresearch.be/wp-content/uploads/2014/11/IPIS-CAR-Conflict-Mapping-November-2014.pdf>

3. AS FORÇAS TERRESTRES NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA, O CASO PORTUGUÊS

Autores

CAP CAV Gonçalo Nuno Miranda de Carvalho Morais de Medeiros
CAP INF Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso
CAP TM André Manuel Montero Barata
CAP ART Carlos Miguel Barreiras Soares

Orientador

TCOR INF Osvaldo Daniel Pereira da Rocha e Silva

RESUMO

Desde janeiro de 2017 que o Exército Português participa na *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA), como *Quick Reaction Force*. As particularidades do Teatro de Operações em que se encerra esta missão, e o processo que levou à geração desta força, atendendo aos seus requisitos, capacidades e emprego operacional, faz-nos procurar entender o que foi a participação dos dois primeiros Contingentes Nacionais da Força Nacional Destacada da MINUSCA no teatro de operações da República Centro-Africana. Para este desiderato, ao longo do estudo vamos entender conceptualmente o Teatro de Operações e o contexto de emprego de forças militares no mesmo, descrever os requisitos e a estrutura operacional da Força Nacional Destacada da MINUSCA, identificar o seu processo de aprontamento, projeção e sustentação e, por fim, entender o emprego operacional da força, propriamente dito. Do acervo documental que serviu de suporte ao estudo, das entrevistas a entidades chave neste processo, bem como das lições que já vão sendo identificadas nesta missão, alcançamos a noção de que a Força Nacional Destacada portuguesa possui as capacidades adequadas para contribuir decisivamente para a consecução dos objetivos da MINUSCA.

Palavras-chave: República Centro-Africana; Força Nacional Destacada; MINUSCA; ONU; Comandos.

ABSTRACT

The Portuguese Army is committed to the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA) since January 2017, providing a Quick Reaction Force. Due to the specific characteristics of this theater of operations, along with the details of the force generation process,

we have set our aim at understanding the participation of the first two contingents of the Portuguese military force deployed on the MINUSCA mission. We will analyze its requisites, capabilities and operational engagement. This study will allow us to understand and conceptualize the theater of operations as well as the background of other military forces committed to it. It will also allow us to describe the requisites and structure of the military force deployed, as well as identifying the parts of its training, deployment and sustainment. Finally, it will allow to better understanding the engagement in the operational perspective. A large collection of documents supported the study process, along with interviews with key players as well as the lessons identified so far. It all shows us, very clearly, that the Portuguese military force deployed within this mission has the adequate capabilities to contribute decisively to the objectives of MINUSCA.

Keywords: *Central African Republic; Deployed Military Forces; MINUSCA; UN; Commandos.*

3.1. INTRODUÇÃO

Num momento em que o Exército Português continua a projetar Forças Nacionais Destacadas (FND) para Teatro de Operações (TO) da República Centro-Africana (RCA), considera-se importante compreender o enquadramento desta missão e avaliar a forma como foi gerada e tem sido aprontada e projetada uma força para executar uma operação desta tipologia e com esta composição e articulação de modo a que se possam retirar ensinamentos para futuras operações.

Atingida por décadas de instabilidade, a RCA, já castigada pela pobreza generalizada, provocada pela desigualdade na distribuição da riqueza, instabilidade política que levou à formação de vários governos de transição e por constantes ameaças de conflito interno, assistiu ao colapso das instituições do estado, deixando milhões de pessoas numa situação de grande debilidade. Em 2014, a estimativa do número de mortes resultante da situação no país era superior a metade da população total e mais de 414.000 centro-africanos fugiram para se refugiarem nos países vizinhos (Camarões, Chade, República Democrática do Congo e República do Congo).

Entre 2012 e 2014, os vários atores internacionais que atuaram no território, juntamente com as forças francesas, tiveram uma intervenção positiva. No entanto, devido ao rápido aumento de instabilidade, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), através da Resolução 2149 (em abril de 2014), mandou a *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA) com a missão de restabelecer

a integridade territorial e estabelecer um ambiente seguro e estável no território, a fim de contribuir para a estabilidade regional.

Em novembro de 2015, os ataques terroristas que ocorreram em Paris provocaram uma alteração dos objetivos de França, como principal ator externo na RCA, dirigindo a sua prioridade para a segurança interna. Esta situação determinou que este país solicitasse aos Estados Membros da União Europeia (UE) um pedido de assistência, ao abrigo do n.º 7 do artigo 42.º do Tratado da UE.

Neste contexto, o Estado Português, após o parecer favorável do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), aceitou o pedido francês, contribuindo com uma companhia de infantaria, a operar a partir de Bangui, com a missão de *Quick Reaction Force* (QRF). Esta força militar tem ainda a possibilidade de, quando determinado, prestar apoio à *European Union Training Mission in RCA* (EUTM-RCA) (Maio, entrevista por email, 25 de abril de 2018).

Neste estudo pretende-se elaborar uma reflexão sobre o processo que levou à geração da FND empregue na MINUSCA, circunscrita aos seus requisitos, capacidades e emprego, tendo como objetivo geral, entender a participação dos dois primeiros Contingentes Nacionais (CN) da FND portuguesa da MINUSCA no TO da RCA.

O estudo está decomposto em quatro capítulos. No capítulo um será dado ênfase a um enquadramento e conceptualização geral, abordando a evolução do conflito na RCA bem como a entrada e posterior desenvolvimento das forças internacionais neste país. No capítulo dois é abordada a geração da FND MINUSCA, nomeadamente das suas tarefas principais, na deliberação do CSDN, dos requisitos e capacidades da força e da sua estrutura operacional de pessoal e material. No capítulo três será dado enfoque à fase do aprontamento, projeção e sustentação e posteriores lições identificadas. O capítulo quatro consiste no emprego das FND MINUSCA, detalhado através das entrevistas efetuadas, particularmente da sua atividade operacional e concomitantemente as suas lições identificadas.

3.2. ENQUADRAMENTO E CONCEPTUALIZAÇÃO GERAL

3.2.1. Enquadramento Histórico

A RCA (Figura 1), denominada por *Ubungui-chari* (colónia francesa), integrava a África Equatorial Francesa até à sua independência a 14 de agosto de 1960 e à nomeação de David Dacko como Chefe Provisório da RCA (Boas, 2014, p. 2).

Somente em 1993, com eleições organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), é que a RCA teve a sua transferência democrática de poder. Durante este processo, todas as alterações executivas foram supervisionadas e facilitadas por França, dadas as suas antigas relações de poder colonial. Desde então, têm-

se verificado várias insurreições e rebeliões entre bandos armados (liderados por antigos comandantes de exército) e líderes regionais, em busca do poder, levando a dois golpes de estado com sucesso (Lombard, 2016).

O primeiro destes golpes deu-se em 2003 quando François Bozizé²⁵ depôs Ange-Félix Patassé do governo e assumiu o poder. Ainda que reconhecesse as suas fraquezas políticas, Bozizé vence as eleições legislativas em 2005, embora o país tenha vindo a ser sempre governado através da corrupção e repreensão (Boas, 2014).

O ano de 2006 é marcado pelo aparecimento do grupo rebelde Seleka, composto por elementos muçulmanos e liderado por Michel Djotodia. A sua origem está relacionada com questões étnicas, regionais e frustrações com o governo de Bozizé, devido à sua corrupção. Nas suas áreas de atuação, o grupo passou a controlar alfândegas e concessões de exploração de recursos naturais como diamantes, madeira e campos de petróleo (Boas, 2014).



Figura 1 – Mapa da RCA

Fonte: ONU (2018).

²⁵ Antigo Chefe de Estado-Maior do Exército da RCA.

O segundo golpe de estado com sucesso foi levado a cabo em 2013, pelo grupo Seleka, que ocupou a capital, Bangui, e depôs François Bozizé, colocando Michel Djotodia no cargo de presidente (Boas, 2014).

No final de março de 2013, as Forças Armadas da RCA (FACA) tinham sido desintegradas, sendo o poder local controlado por comandantes Seleka que governavam regiões e cidades. No entanto, dada a inexperiência e a falta de hierarquia destes comandantes, o descontentamento da população generalizou-se. Consequentemente surgiram vários grupos em oposição aos Seleka, denominados anti-Balaka, com algum grau de organização, criados para assegurar a defesa das populações locais, dos quais são exemplos o grupo de Coordenação Nacional dos libertadores da RCA, liderado por Ngaissona que mantinha uma ligação com o ex-presidente Bozizé e o *Front de Résistance* liderado por Léopold Bara e Capitão Kanizolaye das FACA, ambos opositores do regime (Lombard, 2016).

No final de 2013, em resultado da evolução da situação no país, o CSNU emitiu a resolução 2127 autorizando uma força africana de manutenção de paz, *African-led International Support Mission to the Central African Republic* (MISCA) para apoiar a missão Sangaris dos franceses.

Nesse ano, grupos anti-Balaka lançaram um violento ataque sobre Bangui causando a morte a mais de 600 civis e deslocação de 214.000 (Carayannis e Lombard, 2015). Atos violentos continuaram por todo o país, decorrendo um êxodo em massa de muçulmanos, procurando refúgio em países vizinhos.

Dado este êxodo, a comunidade internacional interpretou o conflito como sendo religioso (cristãos versus muçulmanos), ocultando tensões e choques dentro de determinadas áreas com fações Seleka e grupos anti-Balaka. As fações Seleka atuais consistem em quatro grupos, nomeadamente (Carayannis e Lombard, 2015):

– *Popular Front for the Rebirth of Central African Republic* (FPRC) - Conduzido por Michel Djotodia e Nourredine Adam, é a fação mais radical e rejeita o processo de desintegração, desarmamento e reintegração (DDR);

– *Patriotic Rally for the Renewal of Central African Republic* (RPRC) - Formado em novembro de 2014 no seio das etnias Gula e Runga, e grupos árabes, com a área de influência nas áreas de Bria e Haute Kotto na região nordeste da RCA. O líder é o ex-Ministro do Petróleo e das Minas, Djono-Ahaba, que, por razões financeiras e políticas, se distancia da posição do FPRC, tendo uma posição mais conciliatória para com as autoridades de Transição da RCA;

– *Reformed Seleka for Peace and Justice* (RSPJ) - Liderado por Moussa Dhaffane, número dois da Seleka e Ministro das Águas e das Florestas durante o governo de Michel Djotodia, e mais tarde preso a mando deste, rapidamente se afastou dos seus antigos aliados, os quais, atualmente, representam a linha mais radical do ex-Seleka;

– *Patriotic Movement for the Central African Republic* (PMPC) - Criado em julho de 2015 e liderado por Mohamed Bahar, de origem chadiana e que foi ex-Chefe das Informações Militares durante o governo de Michel Djotodia. A área de influência é a região de Kaga-Bandoro no centro da RCA.

Com a resignação do presidente interino Michel Djotodia em janeiro de 2014, as forças Seleka iniciaram a sua retirada do oeste do país e de Bangui. Após a sua retirada, grupos anti-Balaka iniciaram violentos ataques contra a população maioritariamente muçulmana e, mesmo com um acordo de paz assinado em Brazzaville, por ambas as fações, no dia 23 de julho de 2014, continuaram com ataques, inclusive contra forças da MISCA e da missão Sangaris (Carayannis e Lombard, 2015).

A evolução decorrente deste acordo originou que as forças Seleka fossem desintegradas e que os grupos rebeldes remanescentes se tornassem em forças que tomaram a designação de ex-Seleka. Por outro lado, do ponto de vista social, a situação continuou a degradar-se, atingindo-se o número de 935.000 deslocados e causando um aumento do nível de ameaça (Carayannis e Lombard, 2015).

3.2.2. Evolução das Forças Militares Internacionais na RCA

Desde o início da crise, a ONU, através do seu Secretário-Geral, bem como outros intervenientes internacionais e regionais, incluindo a Comunidade Económica dos Estados da África Central, a União Africana, a UE e a França, trabalharam de forma ativa para encontrar uma solução pacífica para o conflito, bem como garantir as condições para poder proteger civis e prestar assistência humanitária (Boas, 2014).

A comunidade internacional reforçou as tropas francesas presentes na RCA, ao abrigo da resolução 1125 do CSNU, criando a *Mission Interafricaine de surveillance des accords de Bangui* (MISAB), sendo posteriormente substituída pela *Mission des Nations Unies en République Centrafricaine* (MINURCA) em 1998 com a resolução 1159 do CSNU.

A MINURCA estava limitada ao estabelecimento de segurança na capital, mas também tinha o mandato inicial de apoiar as eleições legislativas. Apesar de ter assegurado o controlo da cidade de Bangui, não teve sucesso na reestruturação do estado, no apoio ao governo e na recuperação financeira do país, o que lhe fez perder credibilidade a nível internacional, especialmente por não conseguir apoiar e reforçar a ligação do governo com os seus opositores. Isto levou a uma retirada estratégica após as eleições presidenciais (Boas, 2014).

Após esta retração da MINURCA, a mesma foi substituída pela *United Nations Peacebuilding Support Office in the Central African Republic* (BONUCA).

Não obstante a missão estar mandatada para “apoiar os esforços nacionais no reforço às instituições democráticas e mecanismos de diálogo”, as suas principais tarefas eram primariamente a coordenação de esforços de manutenção de paz. Esta força não conseguiu obter um progresso na promoção do diálogo nacional nem criar o espaço necessário para um progresso político, a reforma militar ou o programa DDR. Como também não continha uma componente militar, ao contrário da MINURCA, não conseguiu estabelecer as condições de segurança no país, havendo um incremento de violência especialmente no centro periférico de Bangui (Carayannis e Lombard, 2015).

A missão da Comunidade Económica e Monetária da África Central, conhecida como *Force Multinationale de l’Afrique Centrale* (FOMAC) manteve algum controlo da segurança de Bangui, no entanto, a segurança no resto do país deteriorou-se ao longo dos anos. Com a crise na fronteira entre Sudão e Chade em 2008, a FOMAC reformulou-se na Missão de Consolidação da Paz na RCA (MICOPAX).

Em simultâneo, dá-se a intervenção da UE com a Missão das Nações Unidas na RCA e no Chade (MINURCAT) até 2010 que, após a sua retirada, permaneceu como *Bureau Intégré de l’Organisation des Nations Unies en Centrafrique* (BINUCA). Esta detinha uma arrojada missão de garantir que existiam resultados no governo, assistir conjuntamente a *Security Sector Reform* e DDR, apoiar o restabelecimento da autoridade estatal nas províncias e apoiar esforços para realçar os direitos humanos e a ordem pública (Carayannis e Lombard, 2015).

Em setembro de 2013, o Secretário-Geral da ONU recomendou que fossem tomadas medidas para aumentar a eficácia da presença da BINUCA no terreno. Como resultado, o CSNU aprovou a resolução 2121, nesse mesmo ano, que fortaleceu e modificou a força BINUCA em cinco áreas: apoio para a implementação do processo de transição; apoio à prevenção de conflitos e assistência humanitária; apoio à estabilização das condições de segurança; promoção e proteção dos direitos humanos e; coordenação dos atores internacionais envolvidos na execução das tarefas acima mencionadas.

No final de 2013, a mobilização de milícias populares resultou numa espiral de violência, mas que originou uma resposta lenta da comunidade internacional. A primeira resposta foi a Operação Sangaris, executada por uma força francesa composta por 1.200 militares que, apesar dos esforços, acabou por se tornar ineficaz, dada a transferência de efetivos deste TO para as operações no Mali. As forças Seleka tornaram-se mais resilientes do que o expectável e a força Sangaris dispersou a sua atenção nos grupos anti-Balaka (Carayannis e Lombard, 2015).

Em abril de 2014, o CSNU, pela resolução 2149, estabeleceu a MINUSCA

por um período que, tendo expirado em 30 de abril de 2015, foi sendo prorrogado sucessivamente. O CSNU solicitou ao Secretário-Geral que fundisse a BINUCA na nova missão a partir da data de adoção da resolução e assegurasse uma transição suave da BINUCA para a MINUSCA.

Este Conselho decidiu que, a partir de 15 de setembro de 2014, a MINUSCA incluiria uma força de 10.000 militares, acrescida de 240 observadores militares, 200 funcionários e 1.400 membros de unidades policiais. Atuando sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o CSNU autorizou a MINUSCA a usar todos os meios necessários para cumprir o seu mandato, dentro dos limites de suas capacidades e áreas de desdobramento (Lombard, 2016).

Por outras disposições da resolução, o CSNU autorizou as forças francesas a usar, dentro dos limites de suas capacidades e zonas de sobreposição, desde o início das atividades da MINUSCA até o término de seu mandato, todos os meios necessários para fornecer apoio operacional aos elementos da MINUSCA, a partir da data de adoção da resolução, a pedido do Secretário-Geral.

Posteriormente, no final de 2016, a EUTM-RCA foi desenhada especificamente para contribuir para a reforma do setor da defesa do país, apoiando a FACA. A EUTM-RCA é, desde 28 de janeiro de 2018, comandada por um oficial general do Exército Português, Brigadeiro-general Hermínio Teodoro Maio (Sousa, 2017).

3.3. GERAÇÃO DA FND PARA A MINUSCA

A MINUSCA traduz-se, a nível militar, numa Operação de Manutenção de Paz no âmbito do Cap. VII da Carta da ONU, tendo assumido como tarefas prioritárias as seguintes:

- Proteção de civis contra a violência física;
- Apoio à implementação no processo de transição;
- Facilitação imediata, total e sem constrangimentos de iniciativas de assistência humanitária;
- Proteção de pessoal e instalações da ONU;
- Promoção e proteção dos direitos humanos;
- Apoio à implementação da justiça nacional, internacional e de um Estado de Direito;
- Apoio as autoridades no planeamento e implementação da estratégia de DDR.

De acordo com a missão consignada no *Military Strategic Concept of Operations* para a MINUSCA, a sua componente militar garante a estabilização da situação de segurança na RCA a fim de criar um ambiente propício para a realização de um diálogo político inclusivo, reforçando na globalidade o processo político,

incluindo o desenvolvimento das capacidades do Estado por forma a este estender a sua autoridade e influência em todo o seu território.

No âmbito das missões de Segurança Cooperativa assumidas pelo Estado Português, o CSDN, a 24 de março de 2016, deliberou dar parecer favorável ao reforço da participação nacional, com uma unidade de manobra terrestre, na missão da ONU na RCA, enquadrada no apoio solicitado pela França a Portugal e, em geral, aos países da UE (Ministério da Defesa Nacional, 2016).

Na sequência da deliberação do CSDN, o Exército assumiu a responsabilidade de aprontar, projetar, sustentar e retrair as forças nacionais a destacar para o TO da RCA, a fim de integrar a MINUSCA (Estado-Maior-General das Forças Armadas, 2016), sendo que:

- O Exército participa com uma força de manobra a fim de se constituir como QRF;
- A FND para a RCA é constituída por uma Unidade Escalão Companhia, incluindo elementos de ligação, apoio logístico e sustentação, e um Forward Air Controller da Força Aérea Portuguesa (FAP) e fica sediada na capital da RCA, Bangui;
- São responsabilidades nacionais, o aprontamento, a projeção para o TO, a sustentação e a retração das forças.

Tendo em conta esta opção, detalha-se a geração desta força, focando a organização do 1º CN da FND/MINUSCA, bem como as decorrentes alterações para o 2º CN.

3.3.1. Requisitos e Capacidades

A força constituir-se-ia como um recurso sob o comando direto do comandante da MINUSCA, mantendo uma *Main Operating Base* (MOB) em Bangui e a capacidade de realizar operações conjuntas ou unilaterais na sua área de responsabilidade.

A QRF conduziria operações em áreas urbanas e rurais em situações que requerem um elevado nível de mobilidade, e com uma resposta reativa e decisiva para a proteção da população, destacando-se ainda que não foram assinalados *caveats*.

A força, sob comando direto do comandante da MINUSCA, deveria poder ser empregue fora da sua MOB em Bangui para qualquer ponto dentro da área de operações da MINUSCA, conduzindo missões de combate, patrulhamento, vigilância e reconhecimento de áreas, proteção de infraestruturas e áreas sensíveis e *Force Protection* de entidades ou forças; operar até três dias sem necessidade de apoio logístico externo; ser aerotransportada se apoiada por outra força; e não poder ser empregue separadamente ou subordinada a outros comandos. A QRF conduziria as seguintes tarefas (Estado-Maior-General das Forças Armadas, 2018):

- Primárias:
 - Proteção de Civis;
 - Recolha de informação e operações de vigilância;
 - Patrulhas de segurança;
 - Conduzir Operações de Reconhecimento;
 - Providenciar Proteção da Força a outras forças ou entidades;
 - Resposta reativa a crises em evolução;
 - Operações de pesquisa;
 - Assegurar, prevenir e negar o uso de terreno ou de infraestruturas chave;
 - Fogo direto de helicóptero.
- Secundárias:
 - Conduzir operações de salvamento/extração quando autorizadas;
 - Conduzir atividades de Cooperação Civil-Militar (CIMIC).

A estrutura geral da força foi constituída com cerca de 160 militares, definida e aprovada pelo CSDN. De notar que este número contempla um Elemento Nacional Destacado, estando este no Estado-Maior da EUTM-RCA (Ministério da Defesa Nacional, 2016).

Face aos requisitos apontados, a escolha inicial de uma força de Comandos, em detrimento de outras forças, para desempenhar a missão de QRF neste TO, encontra-se alinhada com o seu conceito de emprego: o Batalhão de Comandos (BCmds) insere-se no Sistema de Forças 2014 - Componente Operacional, Exército - na capacidade “Forças Ligeiras”, contribuindo para: projetar e empenhar, de forma sustentada e contínua, forças de escalão Batalhão de elevada prontidão aptas a operar em todo o espectro de missões e cenários, orientando-as prioritariamente para situações que requeiram forças ligeiras de reação rápida capazes de participarem em *crisis response operations*, bem como no combate ao terrorismo e ao crime organizado (Ministério da Defesa Nacional, 2014).

Quanto à estrutura orgânica de material, a do BCmds permite que, em função da natureza da missão ou do TO atribuído, possa atuar ao nível dos Grupos de Combate sem Viaturas Táticas Ligeiras Blindadas. O apoio de combate no BCmds está descentralizado nas Companhias de Comandos, contrariamente ao que acontece nos restantes Batalhões de Infantaria em que este se encontra concentrado ao nível do comando do Batalhão (Estado-Maior do Exército, 2017).

O Destacamento de Controlo Aéreo Tático da FAP, denominado por *Tactical Air Control Party* (TACP), constitui-se como um elemento com capacidade para conduzir missões de *Close Air Support* (CAS), em apoio do fogo e manobra das forças terrestre.

3.3.2. Estrutura Operacional da FND MINUSCA

3.3.2.1. Pessoal

A estrutura operacional para o 1º CN, foi elaborada pelo Comando das Forças Terrestres (CFT), com o efetivo de 159 militares, dividido nas seguintes categorias: 14 Oficiais, 37 Sargentos e 108 Praças. A sua grande maioria foi proveniente do Regimento de Comandos (RCmds), garantindo o grosso da força com uma Companhia de Comandos, e atribuindo-lhe uma unidade de Comando e Estado-Maior.

A força recebeu reforço nas valências de apoio de *Explosive Ordnance Disposal* (EOD), sanitário, comunicações, manutenção, reabastecimento, serviços (incluindo finanças) e alimentação, para além de ter sido reforçada com o TACP pela FAP, como referido anteriormente. Estas valências permitiam à Força a necessária capacidade de manobra, apoio de combate e apoio de serviços ao cumprimento de uma missão de grande incerteza e risco que caracteriza o TO da RCA (Paulino, entrevista presencial, 13 de março de 2018). A estrutura foi a seguinte, quantificada em oficiais, sargentos e praças, respetivamente:

- Comando e Estado-Maior (07/05/10);
- 3 x Grupos de Combate (01/05/24);
- TACP (01/03/00);
- Destacamento de Apoio (03/14/27)
 - Equipa EOD (00/02/02);
 - Módulo Sanitário (01/02/02);
 - Módulo de Comunicações (01/03/04);
 - Módulo de Manutenção (00/05/03);
 - Módulo de Reabastecimento e Serviços (00/01/05);
 - Módulo de Alimentação (00/01/09).

A organização da 2ª FND/MINUSCA foi desenhada para o mesmo efetivo supracitado de 159 militares, sendo que poucas alterações foram introduzidas (Paulino, op. cit.).

No Módulo Sanitário, aumentou um Enfermeiro e no Módulo de Alimentação duas Praças. Reduziram três Praças no Comando e Estado-Maior, reforçando desta forma a vertente da sustentação.

Em termos de organização, o Módulo EOD, por não se afigurar como necessário, foi substituído por um vocacionado para tarefas de engenharia no sentido de prestar o necessário apoio com as infraestruturas.

O cargo de comandante da força passou a estar previsto ser exercido por Tenente-Coronel, no sentido de facilitar as relações com os comandos dos outros contingentes (na sua maioria OF-4 e OF-5).

3.3.2.2. Equipamento

O equipamento da força foi garantido essencialmente pelo Exército, com recurso aos meios existentes no BCmds e à aquisição de materiais orientados para as especificações do TO, conforme se explana adiante.

3.3.2.2.1. Viaturas

A força está equipada com viaturas Auto TG 1,25 TON 3 HMMWV M1025A2 D 4X4 MF/00, bem como a mais ligeira Auto TP 5 Land-Rover Defender 130 TD 4X4 Forças Especiais SOPS-P MF/11.

Para o apoio de serviços, a tipologia de trens foi definida para a prestação de apoio no TO, incluindo ambulância, pronto-socorro, autotanque e viaturas de transporte, mas também atrelados de banhos, latrinas, lavandaria, cozinha, gerador, tanques e transporte. Além destes meios de apoio de serviços também fazia parte dos trens um centro de comunicações móvel.

3.3.2.2.2. Armamento

A tipologia de armamento coletivo e individual foi também definida com base no orgânico do BCmds, nomeadamente:

- Espingarda Automática G-3 7,62mm M/63 com coronha retráctil;
- Morteirete 60mm M68 – FBP;
- Lança Granadas COUGAR 56mm;
- Lança Granadas ANTI-CARRO 84mm Carl Gustaf M2;
- Lança Granadas M/GL6 - 40mm;
- Lança Granadas Automático 40mm - Santa Barbara - M1;
- Metralhadora Browning M2 HB 12,7mm;
- Metralhadora MG3 7,62mm;
- Metralhadora HK MG4 5.56mm;
- Pistola Walther 9mm M/961;
- Pistola Metralhadora HK MP5 KA1 9mm;
- Espingarda Caçadeira Semi-Aut FRANCHI-SPAS 15 MIL 12ga - 450mm com coronha rebatível.

3.3.2.2.3. Dotação individual de fardamento e equipamento

Ao nível da dotação individual de fardamento e equipamento (DIFE), houve adição/atualização, quer de alguns equipamentos de proteção, quer de fardamento para fazer face às exigências do TO, assim como aquisição de

outros equipamentos como acessórios para armas ligeiras ou recetores de localização global por satélite.

3.4. PREPARAÇÃO, PROJEÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA FND PARA A MINUSCA

A responsabilidade de aprontamento dos contingentes a projetar foi atribuída ao CFT com o papel de entidade primariamente responsável pelo aprontamento das Forças e pelo acompanhamento das suas necessidades de apoio administrativo e logístico no TO. Conforme se expôs, o CFT definiu como unidade organizadora a Brigada de Reação Rápida e especificamente como Unidade Mobilizadora, o RCmds (Estado-Maior do Exército, 2016).

A preparação do 2º CN decorreu nos mesmos moldes e durante a missão do 1º CN. Tal aspeto permitiu introduzir alguns ajustes decorrentes da experiência *in loco* no TO, e da informação obtida pela força no teatro, assim como da resultante das visitas da estrutura de comando do Exército ao TO. Estas alterações permitiram fazer face essencialmente às necessidades sentidas pelo 1º CN.

Também no que diz respeito à projeção e sustentação da força, houve ganhos com a informação e contacto permanente com o 1º CN (Varino, entrevista presencial, 16 de abril de 2018), conforme se vão detalhar neste capítulo.

3.4.1. Preparação

O aprontamento das FND do Exército insere-se no âmbito do conceito de treino operacional aplicável neste ramo das Forças Armadas (Ramalho, 2009).

Para esta FND em particular, a condução do aprontamento, sem influência das pequenas diferenças já apontadas na organização dos dois CN, seguiu um modelo que foi idêntico entre si (Estado-Maior do Exército, 2016), mas que permitiu ao 2º CN otimizar o treino operacional. O modelo descreve-se sumariamente em três fases: aprontamento administrativo-logístico; aprontamento operacional; e preparação para a projeção.

O aprontamento administrativo-logístico decorreu de uma forma geral ao longo do tempo total de aprontamento, incluindo a realização de exames médico-sanitários e psicológicos, processo de credenciação e emissão dos passaportes especiais para a missão, e distribuição das DIFE. Também a elaboração das normas e planos se estenderam ao longo de todo o período de aprontamento (Regimento de Comandos, 2016).

Na fase do aprontamento Operacional, o foco esteve no desenvolvimento da componente técnico-tática, através do treino de tarefas individuais e coletivas

avançadas e com a formação em áreas essenciais para a missão. O treino incidiu, essencialmente, sobre tiro de combate, técnica de combate e socorrismo de combate (Regimento de Comandos, 2016).

No âmbito do desenvolvimento de capacidades individuais, durante cerca de um mês, o objetivo do treino das tarefas individuais avançadas foi o de garantir o cumprimento dos requisitos individuais exigidos para a missão. Já no âmbito do desenvolvimento de capacidades coletivas, ao longo de outro período de um mês, o objetivo do treino coletivo da força visou, nos diferentes escalões, essencialmente (Regimento de Comandos, 2016):

- A consolidação e sistematização dos conhecimentos sobre a MINUSCA, o TO e a missão das diversas componentes que constituem a Força;
- O treino de tarefas coletivas avançadas;
- O desenvolvimento da coesão e articulação funcional dos diversos componentes em aprontamento.

Após o treino no plano individual e coletivo, ao longo do mês seguinte, consolidaram-se as capacidades adquiridas através da formação e treino das fases anteriores, adotando-se o *battle rhythm* idêntico ao do TO e praticando o processo de planeamento e execução de operações de combate e de estabilização (escalão Grupo e Companhia), em condições tão idênticas às do TO quanto possível. No final desta fase, teve lugar a avaliação de capacidades e certificação, culminando na execução de um exercício final de aprontamento e a *combat readiness evaluation*.

Por fim, na fase da preparação para a projeção, deu-se a realização de todas as tarefas tendo em vista a projeção para o TO.

3.4.2. Projeção

No caso do 1º CN, todo o pessoal e material foram projetados por via aérea (sendo esta a primeira FND a ser toda projetada nestes moldes), num espaço temporal de 16 dias, entre os dias 7 e 23 do mês de janeiro de 2017, utilizando dez voos para projeção de todo o pessoal e material. A projeção foi apoiada pela ONU, através de um elemento no Território Nacional (TN) com a função de *Movement Control Officer* no sentido de apoiar o planeamento e execução da projeção (Ferreira, 2016).

As operações de projeção foram realizadas em aeronaves de carga Antonov-124, em que se projetaram 576 toneladas de carga e os 159 militares que constituíram a força (Ferreira, 2016).

No 2º CN, estando a grande parte do material já no TO, nomeadamente os meios orgânicos principais e equipamento coletivo, a projeção foi essencialmente de pessoal. Deu-se em três levadas, uma primeira de seis militares, que permaneceram em apoio e sobreposição ao 1º CN, o destacamento de apoio juntamente com

material, que foi projetado pela FAP numa aeronave C-130, e o grosso da força em voo fretado (Varino, *op. cit.*).

3.4.3. Sustentação

A sustentação envolve estruturas de apoio às funções logísticas que complementam o apoio prestado por Portugal, nomeadamente estruturas nacionais, agências de organizações internacionais e de países amigos, mercados locais nos TO e acordos estabelecidos, quer com a nação hospedeira, quer com outras forças ou organizações na região, através de memorandos de entendimento ou acordos técnicos (Comando da Logística, 2018).

A execução das operações de sustentação torna-se complexa tendo em conta que o TO da RCA é muito exigente, as condições atmosféricas adversas, o terreno e os itinerários acidentados (Maio, *op. cit.*).

Neste TO, a sustentação da força processa-se, no que diz respeito à função reabastecimento através de Portugal, para as classes I, II, III(E), IV, V, VII através do CFT e Direção de Material e Transportes (DMT) do Comando da Logística (CmdLog), VIII através da Direção de Saúde e IX pela DMT. O fornecimento por parte da ONU aplica-se às classes I (frescos, secos e congelados), I(W) a granel e engarrafada, III(G) e IV por requisição.

Para a função movimentos e transporte, o apoio em transporte estratégico é feito por solicitação à DMT com 25 ou 35 dias de antecedência, em função da volumetria, peso, nomenclatura e classe de risco da carga. O transporte é então executado por meios militares ou civis. Já no TO, o transporte da força é da sua própria responsabilidade.

A função manutenção é garantida por Portugal, no TO, sendo que a força garante o apoio até ao nível de manutenção intermédia de apoio direto, em coordenação com a DMT. Nos casos de reparações superiores a 14 dias, o CmdLog envia equipas de contacto ao TO.

O apoio sanitário é garantido da seguinte forma:

Hospitalização:

- Nível 1 - Em Bangui (pela força) ou com a força quando projetada;
- Nível 2 - Bangui, Kaga-Bandoro e Bria;
- Nível 3 - Nairobi (Quénia) e Kampala (Uganda);
- Nível 4 - Portugal.

Evacuação:

- Nível 1 - através da equipa de evacuação da força;
- Nível 2 - através da equipa de evacuação da força (até 60 minutos) ou através de evacuação médica por via aérea (AIRMEDEVAC) da MINUSCA;

- Nível 3 - responsabilidade da ONU através de contratação;
- Nível 4 - em coordenação com o Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O apoio em termos de infraestruturas é prestado pela ONU no que concerne a alojamentos, refeitório, sanitários, esgotos e arruamentos. A força garante os telheiros, oficina e o posto de saúde Nível 1.

A aquisição, contratação e alienação são garantidos por Portugal, essencialmente para obtenção de Classe I, VII, e serviços de telecomunicações não militares, mão-de-obra, lavandaria, cozinhas e limpeza.

Os serviços de purificação de água e fornecimento de energia elétrica são da responsabilidade da ONU, sendo que a força garante a distribuição de alimentação, padaria, banhos, lavandaria e EOD. O serviço de cantina encontra-se espalhado pelo TO, disponibilizado pelos diversos contingentes (Comando das Forças Terrestres, 2018).

3.4.4. Lições Identificadas

Em ambos os contingentes, no que diz respeito à formação e treino correspondente ao aprontamento, houve um benefício, quer a nível individual quer coletivo, proveniente das qualificações obtidas previamente pelos militares nomeados, assim como o nível de treino e preparação que apresentavam (Paulino, *op. cit.*).

No entanto, em ambos os contingentes, repercutiu-se o atraso da apresentação de militares exteriores ao RCmds para o aprontamento, bem como as diversas solicitações à unidade durante o aprontamento que, inevitavelmente, afetou a disponibilidade dos militares.

Foi notada a importância do contacto com a força no TO durante o aprontamento do 2º CN e o feedback por eles veiculado, no sentido de otimizar o treino de técnicas, táticas e procedimentos, e adequar às missões desempenhadas pela força no TO aproximando o treino das tarefas à forma como estas estavam a ser executadas no TO, nomeadamente: patrulhas para demonstração de força; escoltas; reconhecimentos; reação a combate de encontro; golpes de mão; e ataques em áreas edificadas. Também foi tida em conta a necessidade de enfoque no treino para a execução das tarefas montado em viaturas (Varino, *op. cit.*).

No âmbito da projeção, no caso do primeiro contingente, ressaltou que, embora a responsabilidade da projeção fosse atribuída à ONU e tenha estado um elemento seu em permanência com o contingente português, deveria essa ligação ter estado articulada permanente com o CmdLog, podendo passar este a ser a entidade responsável por coordenar todos os meios nacionais em apoio à projeção (Ferreira, 2016).

Já no 2º CN, estas questões não se puseram, no entanto poderão vir a novamente a ser pertinentes no futuro, quer para uma hipotética alteração significativa que ocorra do dispositivo ou meios no TO, quer para a necessária retração da força.

Na sustentação da força, surgiram dificuldades ao nível de classe I. A MINUSCA não garante no TO o fornecimento de água potável, de acordo com os padrões europeus, existindo a necessidade de adquirir água engarrafada, para a confeção e consumo, no sentido de mitigar os riscos sanitários. A dificuldade estende-se ao acesso a água tratada, para gastos com higiene, particularmente tendo em conta as características do TO da RCA, que impõem cuidados de higiene acrescidos (Paulino, *op. cit.*).

3.5. EMPREGO DAS FORÇAS PORTUGUESAS NA MINUSCA

3.5.1. Atividade Operacional

A Força, sob o comando direto do MINUSCA – *Force Commander*, como QRF, executou missões em toda a extensão do TO, fazendo por diversas vezes uso da força enquadrado numa missão que se caracteriza pelo elevado risco e exigência.

Destacaram-se operações de cerco e busca com a finalidade de neutralizar grupos armados na região de Bambari. A força executou ainda outras missões como a segurança efetuada ao campo de deslocados em Alindao, o controlo de Bangassou, respetiva escolta de segurança de deslocados e as patrulhas de reconhecimento de longo raio de ação até Mobaye. No desempenho das missões operacionais foram empenhados os meios de apoio orgânicos, assim como outros meios de apoio da MINUSCA.

O 1º CN realizou um total de 125 missões operacionais, tendo sido executadas operações de cerco e busca, patrulhas motorizadas, escoltas, patrulhas de reconhecimento, patrulha de reconhecimento de longo raio de ação, patrulha de longo raio de ação, operações de CIMIC, operações de controlo de terreno e infraestruturas chave, defesa de terreno e infraestruturas chave, escolta aérea a coluna terrestre, reconhecimentos aéreos e missões de CAS (Paulino, *op. cit.*).

A Força, na sua atividade operacional, esteve por diversas vezes fora da MOB, situações em que operou fora de uma base segura. Os militares portugueses por diversas vezes empenharam-se pelo fogo com elementos armados em defesa das populações, períodos em que, por diferentes vezes foi apoiada por aeronaves de asa rotativa, em apoio próximo e em AIRMEDEVAC, nomeadamente para evacuar um ferido em combate resultante de uma emboscada (Paulino, *op. cit.*).

O 2º CN, para além de atividade operacional idêntica à realizada pelo primeiro, realizou duas operações ofensivas. Uma no sector Oeste com a duração

de 28 dias e a segunda no setor Este com a duração de 31 dias, com a finalidade de expulsar grupos armados que se encontravam nas cidades, entretanto abandonadas pela sua população.

As operações, embora de cariz ofensivo, foram realizadas no âmbito da operação de manutenção de paz. Com efeito, o *mindset* para as operações de manutenção da paz não está habitualmente focado para realizar ações ofensivas, no entanto o desempenho da força foi positivo (Varino, *op. cit.*).

3.5.2. Lições Identificadas

A QRF é mais eficiente quando empenhada de acordo com o seu conceito de emprego, no entanto, ao longo da missão foi sendo ocupada a realizar uma série de tarefas “de setor”, motivadas pelas provas de competência e garantias que foram demonstrando.

As operações noturnas demonstraram ter potencial para constituir uma nítida vantagem sobre os grupos armados, mas tendo em conta os riscos associados e o tempo de deslocamento por meio terrestre, não estão autorizadas.

O apoio aéreo revela-se fundamental dada a configuração do TO, a ausência de infraestruturas rodoviárias e abundância de zonas densamente preenchidas por vegetação. Este apoio é ainda eficaz como meio de dissuasão e como elemento que fornece confiança adicional à força para poder empenhar-se decisivamente.

Nas situações em que a Força segue apeada a exposição aumenta e o potencial de combate diminui, dada a ausência da blindagem conferida pelas viaturas e o poder de fogo da arma principal da viatura. Este facto motivou que fosse adicionada uma metralhadora ligeira ao plano de carregamento com a finalidade de aumentar o potencial de fogo dos elementos apeados.

Os veículos aéreos não tripulados, embora não tendo capacidade de serem utilizados à noite, revelaram-se úteis para efetuar ações de reconhecimento próximo sem necessidade de expor a Força.

No TO da RCA, a ameaça *remote-controlled improvised explosive device* é inexistente, motivo pelo qual os sistemas inibidores de frequência estão a degradar-se devido à falta de utilização.

As comunicações de longo alcance são realizadas na banda HF. Esta banda de frequências não é a ideal para o estabelecimento de comunicações entre estações móveis. Devem ser privilegiados meios de comunicações satélite (Paulino, *op. cit.*).

O facto de os Grupos de Comando serem organizados em equipas, e ser esta a sua estrutura base, com um efetivo de cinco homens com funções específicas, associado a um elemento de comando Sargento ou Oficial confere capacidade a estas unidades para atuar de forma isolada do grupo a que pertence. Contribui

também para esta flexibilidade o elevado poder de fogo que deriva do facto de existir uma metralhadora ligeira em cada equipa (Ramos, 2016).

A impossibilidade de execução de evacuações por meio aéreo no período noturno constitui uma limitação no planeamento das operações. A complexidade no processo de requisição de evacuação médica deve ser simplificada para que a sua execução seja célere, por forma a reduzir o risco de deterioração da condição do militar ferido e garantir uma resposta oportuna e adequada.

Os meios atrelados, cuja finalidade é garantir a sustentação, não são apropriados para as condições do TO da RCA uma vez que estão dimensionados para circular em asfalto. A adaptação destes atrelados, que foi necessária, para viaturas de transporte geral todo-o-terreno retirou capacidade de carga à Força (Varino, *op. cit.*).

A ausência de blindagem das viaturas logísticas materializa uma limitação para o planeamento das operações uma vez que a utilização deste tipo de viaturas acaba por ter de ser minimizado para mitigar o risco. Deve ser tido em conta que, durante as projeções para fora da MOB, são necessários elementos em Bangui com vista a garantir a segurança, as necessidades de sustentação e de ligação com o TN. Devido ao degradamento dos itinerários de terra batida na RCA, os deslocamentos são morosos e a velocidades reduzidas.

A fim de dar uma resposta adequada e oportuna deve existir mais do que um condutor por cada viatura sendo necessário todos os militares estarem aptos a conduzir todo o tipo de viaturas existente no TO.

A elevada quantidade de equipamentos eletrónicos da Força gera a necessidade de projetar um meio gerador de energia para o caso de a Força não ter o apoio de uma Base Operacional após 72h dado a especificidade do TO (Paulino, *op. cit.*).

A diversidade cultural e de formação deve ser tida em conta no pessoal que integra a força, uma vez que a doutrina e a linguagem são distintas. Estas diferenças têm impacto em diversas áreas como por exemplo a comunicação entre o TACP e a tripulação dos helicópteros de diversas nações que prestam o apoio.

O padrão do camuflado de determinadas peças de fardamento, concretamente o do exército francês, induz a uma possível confusão da força portuguesa com militares franceses.

No decorrer da missão do 2º CN, foi identificado um desgaste físico e psicológico nos militares acima do desejável, pelo que foi introduzido a possibilidade de, dentro da autoridade do comandante, e respeitando as exigências operacionais, os militares gozarem um período de licença. Ainda que tenha tido expressão reduzida o número de militares que a gozaram (inferior a 10%), a confiança decorrente desta premissa teve um efeito notável no moral (Varino, *op. cit.*).

3.6. CONCLUSÕES

O objetivo geral deste estudo consistia em entender o emprego do 1º CN e 2º CN da FND portuguesa da MINUSCA no TO da RCA. No primeiro capítulo explicamos conceptualmente o TO e o contexto de emprego de forças militares. Dada a instabilidade da região e a evolução do conflito, demarcada nas ameaças, mas também nos milhares de refugiados, foram constituídas várias forças internacionais, sendo explicada a sua evolução até aos dias de hoje, culminando na MINUSCA.

No segundo capítulo, descrevemos a organização e tipologia das forças portuguesas na RCA. Para isso foi abordado a geração da FND MINUSCA, nomeadamente das suas tarefas principais, na deliberação do CSDN, dos requisitos e capacidades da força e da sua estrutura operacional de pessoal e material.

No capítulo três, identificamos o processo de aprontamento, projeção e sustentação das forças portuguesas na MINUSCA. Para isso, foram analisadas as diretivas de aprontamento bem como o material resultante das entrevistas efetuadas. Verificou-se que as dificuldades encontradas pela 1ª FND MINUSCA durante estas fases foram suprimidas pela 2ª FND MINUSCA, em que esta optou por reforçar a sustentação em detrimento das operações, no que consta em pessoal para o cumprimento de funções específicas.

Finalmente, no quarto capítulo analisamos o emprego das forças portuguesas na MINUSCA. Para isso foram explanadas as missões que as duas FND MINUSCA efetuaram, bem como as suas principais tarefas. Explanaram-se também as lições identificadas de operações e de pessoal.

Dos aspetos enquadrantes e dos conceitos gerais que se abordaram, bem como do processo de geração da FND, que se visitou, na vertente dos requisitos e capacidades da força, assim como da sua estrutura operacional, e daquilo que foram as lições identificadas quer da preparação, projeção e sustentação, como do seu emprego e atividade operacional, entendemos que a FND portuguesa possui as capacidades adequadas para contribuir para a consecução dos objetivos da MINUSCA.

A organização da força é adequada às exigências do TO, o efetivo mostrou-se adequado durante o período de emprego dos dois CN e a forma como está organizado em grupos de combate, assim como os apoios levantados, revelou-se ajustada às necessidades no TO, nas várias funções de combate. Para tal contribuiu a experiência de missões internacionais anteriores, nomeadamente no TO do Afeganistão, que se encontra vertida naquilo que é a organização base do BCmds.

As capacidades da força são coerentes com os requisitos necessários. As

caraterísticas das forças de Comandos, e a sua natureza expedicionária, bem patente na sua missão e nas possibilidades do BCmnds, estão perfeitamente alinhadas com os requisitos da MINUSCA para a missão de QRF, bem como com a totalidade de tarefas que lhe estão associadas. O grau de prontidão e proficiência desta força foi contributo preponderante para o sucesso das suas ações. No entanto, ressalva-se que, para a natureza desta missão, e sobretudo pelo efetivo que se apresenta, outras tipologias de força poderão, salvaguardando que se adeque o padrão e exigência no treino, garantir as capacidades necessárias para esta missão.

O modelo de aprontamento, projeção e sustentação adequa-se às capacidades da força para a condução da operação, como ficou bem patente no desempenho das missões no TO. Se, por um lado, a tipologia de tarefas não se constituiu como um desafio à partida no plano do treino, a exigência do TO, em termos fisiológicos e de salubridade, impôs um rigoroso aprontamento sanitário, que foi fator que contribuiu para o sucesso da missão.

Na sustentação, o modelo satisfaz as necessidades da força para a condução da operação, havendo naturalmente espaço para aperfeiçoar e afinar procedimentos. Com efeito a distância entre o TO e o TN, associado à precariedade das vias de comunicação são, e serão um desafio permanente, mas para o qual o modelo em uso tem sido eficaz. Também os meios no TO carecem de alguma adaptação, ou mesmo substituição, para o cumprimento cabal do apoio em TO a favor das operações. Houve melhorias em termos de equipamento e material que foram explanadas nas lições identificadas.

A tipologia das tarefas executadas insere-se na missão atribuída. Da execução das mesmas, foi ficando patente os elevados padrões de desempenho da força, originando a que o comando da MINUSCA contasse com a QRF para a execução de tarefas adicionais. No entanto, estas mantêm-se inseridas na tipologia das tarefas que a força está preparada para executar, acarretando, acima de tudo, uma maior frequência no empenhamento. Demonstrou-se uma adaptação das missões efetuadas pelo 2º CN da FND MINUSCA, mais especificamente nas missões ofensivas que desempenhou, tendo como objetivo a expulsão de grupos armados que se encontravam nas cidades.

Este estudo poderá ser aprofundado em trabalhos futuros, nomeadamente após a consolidação do processo de lições apreendidas, constituindo-se como contributo para o conhecimento e um ponto de partida para posteriores análises, inclusivamente pelas diferenças no tipo de força entretanto projetada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boas, M. (2014). The Central African Republic - a history of a collapse foretold. *Norwegian Peacebuilding Resource Centre*, 15 janeiro, p. 3.
- Carayannis, T. e Lombard, L. (2015). *Making Sense of the Central African Republic*. Londres: Zed Books.
- Comando da Logística (2018). *Apoio Logístico - República Centro-Africana. Palestra ao CPOS17/18 (notas do autor)*. Lisboa, s.n.
- Comando das Forças Terrestres (2018). *Área Funcional – Logística: O apoio logístico à componente operacional. Palestra ao CPOS17/18 (notas do autor)*. Lisboa, s.n.
- Estado-Maior do Exército (2016). *Diretiva N.º30 - FND na MINUSCA*. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior do Exército (2017). *Quadro Orgânico do Batalhão de Comandos*. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas (2016). *Diretiva Operacional n.º 35 - Participação nacional na MINUSCA*. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas (2018). *Estado-Maior-General das Forças Armadas*. [Página Online] Retirado de <https://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/onuRca>
- Ferreira, H. (2016). A Logística da 1FND/MINUSCA na República Centro-Africana. *NEWSLETTER - República Centro-Africana*, 24 janeiro.pp. 7-12.
- Lombard, L. (2016). *State of Rebellion - Violence and Intervention in the Central African Republic*. 1ª edição ed. Londres: Zed Books.
- Ministério da Defesa Nacional (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: s.n.
- Ministério da Defesa Nacional (2016). *Emprego de Forças Nacionais Destacadas - 2016*. Lisboa: s.n.
- Organização das Nações Unidas (2018). *UN - Geospatial Information Section*. [Página Online] Retirado de <http://www.un.org/Depts/Cartographic/english/htmain.htm>
- Ramalho, J. P. (2009). O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO. *Nação e Defesa*, Verão (4), pp. 63-80.
- Ramos, A. (2016). Curso de Comandos, a Base para o Sucesso das Ações de Contacto com Grupos Armados no Teatro da Operações da República Centro-Africana. *NEWSLETTER - República Centro-Africana*, 24 janeiro.pp. 3-5.
- Regimento de Comandos (2016). *Diretiva N.º 1(Alt) - Aprontamento da Companhia para a missão na MINUSCA*. Carregueira: s.n.
- Sousa, M. R. (2017). Decreto do Presidente da República nº152/2017. *Diário da República Portuguesa*, 15 dezembro, p. 1.

SECÇÃO II

A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO EM FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS – VERTENTE LOGÍSTICA

4. A PROJEÇÃO/RETRAÇÃO DE UMA FORÇA NACIONAL DESTACADA

Autores

CAP INF Nélson Miguel Oliveira de Sousa
CAP ADMIL Ana Sofia das Neves Azevedo
CAP ART Aires de Almeida Carqueijo
CAP INF Orlando Ferreira Dias

Orientador

MAJ MAT Tiago José Moura da Costa

RESUMO

Este trabalho de investigação pretende apresentar contributos para um modelo de projeção e retração de Forças Nacionais Destacadas, com possível utilização pelo Exército Português, que permita agilizar o processo respeitante ao transporte estratégico. O ponto de partida consubstanciou-se em estudos prévios sobre a temática, complementado com a leitura de documentos doutrinários, legislação e bibliografia diversa, assim como, utilizando-se a pesquisa qualitativa e o modelo dedutivo, através da análise de dois estudos de caso (projeção para a República Centro-Africana e retração do Kosovo), de entrevistas semiestruturadas, efetuadas a militares diretamente envolvidos nestes mesmo casos ou, com experiência/responsabilidades na área. Determinou-se a importância de pré-definir, para as diversas tipologias de forças, as estruturas de pessoal e de material, tal-qualmente as dotações de munições inerentes aos Teatros de Operações, de modo a efetuar uma mais apurada estimativa da real necessidade da capacidade de transporte estratégico, e facilitar a elaboração da documentação intrínseca. Identicamente relevante, é adotar a consulta às iniciativas multinacionais de transporte estratégico, de modo a rentabilizar as suas possibilidades/potencialidades, permitindo a sua utilização quando tal for vantajoso. A continuação/incrementação do processo de lições aprendidas, também se configura uma mais-valia, de modo a retirar ensinamentos para futuras projeções/retrações.

Palavras-Chave: Projeção, Retração, Transporte Estratégico, Iniciativas Multinacionais e Planeamento.

ABSTRACT

This research work intends to present contributions to a model of deployment and redeployment of a National Detached Forces, with possible use by the Portuguese

Army, which allows streamlining the process regarding strategic movement. The point of departure consisted in previous studies on the subject, complemented by the reading of doctrinal documents, legislation and diverse bibliography. Likewise, using qualitative research and the deductive model, through the analysis of two case studies (projection for the Central African Republic and retraction of Kosovo) and with semi-structured interviews, made to the military directly involved in these cases or with experience / responsibilities in the field. It was determined the importance of pre-defining, for the various typologies of forces, the personnel and material structures, as well as the ammunition requirements inherent to the Theatres of Operation, in order to make a more accurate estimate of the real need of the strategic movement capacity and facilitate the preparation of the intrinsic documentation. Equally relevant is the consultation of multinational strategic movement initiatives, in order to utilize their possibilities / potentialities, allowing their use when advantageous. The continuity/enhancement of the lessons learned process also creates a benefit in order to acquire lessons for future deployments/redeployments.

Keywords: *Deployment, Redeployment, Strategic Movement, Multinational Initiatives and Planning.*

4.1. INTRODUÇÃO

A tipologia das missões atuais, consequência de uma conjuntura internacional dinâmica e imprevisível, obriga a uma versatilidade na capacidade de projeção e aplicação de forças, adaptadas às necessidades das organizações internacionais a que Portugal pertence, nomeadamente Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Exército Português, 2013b). Este facto é desde logo destacado no Conceito Estratégico Militar que define, para além de outros cenários de emprego, na Segurança Cooperativa, a participação de Força Nacional Destacada (FND), sob a égide da ONU e da OTAN (de entre outras organizações internacionais), em operações de resposta a crises, humanitárias e outras missões em tempo de paz (Conselho de Chefes de Estado-Maior, 2014).

Neste contexto, e tendo em conta a doutrina existente, legislação inerente e experiência nacional de projeção e retração de forças, nomeadamente para os Teatros de Operações (TO) do Kosovo e da República Centro-Africana (RCA), é relevante, para a instituição militar, apresentar contributos para um modelo, ao nível de procedimentos e responsabilidades, de projeção e retração de FND, com o desígnio de basear futuros procedimentos desta natureza, apresentando a presente investigação como objeto de estudo a projeção/retração de uma FND.

Dada a abrangência do tema em estudo, este será delimitado e focalizado em

termos de conteúdo, espaço e tempo. No respeitante ao conteúdo, será abordado o planeamento, preparação e execução da projeção e retração de FND do Exército Português (excluindo Elementos Nacionais Destacados), com destino a missões da ONU e OTAN, em tempo de paz, no que ao transporte estratégico concerne, excluindo os procedimentos de Receção, Estacionamento e Movimento²⁶ (REM), e atendendo à doutrina e legislação nacionais. No que toca ao espaço, será tratado o TO da RCA (projeção) e o TO do Kosovo (retração). Relativamente à delimitação temporal, será analisada a projeção para o TO da RCA em janeiro de 2017, e a retração do Kosovo, em maio do mesmo ano.

A investigação será efetuada utilizando uma metodologia qualitativa e dedutiva, com base nos estudos de caso da projeção de uma FND para a RCA e da retração de uma FND do Kosovo. Será baseada na análise de documentos doutrinários, legislação e bibliografia relativa ao tema, e complementada/validada com recurso a relatórios e entrevistas a militares portugueses, com experiência e/ou responsabilidades na projeção e retração de FND.

O trabalho está organizado em três capítulos seguidos das conclusões. No primeiro capítulo, descrevem-se conceitos derivados do processo de revisão da literatura. No segundo capítulo, caracteriza-se o processo de projeção e retração de FND em vigor no Exército Português e a visão da ONU e da OTAN neste âmbito, analisando-se conjuntamente as potencialidades/oportunidades de capacidade de transporte estratégico existentes nas iniciativas multinacionais desta natureza de que Portugal é membro. No terceiro capítulo, é analisada a projeção da FND para a RCA e a retração da FND do Kosovo. Por último, em título de conclusões, são apresentados os contributos para possível aplicação pelo Exército Português, no âmbito da projeção e retração de FND, e que permitam agilizar o processo respeitante ao transporte estratégico.

4.2. ENQUADRAMENTO

Tendo em conta a temática em análise, importa esclarecer o conceito de projeção e retração de FND que será utilizado. Indubitavelmente, estes conceitos estão relacionados e englobados na função logística Movimentos e Transporte, função que garante o planeamento, direção e controlo dos meios de transporte, com o objetivo de deslocar pessoal, material e abastecimentos, em tempo e nas quantidades desejadas, em condições de operacionalidade e na forma mais económica possível. A projeção e retração de forças abrange todo o espectro de

²⁶ Conceptualmente, o processo de REM (em inglês RSOM – *Reception Staging and Onward Movement*) consiste na projeção de forças, incluindo pessoal, material e abastecimentos, desde a sua chegada aos pontos de desembarque até ao seu destino final no TO (Exército Português, 2013b).

infraestruturas, instalações, organizações e equipamentos necessários, assumindo como importante critério a eficiência (ligada à melhor gestão de recursos, às economias de escala e à redução de custos) (Exército Português, 2012; Exército Português, 2013; Exército Português, 2014).

Intimamente ligado e abrangido pelos conceitos de projeção e retração, está o de transporte estratégico (inter-teatro), que na projeção é efetuado desde o Território Nacional (TN) até um ponto localizado no TO, e na retração é o efetuado em sentido contrário. Quanto à modalidade, tal-qualmente todos os transportes, pode ser rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo, aéreo e por condutas. Quanto à forma pode ser modal (envolvendo apenas uma modalidade), multimodal (envolvendo mais que uma modalidade e regido por um único contrato), intermodal (envolvendo mais que uma modalidade e regido por um contrato para cada modalidade) e sucessivo (envolvendo transbordos para veículos da mesma modalidade e regido por um único contrato) (Exército Português, 2013; IAEM, 2005).

Neste seguimento, projeção é o transporte estratégico efetuado entre TN e um TO, e retração é o transporte estratégico efetuado entre um TO e TN.

A presente investigação foi desenhada partindo de estudos prévios sobre a temática, nomeadamente o elaborado pelo Capitão de Mar e Guerra José António Croca Favinha que versa sobre a capacidade de projeção aeronaval, e as lacunas do Sistema de Forças Nacional na sua capacidade de projeção, pela falta de meios próprios (Favinha, 2016). Assim, estas lacunas na capacidade nacional de projeção e retração de forças, foram tomadas como um dado adquirido e, portanto, como um ponto de partida, que em tudo justifica o objetivo geral do estudo (apresentar contributos para um modelo de projeção e retração de FND, que permita agilizar o processo respeitante ao transporte estratégico).

Igualmente, importa apresentar, conquanto que brevemente, e em jeito de revisão de literatura, a bibliografia utilizada. De modo a que a informação aqui grafada não seja algo desconexo, mas, pelo contrário, plenamente trilhada em linha com a estrutura do trabalho, será demarcada por capítulos.

No respeitante ao capítulo 2 (processo teórico), as responsabilidades no Exército Português foram retiradas das Publicações Doutrinárias do Exército (PDE) alusivas à temática, bem como da Diretiva n.º 143/CEME/2014 - Atribuições e responsabilidades na preparação e emprego de Elementos e de Forças do Exército que se possam constituir como FND do Exército (CEME, 2014). Se no caso da diretiva referida, a sua designação é autoexplicativa relativamente ao conteúdo, as principais PDE utilizadas foram: PDE 4-00 Logística (Exército Português, 2013b) que se institui como a base conceptual da logística no Exército Português, abarcando princípios e doutrina de âmbito geral; PDE 4-46-00 Sistema Logístico do Exército (Exército Português, 2014) que aborda a sustentação

logística no Exército; PDE 0-42-00 Apoio Administrativo-Logístico aos Elementos e às Forças do Exército em Missão fora do Território Nacional (Exército Português, 2015) que, com interesse para a temática, contém as tarefas a efetuar, assim como a atribuição das responsabilidades, relativamente ao aprontamento, projeção, sustentação, rotação e retração de FND. Importa também referir o ME 60-10-03 Apoio Logístico em Campanha (publicação provisória) (IAEM, 2005) que conquanto de cariz provisório e não doutrinário, foi esclarecedor na tipologia de transportes e respetiva caracterização.

Ainda no seio do capítulo 2, há a realçar que, para esclarecer a visão da ONU, foi utilizado o *Manual on Policies and Procedures concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions* (United Nations, 2017) que, de entre outras temáticas, define, numa perspetiva geral, as responsabilidades, modalidades e reembolsos inerentes à projeção e retração de FND. Já para esclarecer a visão da OTAN, importa referir o *AJP-3.13 Allied Joint Doctrine For The Deployment Of Forces* (NATO, 2008) que sendo uma publicação focada no nível operacional, se constitui como guia da Aliança para a projeção de FND. No que concerne às iniciativas multinacionais de transporte estratégico, destaca-se o relatório *Iniciativas Multinacionais de Transporte Estratégico - Modelo de Participação Nacional* (MDN, 2014) que descreve o modo de funcionamento das iniciativas de que Portugal é membro.

Relativamente ao capítulo 3, para além das entrevistas efetuadas, que foram uma frutífera fonte de dados, há a destacar, no caso da RCA, a Diretiva Operacional n.º 035/CEMGFA/16 Participação Nacional na United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Central African Republic (MINUSCA) (CEMGFA, 2016b), que dá autoridade ao Exército para iniciar todo o planeamento da projeção, e a Diretiva n.º 30/CEME/16 Força Nacional Destacada na “United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Central African Republic” (MINUSCA) (CEME, 2016b) que, aliada à Diretiva n.º 04/CFT/16 Força Nacional Destacada na “United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Central African Republic” (MINUSCA) (CFT, 2016), estabelecem o modo como a projeção se efetuará, atribuindo as respetivas responsabilidades.

No caso do Kosovo, realça-se ainda o Despacho N.º 173 do CEME, de 16Dec16, Retração da Força Nacional Destacada do Teatro de Operações do Kosovo (CEME, 2016a) que dá indicações para se iniciar o planeamento da retração, a Diretiva n.º 31/CEME/17 Retração da Força Nacional Destacada do Teatro de Operações do Kosovo que especifica responsabilidades, o Plano de Retração MELRO 17 do 1BIMec(R)/FND/KFOR de 30Mar17 (Comando da Logística, 2017a) que descreve detalhadamente o procedimento, e o Relatório da Célula de Lições Aprendidas - Retração Kosovo 2017 (EME, 2017) que identifica as lições alusivas à retração.

4.3. PROCESSO TEÓRICO

4.3.1. Responsabilidades no Exército

Não obstante ser o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) o responsável pelo emprego operacional de forças nos planos interno e externo, excetuando as missões que derivam de legislação própria, bem como as que sejam eventualmente atribuídas diretamente aos Ramos, é, na prática, o Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM), que depende hierarquicamente do CEMGFA, quem acompanha a projeção e retração das FND, não olvidando as competências dos Chefes do Estado-Maior dos Ramos (Exército Português, 2015).

Ao nível da componente terrestre, cabe ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) a responsabilidade da projeção e retração das FND, tendo para este efeito o Estado-Maior do Exército (EME), o Comando das Forças Terrestres (CFT), os Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD), as Unidades Organizadoras (UnOrg) e, Mobilizadoras (UnMob) e as diferentes Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) tarefas inerentes a esta projeção/retração (Exército Português, 2015).

Neste âmbito, e tendo em conta as orientações emanadas nas Diretivas Operacionais do CEMGFA, são elaboradas as Diretivas do CEME e do CFT, definindo as Estruturas Operacionais de Pessoal (EOP) e de Material (EOM) e a Dotação Operacional de Munições (DOMun), que somadas aos demais equipamentos e abastecimentos necessários, totalizam as necessidades de projeção²⁷, assim como os Planos Administrativo-Logísticos (Exército Português, 2015).

Aclarada a documentação enquadrante, cabe ao Comando da Logística (CmdLog), em coordenação com o CFT, elaborar os planos de projeção e de retração das FND, bem como acionar o correspondente apoio logístico para a sua execução, podendo a projeção/retração da FND ser efetuada com recurso a meios civis e/ou militares²⁸ (Carvalho, entrevista presencial, 20 de março de 2018; Domingues, entrevista presencial, 04 de janeiro de 2018; Exército Português, 2015). Caso seja decidida a contratação de meios, a Direção de Aquisições (DA), com responsabilidades de origem contratual e pagamentos, procurará dar resposta às necessidades de contratação, de acordo com a Manifestação de Necessidade da Secção de Transportes da Direção de Material e Transportes (DMT), no âmbito do transporte de pessoal e/ou material, cabendo à sua Repartição de Concursos e Contratos (RCC) analisar o procedimento mais adequado para a satisfação da

²⁷ No caso da retração, os documentos enquadrantes poderão ou não ser os mesmos da projeção e as necessidades de retração variam consoante a intenção de retrainir ou não a totalidade de pessoal e equipamentos.

²⁸ Normalmente com recurso aos Transportes Aéreos Militares (TAM), disponibilizados pela Força Aérea Portuguesa (FAP) ou através do recurso a meios civis de transporte.

mesma, e elaborar o procedimento legal²⁹, recebendo as propostas e adjudicando³⁰ à que melhor cumpre o Critério de Adjudicação previamente estabelecido (Leitão, entrevista presencial, 27 de janeiro de 2018; MDN, 2015a).

De modo a que a Manifestação de Necessidade da Secção de Transportes da DMT seja o mais apurada possível, a própria FND, assim como as UnOrg e UnMob, devem dar contributos relativamente aos dados previsíveis das Listas de Mercadorias Militares (LMM), tendo neste aspeto, como posteriormente na preparação dos equipamentos, um papel fulcral a Equipa de Terminal³¹ nomeada pela UnOrg, cujos militares trabalharão em estreita coordenação com as repartições da DMT, bem como com o Pelotão de Operações de Terminal do Regimento de Transportes (RTransp) (Exército Português, 2015).

4.3.2. Visão da Organização das Nações Unidas

A ONU é financeiramente responsável pela projeção e retração das FND sendo que, preferencialmente, deverá ser assinado um memorando de entendimento entre a nação contribuinte e a ONU, de modo a que fiquem especificadas, previamente, as responsabilidades respeitantes à projeção e retração de pessoal e equipamentos, bem como à sua sustentação e possíveis reembolsos (United Nations, 2017).

No que concerne ao planeamento dos movimentos estratégicos, uma equipa da ONU visita a nação contribuinte de modo a elaborar toda a documentação necessária, sendo que os meios para a projeção/retração serão contratados pela ONU ou acordados através de uma *letter of assist*³² com as nações contribuintes (United Nations, 2017).

4.3.3. Visão da Organização do Tratado do Atlântico Norte

A OTAN tem vindo a realçar a necessidade de uma maior necessidade de cooperação de nível logístico entre as nações contribuintes com forças (*Troop Contributing Nations* – TCN), de modo a incrementar a poupança de recursos, no

²⁹ O processo legal decorre ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Este foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31Ago, passando o processo de contratação, quando declarado secreto ou com necessidade de medidas especiais de segurança, a ser enquadrado pela alínea i do n.º 4 do Art.º 5º - Contratação Excluída, ou seja, não se aplica a Parte II do CCP, enquanto no anterior era ao abrigo da alínea f do n.º 1 do Art.º 24º - Critério Materiais.

³⁰ Os prazos estipulados retratam o determinado pela DMT, no entanto, regra geral, a adjudicação deve ocorrer 45 dias antes do início do serviço contratado. As entidades envolvidas são Operadoras Nacionais com capacidade demonstrada e com histórico de serviços prestados ao Exército.

³¹ Esta equipa é responsável por acionar a receção, o controlo, a contentorização e o embarque/desembarque do material a enviar/receber do TO.

³² Uma *letter of assist* é um contrato efetuado entre a ONU e um Governo que legitima este a adquirir serviços em nome da ONU, determinando, ainda, o modo como o reembolso será efetuado.

qual, a projeção e retração de forças não é exceção. Não obstante esta intenção, continua a assentar nas TCN a responsabilidade última de apoiar as suas forças, sendo assim responsabilidade nacional a projeção e retração das FND (Exército Português, 2015).

Assim, devem as nações elaborar os *Detailed Deployment Plan* (DDP) e submetê-lo ao *Allied Movement Coordination Centre* (AMCC) do *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE), efetuando os movimentos de acordo com o *Multinational Detailed Deployment Plan* (MNDDP)³³ (NATO, 2008; NATO, 2017).

O SHAPE difunde orientações e diretrizes, coordenando os pontos de desembarque e embarque no TO, desenvolve o MNDDP e monitoriza e coordena a utilização dos meios de transporte estratégico, através do AMCC, coordenando e priorizando os movimentos. Apoia ainda o desenvolvimento de acordos para a obtenção e utilização de meios de transporte estratégico (NATO, 2008; NATO, 2017).

4.3.4. Iniciativas Multinacionais de Transporte Estratégico

Dado que as Forças Armadas Portuguesas não possuíam (à data e continuam a não possuir na atualidade) capacidade substancial, ao nível dos meios para efetuar o transporte estratégico de forças, em virtude das aeronaves da FAP terem capacidade limitada e a Marinha não possuir navios polivalentes logísticos, e atendendo a ser recorrente o recurso à contratação de meios de transporte civis, justificou-se a adesão de Portugal a iniciativas multinacionais de transporte estratégico. Destacam-se aqui, as iniciativas no âmbito dos centros de coordenação, bem como no âmbito de acesso assegurado a meios (MDN, 2014).

Não obstante esta adesão, há a referir uma mínima utilização dos serviços fornecidos por estas iniciativas, decorrente da localização geográfica periférica de Portugal na Europa, que não facilita a coordenação dos transportes; a falta de planeamento atempado e adaptável às oportunidades de transporte oferecidas; a não normalização da consulta a estas iniciativas; e, o reduzido número de aeronaves disponíveis para trocar horas de voo (exigência em algumas situações) (MDN, 2014).

4.3.4.1. Movement Coordination Centre Europe

O *Movement Coordination Centre Europe* (MCCE) é uma organização independente, oficialmente criada em 2007, não integrada em qualquer estrutura militar ou civil que presta serviço aos seus membros e a organizações internacionais, de entre as quais a ONU e a OTAN, coordenando e rentabilizando as capacidades disponíveis. Cerca de 80 % da atividade deste centro está relacionada

³³ Fica à responsabilidade das nações a obtenção de vistos e documentação similar.

com a projeção, retração e sustentação de forças, no que concerne ao transporte estratégico (MDN, 2015b). Atualmente são membros do MCCE 28 estados, de entre os quais Portugal (MCCE, 2018).

O seu funcionamento baseia-se na relação entre procura e oferta. Se um determinado membro necessita de transporte estratégico, faz chegar o pedido ao MCCE. Caso exista um ou mais movimentos já planeados, por um ou mais dos seus membros, com capacidade sobranse suficiente, o MCCE coloca os interessados a dialogar. Se não existir nenhum movimento planeado com capacidade disponível, o MCCE questiona os seus membros da possibilidade de alocarem meios para o movimento em questão. O MCCE tem ainda como alternativa solicitar meios às iniciativas congéneres de acesso assegurado (MDN, 2015b).

4.3.4.2. *Athens Multinational Sealift Coordination Centre*

O *Athens Multinational Sealift Coordination Centre* (AMSCC) é uma entidade multinacional criada em 2004 que garante acesso ao mercado, no que toca a navios, implicando negociações caso a caso (MDN, 2014). Possui 11 estados-membros, de entre os quais Portugal, e acordos com a ONU, OTAN e União Europeia (UE) (AMSCC, 2018).

No que concerne ao seu modo de funcionamento, o AMSCC possui uma base de dados, onde constam as companhias prestadoras de serviços de transporte, com os respetivos navios e capacidades de carga. Quando um país-membro solicita um transporte, o AMSCC analisa a disponibilidade do mercado e propõe a solução economicamente mais vantajosa, facilitando a ligação com o prestador do serviço (MDN, 2014).

4.3.4.3. *Multinational Sealift Steering Committee*

O *Multinational Sealift Steering Committee* (MSSC), do qual Portugal é membro, juntando-se aos países que originalmente assinaram o *Multinational Implementing Arrangement* (MIA) em 2003 (alterado em 2006 e 2009), garante acesso assegurado a um pacote de navios pertencentes aos estados-membros e contratados pela *NATO Support and Procurement Agency* (NSPA), permitindo criar relações privilegiadas através da partilha de meios. Desde julho de 2007 os navios designados ao MSSC são geridos pelo MCCE, o que já gerou poupanças significativas para os utilizadores (MDN, 2014).

A prioridade de acesso a estes meios, definida no MIA de 2009, é primariamente para os estados-membros, seguidamente para a *NATO Response*

Force (NRF)³⁴ e finalmente para os *Battle Groups* da UE. As condições de acesso aos meios são negociadas, caso a caso, entre o utilizador e o prestador do serviço de transporte (MSSC, 2009).

4.3.5. Síntese Conclusiva

Em termos de síntese conclusiva, cumpre, relativamente ao Exército, aclarar as Entidades/Órgãos com responsabilidade na produção de documentação e definição dos meios de transporte necessários para efetuar a projeção e retração de uma FND. No fundo, cabe ao CEME a responsabilidade da projeção e retração de FND, que derivará normalmente de indicação do CEMGFA (através de Diretiva Operacional) ou unicamente de legislação própria. Neste seguimento, o CEME e posteriormente o CFT, darão as indicações que julgarem convenientes sob a forma de diretiva (estas deverão especificar as EOP, EOM e DOMun). O CmdLog, normalmente Entidade Primariamente Responsável (EPR) para esta área, elabora os planos de projeção e retração e, caso seja decidido o recurso a meios civis, de acordo com a Manifestação de Necessidade da Secção de Transportes da DMT, a RCC da DA elabora o procedimento legal. A UnOrg e a UnMob devem contribuir para a elaboração das LMM e nomear a Equipa de Terminal que trabalhará em coordenação com a DMT e com o Pelotão de Operações de Terminal do RTransp. Todas as restantes Entidades do Exército contribuem de acordo com as suas especificidades e indicações que receberem.

Ao nível dos recursos necessários, estes serão semelhantes ao preconizado ao nível da ONU e da OTAN no que concerne à preparação e contentorização das cargas, sendo que no que respeita à ONU, esta assume os encargos do transporte estratégico e no atinente à OTAN, estes encargos serão responsabilidade nacional.

No que alude às potencialidades/oportunidades de capacidade de transporte estratégico, existentes nas iniciativas multinacionais de que Portugal é membro, há a destacar iniciativas no âmbito de centros de coordenação, que coordenam e rentabilizam a utilização de meios civis e militares, constituindo-se como facilitadoras. As iniciativas no âmbito do acesso assegurado a meios constituem-se como uma efetiva oportunidade de disponibilidade de meios, sendo que, neste caso, Portugal só está presente numa iniciativa de âmbito naval.

³⁴ De entre os países contribuintes para a NRF, caberá ao Comandante desta definir as prioridades de acesso aos meios, consoante assim necessite das forças respetivas.

4.4. ESTUDOS DE CASO

A análise dos estudos de caso, projeção para a RCA e retração do Kosovo, será dividida em três fases (planeamento, preparação e execução), que apesar de terem, isoladamente, objetivos específicos e próprios, não podem ser consideradas como estanques em si próprias, dado que se influenciam e complementam mutuamente. O planeamento e a preparação relacionam-se diretamente com todos os procedimentos administrativo-logísticos, referenciados no capítulo anterior sendo que, a execução, verterá a consecução destas duas fases, patenteando na prática a capacidade de transporte estratégico.

A fase de planeamento tem como objetivo simplificar uma operação complexa (de projeção ou retração), através de diretivas e planos que atribuem tarefas e responsabilidades, estabelecem medidas de coordenação necessárias para a sincronização, orientam para as próximas fases e estipulam uma fita do tempo e as condições para a sua execução (NATO, 2014a; NATO, 2014b).

A segunda etapa, de preparação, reflete todas as atividades necessárias a facilitar a execução. No caso específico da retração, é inevitável a sobreposição das atividades operacionais com as desta fase, sendo que com o aproximar da retração, o volume de atividades operacionais deve diminuir, de modo a que estas não influenciem negativamente a retração (NATO, 2014a; NATO, 2014b).

A fase da execução, produto das anteriores, consubstancia o transporte estratégico e todas as atividades inerentes, das quais se destacam os procedimentos aduaneiros. Testa-se o produto do planeamento efetuado, que se ajusta, pontualmente, conforme as necessidades de sincronização, realizando-se coordenações com a FND, com a empresa de transporte contratada (se for esta a metodologia de transporte escolhida) e com as entidades internacionais e locais envolvidas. No caso específico da retração, implica o término das atividades operacionais (NATO, 2014a; NATO, 2014b).

4.4.1. Projeção da FND para a RCA em janeiro de 2017

A 10 de abril de 2014, através da resolução 2149, o Conselho de Segurança da ONU criou a MINUSCA³⁵, que seria assegurada por forças francesas (CEMGFA, 2016b).

No seguimento dos atentados ocorridos em Paris, no ano de 2015, levados a cabo por terroristas, a França manifestou o pedido de assistência aos estados da

³⁵ A MINUSCA foi mandatada para proteger civis contra violência física, apoiar a implementação do processo de transição no governo, facilitar as iniciativas de assistência humanitária, proteger pessoal e instalações do ONU, promover e proteger os direitos humanos, apoiar a implementação da justiça nacional, internacional e de um estado de direito, e apoiar as autoridades no planeamento e implementação da estratégia de desarmamento, desmobilização e reintegração (CEME, 2016b).

UE, com vista à retração dos seus contingentes em operações no exterior, de entre os quais na RCA. Por consequência, foi solicitada a Portugal a sua participação na MINUSCA com uma unidade terrestre de Infantaria, escalão Companhia, com a missão de *Quick Reaction Force* (QRF) (CEMGFA, 2016b).

Como corolário, a contribuição portuguesa foi aprovada por deliberação do Conselho Superior de Defesa Nacional, de 24 de março de 2016, por um período inicial de um ano, ficando a efetivação da projeção da FND para data a definir no 2º semestre de 2016³⁶ (CEMGFA, 2016b).

4.4.1.1. Planeamento

O planeamento da projeção da FND para a RCA foi iniciado com o cometimento ao CEME da responsabilidade, por delegação do CEMGFA, do planeamento, aprontamento e execução dos movimentos de projeção necessários, bem como da autoridade para definir, redigir e assinar acordos ou documentos de carácter administrativo-logístico, com a ONU ou outras entidades prestadoras de serviços no TO, que se revelassem necessários. Ao Gabinete do CEMGFA foi perpetrada a responsabilidade de garantir a ligação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para necessidades de apoio diplomático e, ao CCOM cometa, de entre outras responsabilidades de âmbitos diversos, acompanhar a projeção da FND, mantendo o CEMGFA informado (CEMGFA, 2016a).

Ao nível do Exército, o EME foi encarregado da preparação, em coordenação com o CmdLog e com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), da documentação alusiva a eventuais acordos internacionais de carácter logístico que se considerassem necessários à projeção da FND. O Comando de Pessoal foi apontado para fornecer ao CmdLog os dados relativos à dotação orgânica de artigos da classe VIII³⁷ necessários à elaboração do plano de projeção. O CmdLog, designado como a EPR pela projeção da FND, foi responsabilizado por garantir os materiais, abastecimentos e atividades logísticas necessários para a preparação e consecução da projeção. O CFT foi incumbido da elaboração da EOP, EOM (ambas sob proposta das UnOrg e UnMob) e DOMun, bem como das LMM respetivas (CEME, 2016b; CFT, 2016).

Para todas as atividades de planeamento da projeção para a RCA, grande desafio administrativo-logístico dado tratar-se da primeira FND a projetar para este TO, contribuiu, também, um representante da ONU, colocado em Portugal para o efeito, dado que os meios aéreos para a projeção seriam providos por esta organização,

³⁶ A projeção acabaria por se efetivar em 2017 (Ferreira, 2017).

³⁷ Classe VIII – Material Sanitário, incluindo os respetivos sobressalentes (Exército Português, 2013b).

bem como o reconhecimento ao TO efetuado por uma equipa multidisciplinar, composta por elementos do CmdLog e do CFT (Martins, entrevista presencial, 08 de fevereiro de 2018; Ferreira, entrevista presencial, 02 de maio de 2018).

4.4.1.2. Preparação

A preparação da projeção e das cargas contou, tal-qualmente o planeamento, com a colaboração do representante da ONU em Portugal e iniciou-se imediatamente após a difusão da diretiva do CFT, alusiva à FND em questão. Subsistia a necessidade premente de ultimar todos os pormenores alusivos às EOP e EOM, dada a importância de dotar a FND com todos os meios necessários ao cumprimento da missão. Paralelamente, decorreram negociações entre Portugal e a ONU no sentido de especificar, em acordos, as responsabilidades de cada parte (Martins, *op. cit.*).

O CmdLog esteve sempre em estreita ligação com a FND, no sentido de suprir as necessidades e responsabilidades nacionais no âmbito da projeção, sendo que estas eram, fundamentalmente, de garantir que todo o material que iria ser projetado apresentava os requisitos e condições para ser transportado por meios aéreos a contratar pela ONU. Entre outras tarefas foi necessário certificar todos os contentores que iriam ser transportados e dotá-los das condições para embarque, adquirir a sinalização necessária para todo o material a ser transportado mediante as várias tipologias/categorias, adquirir caixas para transporte das mercadorias perigosas e coordenar com o RTransp todas as necessidades de transporte do material para o aeroporto. Cumulativamente, o CmdLog foi responsável por coligir todas as LMM, cuja elaboração era maioritariamente do CFT, e apresentá-las junto da alfândega aquando da projeção (Ferreira, *op. cit.*).

No sentido de agilizar a projeção, constituiu-se como um fator importante a ligação com as entidades reguladoras do Aeroporto de Lisboa, de modo a coordenar a melhor forma de transportar e manobrar o material no interior do aeroporto, bem como com os elementos do Aeródromo de Trânsito N.º 1 (AT1), local que se constituiu como base avançada para pesagem e preparação dos materiais a projetar (Ferreira, *op. cit.*).

Não obstante o explanado, nesta fase há a apontar o constrangimento da incerteza da data da projeção, bem como o desafio de edificação da EOM e da Lista de Níveis Orgânicos (LNO)³⁸ associadas aos equipamentos principais, dados fulcrais para elaborar as LMM e estabelecer os escalões de projeção (Martins, *op. cit.*).

³⁸ Lista de abastecimentos, essenciais ao combate, exceto Classe V, cuja posse é autorizada a uma unidade para garantir a sua operacionalidade (Exército Português, 2013b).

4.4.1.3. Execução

A projeção foi efetuada num espaço temporal de dezassete dias, com recurso à aeronave de carga *Antonov An-124 Ruslan* (Figura 1), num total de dez voos (Quadro 1), o que permitiu, apesar dos custos acrescidos (suportados pela ONU), que a FND atingisse mais rapidamente a *Full Operational Capability* (FOC) (duas semanas após o término da projeção). O *Airport of Embarkation* (APOE) utilizado foi o AT1, sendo os materiais a projetar aqui colocados pela U/E/O de origem. O *Airport of Debarkation* (APOD) foi o Aeroporto Internacional Bangui M'Poko³⁹ (Ferreira, 2017; Ferreira, *op. cit.*).

Todo o processo de projeção foi acompanhado por elementos da ONU, quer em Portugal, quer na RCA (Ferreira, *op. cit.*).

Quadro 1 – Escalões de projeção da 1ª FND para a RCA

DATA	TIPO DE VOO	MATERIAL		PESSOAL
07/01/2017	CARGA	72 Ton	64 m ³	9
09/01/2017	CARGA	72 Ton	56 m ³	6
11/01/2017	CARGA	70 Ton	59 m ³	6
13/01/2017	CARGA	71 Ton	62 m ³	6
15/01/2017	CARGA	73 Ton	59 m ³	6
17/01/2017	PASSAGEIROS	1 Ton	-	116
17/01/2017	CARGA	69 Ton	70 m ³	6
19/01/2017	CARGA	48 Ton	64 m ³	2
21/01/2017	CARGA	55 Ton	55 m ³	2
23/01/2017	CARGA	45 Ton	49 m ³	1
TOTAL		576 Ton	538 m ³	160

Fonte: Ferreira (2017).



Figura 1 – Antonov An-124 Ruslan a ser carregado

Fonte: Ferreira (*op. cit.*).

³⁹ Localizado na cidade de Bangui, capital da RCA.

4.4.2. Retração da FND Presente no Kosovo em 2017

Não obstante o longo contributo de Portugal com uma Unidade de Escalão Batalhão como FND para a *Kosovo Force* (KFOR), no Conselho de Defesa Nacional de 6 de outubro de 2016, foi deliberado favoravelmente relativamente à retração da FND no TO do Kosovo, devendo esta ser executada até ao final do primeiro semestre de 2017 (CEME, 2017).

4.4.2.1. Planeamento

Tomada a decisão relativa à retração da FND no TO do Kosovo, o planeamento ao nível do Exército foi iniciado, de acordo com o Despacho n.º 173, de 16 de dezembro de 2016, do CEME (2016a).

Assim, foi efetuado o reconhecimento ao TO, por militares do CmdLog, no qual foram verificados quais os equipamentos a retrain para TN, sendo determinada a modalidade de alienação do campo *Slim Lines*⁴⁰, apuradas as carências de meios de transporte e as rotas a utilizar, esclarecidas as necessidades de coordenação com entidades no TO, e definidas as diligências a efetuar relativamente aos contratos existentes, bem como a necessidade de novos para a retração. Dada a quantidade de meios a retrain⁴¹, ficou desde logo esclarecida a necessidade de articulação de meios de transporte aéreos, terrestres e marítimos para a retração (CEME, 2017).

Com os contributos dos elementos do CmdLog que efetuaram o reconhecimento, foi então elaborada pelo CFT a Diretiva n.º 31, de 02 de março de 2017, do CEME, especificando responsabilidades no âmbito da retração e determinando que esta seria efetuada a partir de 28 de abril de 2017 (data em que terminavam as atividades operacionais da FND) (CEME, 2017).

Competiu ao CmdLog, que se constituiu como EPR, elaborar, em coordenação com o CFT, o Plano de Retração (Plano MELRO 17) e acionar/executar o apoio logístico à retração da FND (CEME, 2017). O CmdLog constituiu uma Equipa de Missão (EqM) com pessoal especializado, de entre outras áreas, no âmbito dos transportes, das operações de terminal e de procedimentos alfandegários. A DA elaborou os concursos e acionou os contratos, nos trâmites e legislação própria, necessários à contratação dos meios de transporte, aéreos, marítimos e terrestres para a execução da retração, não se tendo recorrido a nenhuma das iniciativas multinacionais de que Portugal é membro (Comando da Logística, 2017a; Comando da Logística, 2017b).

⁴⁰ Campo *Slim Lines* era a designação do campo onde estava instalada a FND no Kosovo. Situava-se em Pristina.

⁴¹ A carga a retrain ascendia a 995.000 toneladas (material e viaturas), num total de 188 unidades de carga (100 viaturas militares, 32 atrelados, 50 contentores com material sujeito a contingências especiais de armazenamento, cinco depósitos de combustível e um contentor estação de tratamento de água) (Comando da Logística, 2017b).

As restantes estruturas de Comando do Exército constituíram-se, de acordo com a sua especificidade, como entidades apoiantes. Não obstante este facto, nem todas participaram nesta fase de planeamento, como é o caso do Comando de Pessoal, o que mais tarde foi admitido como um erro, visto que seria importante na resolução de situações relacionadas com contratos de trabalho firmados com civis contratados pelo Exército através da FND (EME, 2017).

Ao nível do planeamento desta operação de retração, e no seguimento da análise do relatório da Célula de Lições Aprendidas (LA)⁴², é importante referir que o Plano de Retração foi difundido tardiamente (30 de março de 2017), considerando que a EqM foi projetada para o TO a 05 de abril e que a FND não conseguiu restabelecer atempadamente este plano. Neste âmbito, ocorreram, inclusive, falhas ao nível da sincronização entre as tarefas da EqM, que detinha autoridade de coordenação para as funções, tarefas e atividades especificamente ligadas ao apoio logístico e execução da operação de retração, e as atividades da FND no TO. Enquanto a FND assegurava o cumprimento da sua missão operacional, a EqM preocupava-se em coordenar as tarefas de retração para Portugal (EME, 2017).

Em sentido oposto, e considerado como assertório, inclusive através do reconhecimento transmitido por parte de entidades da KFOR, refere-se a orientação e enquadramento do planeamento pelas Standard Operating Procedures (SOP) da KFOR⁴³ (EME, 2017).

4.4.2.2. Preparação

Durante esta fase, a EqM teve um papel preponderante no desenvolvimento de tarefas administrativas, no estabelecimento de contatos e coordenações com todas as entidades envolvidas (nacionais e internacionais, civis e militares), na preparação das cargas e desmontagem das infraestruturas, e na contratação de meios humanos e equipamentos. Ficou identificado que a EqM deve ter constituição multidisciplinar, visto que assim permite descentralização na resolução dos assuntos, devendo abranger as diversas áreas de trabalho referidas anteriormente (EME, 2017).

As atividades relacionadas com a contentorização e produção das LMM foram realizadas durante a fase de preparação, para as quais foi fulcral o Módulo de Controlo de Cargas e Operações de Terminal, com efetivo suficiente, a fim de garantir a consecução do elevado número de tarefas a executar num período de

⁴² O relatório teve por finalidade apresentar os aspetos mais relevantes, decorrentes da análise efetuada pela Célula de LA, à operação retração da FND, no TO Kosovo.

⁴³ SOP 4031 – *Procedures in case of Camp closures and Camp adaptations*, SOP 4105 – *Real Estate Management Policy*, SOP 5031 – *Environmental policy and restoration standards* e SOP 4010 – *Air Movement Request Form / Slot Request Form*.

tempo reduzido. A entrega de materiais e equipamentos deve ser executada com tempo e de forma organizada, com um calendário pré-definido, por lotes e tipologia e na presença de um especialista. Neste campo de ação, a certificação dos contentores é, de igual modo, um dos procedimentos que deve ser preocupação da FND e EqM para a retração, uma vez que pode colocar em risco o transporte dos mesmos. A certificação deve ser efetuada com antecipação suficiente, e por uma entidade com as devidas qualificações, a fim de evitar constrangimentos, evento que ocorreu quando alguns contentores não reuniam as condições de certificação. Este problema acabou por ser mitigado através de um contato da EqM com o armador, solicitando o transporte dos contentores sem certificação, o que foi anuído (EME, 2017).

Atinente a esta etapa, e com reflexos positivos na fase de execução, foi crucial o estabelecimento de contatos com entidades externas⁴⁴, com o propósito de facilitar posteriormente a consecução dos objetivos traçados (EME, 2017).

4.4.2.3. Execução

A execução da retração da FND presente no Kosovo, decorreu apoiada em todo o trabalho desenvolvido nas fases precedentes, e comportou como atividades principais (Quadro 2 e Figura 2) a movimentação de pessoal e material para os respetivos APOE e *Seaport of Embarkation* (SPOE), o transporte entre estes pontos e os APOD e *Seaport of Debarkation* (SPOD), e o cumprimento dos procedimentos aduaneiros inerentes (Comando da Logística, 2017b; EME, 2017).

O movimento das 97 viaturas, e o transporte dos contentores desde Pristina até ao porto de Tessalónica⁴⁵, foram considerados pelo Oficial de Logística da FND como momentos decisivos da operação de retração (Teixeira, entrevista presencial, 09 de fevereiro de 2018). Estes movimentos de colunas foram realizados sem percalços, muito devido ao reconhecimento previamente efetuado com vista a identificar os pontos de passagem nas fronteiras, estabelecer contatos com as autoridades fronteiriças e efetuar coordenações com os representantes do *Host Nation Support Coordination Center* (HNSCC) e do COMMZ(S), entidades civis que participaram nos movimentos e autoridades policiais dos países envolvidos. Este reconhecimento permitiu, ainda, esclarecer dúvidas relativamente aos documentos que deveriam acompanhar as colunas, e outros a serem entregues nos serviços aduaneiros (EME, 2017).

⁴⁴ *Joint Logistic Support Group* (JLSG), Companhia de Transportes Multinacional, *Movement Control Unit* (MCU), *APOD Unit* em Pristina e o *Communication Zone South* (COMMZ(S)) em Tessalónica (EME, 2017).

⁴⁵ Localizado na Grécia e também conhecido como Salónica ou Tessalónica.

Quadro 2 – Timings da retração da FND no Kosovo

DATA	ATIVIDADE
06/05/2017	Início de movimentos de viaturas e atrelados para SPOE (Tessalónica).
08/05/2017	Início de movimentos dos contentores de carga geral, empilhadores e retroescavadora para SPOE.
09/05/2017	Término de movimentos de viaturas e atrelados para SPOE.
11/05/2017	Transporte de 180 militares em aeronave civil (Pristina – Lisboa).
16/05/2017	Carregamento do navio no SPOE.
17/05/2017	Partida do navio (com dois militares a acompanhar a carga).
18/05/2017	Transporte para Portugal, a partir de Tessalónica, em voo civil da Equipa de Retração, dos restantes elementos da FND e da EqM.
26/05/2017	Chegada do navio ao SPOD (Setúbal).

Fonte: Comando da Logística (2017b).



Figura 2 – Navio a ser carregado

Fonte: Teixeira (*op. cit.*).

Relativamente ao transporte de contentores é de realçar a necessidade de antecipar o lançamento de um concurso nacional e/ou internacional, a fim de evitar a limitação de escolha, como ocorreu (EME, 2017).

4.4.3. Síntese Conclusiva

No que se refere à operacionalização da projeção da FND para a RCA, em janeiro de 2017, o planeamento foi iniciado após Diretiva Operacional do CEMGFA, que deu origem a Diretivas do CEME e do CFT. Ao nível do CFT revestiu-se de grande importância a elaboração das EOP, EOM e DOMun (com contributos das

UnOrg e UnMob). Ao CmdLog, contrariamente ao inicialmente planeado, incumbiu compilar as LMM, elaboradas pelas diferentes entidades, e apresentá-las junto da alfândega, bem como suprir todas as necessidades de preparação dos materiais para a projeção, cujos custos ficaram à responsabilidade nacional. Não obstante as restantes entidades que, dentro da sua especificidade, deram o seu contributo, cumpre destacar a ação do RTransp no transporte dos materiais para o AT1 e as coordenações que foram efetuadas para agilizar as movimentações no Aeroporto de Lisboa. A contratação dos meios de transporte estratégico (aeronaves) ficou à responsabilidade da ONU, que os custeou, tendo esta organização colocado em Portugal um elemento de ligação para coordenar as atividades de projeção.

Relativamente à operacionalização da retração da FND presente no Kosovo em 2017, a decisão da mesma ocorreu no Conselho de Defesa Nacional, originando Despacho e Diretiva do CEME e, conseqüentemente, o Plano de Retração elaborado pelo CmdLog, que se constituiu como EPR, em coordenação com o CFT. A RCC da DA elaborou os concursos e acionou os contratos, nos trâmites e legislação própria, necessários à contratação dos meios de transporte aéreos, marítimos e terrestres para a execução da retração, conforme solicitado pela DMT. Todos os encargos com a preparação e execução da retração foram assumidos por Portugal.

Revestiram-se de grande importância para ambos os estudos de caso os reconhecimentos efetuados ao TO, sendo que na retração, dadas as suas características, foi primordial a ação da EqM, enviada para o TO, de modo a coadjuvar a FND nas atividades de retração. Igualmente, decorrente de ambos os estudos de caso, revela-se de extrema importância a célere elaboração das LMM e, por consequência a definição do que se pretende projetar/retrair, de que se destaca a EOP, EOM e DOMun.

Em nenhum dos estudos de caso existiu o recurso nacional a iniciativas multinacionais de transporte estratégico. No caso da projeção porque a responsabilidade era da ONU; no caso da retração do Kosovo porque não foi considerado vantajoso.

4.5. CONCLUSÕES

Para a elaboração da presente investigação, partiu-se de estudos prévios sobre a temática e da leitura de documentos doutrinários, legislação e bibliografia diversa, utilizando-se a pesquisa qualitativa e o modelo dedutivo, através da análise de dois estudos de caso, a projeção de uma FND para a RCA e retração do Kosovo, e de entrevistas semiestruturadas, efetuadas a militares, diretamente envolvidos nestes mesmo casos ou com experiência/responsabilidades na projeção e retração de FND.

Deste modo, referente à caracterização do processo de projeção e retração de FND, há a realçar que ao CEME cabe a responsabilidade da projeção e retração de FND do Exército, que difunde a sua Diretiva, a que se seguirá a Diretiva do CFT, de

modo a especificar EOP, EOM e DOMun. O CmdLog elabora os planos de projeção/retração e caso seja decidido o recurso a meios civis, de acordo com a Manifestação de Necessidade da Secção de Transportes da DMT, a RCC da DA elabora o procedimento legal. A UnOrg e a UnMob devem contribuir para a elaboração das LMM e nomear a Equipa de Terminal que trabalhará em coordenação com a DMT e com o Pelotão de Operações de Terminal do RTransp. Todas as restantes Entidades do Exército contribuem de acordo com as suas especificidades e indicações que receberem.

No tocante à análise das potencialidades/oportunidades de capacidade de transporte estratégico existentes nas iniciativas multinacionais de que Portugal é membro, concluiu-se que Portugal é membro dos centros de coordenação MCCE e AMSCC, bem como do MSSC que garante o acesso assegurado a meios navais. O MCCE, vocacionado primordialmente para projeção, retração e sustentação de forças, através de meios aéreos, coordena e rentabiliza as necessidades e a disponibilidade de meios dos seus 28 Estados-membros, baseando-se na “troca de serviços” (por exemplo de horas de voo). O AMSCC está vocacionado para os meios navais, implicando negociações caso a caso, não só entre os seus Estados-membros, como também com as organizações internacionais com que tem acordos. No alusivo ao AMCC, garante acesso assegurado a um conjunto de navios pertencentes aos seus membros e contratados pela NSPA. Não obstante estas iniciativas permitirem acesso a meios de projeção/retração, há a considerar, caso a caso se existe vantagem na sua utilização, dada a localização periférica de Portugal na Europa, bem como os meios existentes, ou na situação a sua inexistência, nas Forças Armadas Portuguesas para efetuar a “troca de serviços”.

No que concerne à análise da projeção de uma FND para a RCA, constatou-se que o processo foi iniciado, ao nível do Exército, com uma Diretiva do CEME, seguindo-se coordenações com elementos representativos da ONU relativamente à projeção da FND, tendo a ONU contratado aeronaves para transporte, tanto de pessoal, como de material, num total de dez voos realizados em 16 dias. Refere-se igualmente o desfasamento na atribuição da responsabilidade de elaboração das LMM entre a fase de planeamento e a fase de execução. Por sua vez, no que depreende à análise da retração de uma FND do Kosovo, atenta-se que o procedimento foi iniciado, ao nível do Exército, com Despacho do CEME, que assentiu efetuar reconhecimentos ao TO, e posteriormente, com a Diretiva, seguida do Plano de Retração, elaborado pelo CmdLog, e em coordenação com o CFT. Determinadas as necessidades de meios de retração, e definidas que estavam as datas da mesma, coube à DA contratar aeronaves para transporte de pessoal e um navio para transporte de material, não se tendo recorrido a qualquer das iniciativas multinacionais. Consubstanciaram-se como APOE, o Aeroporto Internacional de

Pristina, no Kosovo; como SPOE o porto de Tessalónica, na Grécia; como APOD o AT1; e, como SPOD o porto de Setúbal.

Tendo em conta o referido, consideram-se importantes as seguintes medidas a implementar pelo Exército Português, no âmbito da projeção e retração de FND, que permitem agilizar o seu transporte estratégico:

- Pré-definir para as diversas tipologias de forças a EOP e a EOM, assim como a respetiva DOMun para os TO associados. Estas medidas permitem efetuar uma mais apurada estimativa da real necessidade da capacidade de transporte estratégico, e facilitam a elaboração das LMM, que devem manter a responsabilidade da sua elaboração por parte da equipa de terminal nomeada pela UnOrg, entidade normalmente detentora dos materiais, ainda que com a supervisão do CmdLog;

- Constituir como procedimento a adotar a consulta às iniciativas multinacionais de transporte estratégico, de modo a rentabilizar as suas possibilidades/potencialidades, permitindo a sua utilização quando tal for vantajoso;

- Continuar e incrementar o processo de lições aprendidas, de modo a retirar ensinamentos para futuras projeções /retrações.

Como limitações à pesquisa, há a referir que não foi possível aferir com exatidão os *timings* com que devem ocorrer as diferentes fases da projeção/retração, nem tão pouco os relativos à difusão da diferente documentação enquadrante. Surge também como limitação o estudo de apenas dois casos, acrescendo que num dos quais a responsabilidade da contratação de transporte estratégico não foi do Exército (estudo de caso da RCA). O ideal teria sido aumentar a amostra, o que permitiria resultados mais precisos. Estes resultados seriam ainda mais apurados caso fosse estudado o procedimento efetuado por outros países, o que permitiria relacionar o caso português com outras realidades. No seguimento destas limitações, e do estudo efetuado, afigurar-se-á pertinente efetuar uma futura investigação com o objetivo de propor um modelo para projeção e retração de FND, para utilização pelo Exército Português ao nível da capacidade de transporte estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Athens Multinational Sealift Coordination Center (2018). *Athens Multinational Sealift Coordination Centre (AMSCC)*. [Página Online] Retirado de <http://www.amsc.com.gr/>
- CEME (2014). *Diretiva n.º 143/CEME/2014 Atribuições e responsabilidades na preparação e emprego de Elementos e de Forças do Exército que se possam constituir como Forças Nacionais Destacadas (FND) do Exército*. Lisboa: s.n.
- CEME (2016a). *Despacho N.º 173 do CEME, de 16Dec16, Retração da Força Nacional Destacada do Teatro de Operações do Kosovo*. Lisboa: s.n.

- CEME (2016b). *Diretiva N.º30/CEME/16 Força Nacional Destacada na “United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic” (MINUSCA)*. Lisboa: s.n.
- CEME (2017). *Diretiva n.º 31/CEME/17 Retração da Força Nacional Destacada do Teatro de Operações do Kosovo*. Lisboa: s.n.
- CEMGFA (2016a). *Diretiva n.º 024/CEMGFA/16 Empenhamento das Forças Armadas Portuguesas em 2016 no âmbito das FND*. Lisboa: s.n.
- CEMGFA (2016b). *Diretiva Operacional n.º 035/CEMGFA/16 Participação Nacional na United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Central African Republic (MINUSCA)*. Lisboa: s.n.
- Comado das Forças Terrestres (2016). *Diretiva n.º 04/CFT/16 Força Nacional Destacada na “United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Central African Republic” (MINUSCA)*. Amadora: s.n.
- Comando da Logística (2017a). *Plano de Retração MELRO 17 do 1BIMec(R)/FND/KFOR de 30Mar17*. Lisboa: s.n.
- Comando da Logística (2017b). *Retração do Kosovo*. *Jornal do Exército*, junho, pp. 28-31.
- Conselho de Ministros (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. s.l.:s.n.
- Conselho de Chefes de Estado-Maior (2014). *Conceito Estratégico Militar (CEM 2014)*. s.l.:Ministério da Defesa Nacional.
- Estado-Maior do Exército (2017). *Relatório da Célula de Lições Aprendidas - Retração Kosovo 2017*. Lisboa: s.n.
- Exército Português (2012). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército Português (2013). *PDE 4-00 Logística*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército Português (2014). *PDE 4-46-00 Sistema Logístico do Exército*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército Português (2015). *PDE 0-42-00 Apoio Administrativo-Logístico aos Elementos e às Forças do Exército em Missão fora do Território Nacional*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Favinha, J. A. C. (2016). *Estudo prospetivo sobre as capacidades de projeção militar*. Pedrouços: IUM.
- Ferreira, H. (2017). *A Logística da 1FND/MINUSCA na República Centro Africana*. *Newsletter República Centro Africana*, setembro, pp. 7-12.
- Instituto de Altos Estudos Militares (2005). *ME 60-10-03 Apoio Logístico em Campanha (publicação provisória)*. Pedrouços: s.n.
- Ministério da Defesa Nacional (2014). *Iniciativas Multinacionais de Transporte Estratégico - Modelo de Participação Nacional*. Lisboa: s.n.

- Ministério da Defesa Nacional (2015a). *Define as atribuições, competências e estrutura orgânica das unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército* (Decreto Regulamentar n.º 11/2015). Lisboa: Diário da República.
- Ministério da Defesa Nacional (2015b). *Relatório da Visita do Diretor do Movement Coordination Center Europe (MCCE) à DGRDN*. Lisboa: s.n.
- Ministério do Planeamento e das Infraestruturas (2017). *Define as alterações ao Código dos Contratos Públicos tendo em vista a transposição daquelas diretivas* (Decreto-Lei n.º 111-B/2017). Lisboa: Diário da República.
- Movement Coordination Centre Europe (2018). *Movement Coordination Centre Europe*. [Página Online] Retirado de <http://mcce-mil.com/>
- MSSC (2009). *Multinational Implementing Arrangement*. s.l.:s.n.
- NATO (2008). *AJP-3.13 Allied Joint Doctrine For The Deployment Of Forces*. s.l.:s.n.
- NATO (2014a). *BI-SC Allied Joint Operational Guidelines For Redeployment From Operations*. s.l.:s.n.
- NATO (2014b). *MC 0319/3 NATO Principles And Policies For Logistics*. s.l.:s.n.
- NATO (2017). *AJP-3.13 (A) Allied Joint Doctrine For The Deployment And Redeployment Of Forces (STUDY DRAFT 2)*. s.l.:s.n.
- United Nations (2017). *Manual on Policies and Procedures concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions*. s.l.:s.n.

5. A ATIVIDADE DE RECEÇÃO, ESTACIONAMENTO E MOVIMENTO EM APOIO A UMA FORÇA NACIONAL DESTACADA

Autores

CAP CAV Gonçalo Nuno Ascenso Silvestre
CAP INF Nuno Joaquim Rebola Bento
CAP ART Tiago Soares Ferreira de Castro
CAP INF António Pedro Lopes Monteiro

Orientador

TCOR ADMIL Domingos Manuel Lameira Lopes

RESUMO

Este trabalho pretende analisar como o Exército Português planeou e executou as atividades de Receção, Estacionamento e Movimento (REM), na retração e projeção de Força Nacional Destacada (FND). A análise foi delimitada à retração da última FND do Kosovo e à projeção da primeira FND para a República Centro-Africana (RCA), ocorridas em 2017. Adotou-se como objetivo analisar como foram desenvolvidas e como poderão ser otimizadas as atividades de REM, pelo Exército, tendo sido estudadas: a doutrina enquadrante das atividades de REM; a forma como foram planeadas e conduzidas as atividades de REM durante a retração da última FND do Kosovo; a forma como foram planeadas e conduzidas as atividades de REM durante a projeção da primeira FND da RCA. Com este trabalho, foi possível concluir que o Exército planeou e efetuou com sucesso, as atividades de REM. Contudo, há necessidade de doutrina que estabeleça responsabilidades de planeamento e condução, nomeadamente com a constituição de forças modulares de apoio, e que defina a interação destas com a força que executa a projeção ou a retração.

Palavras-Chave: Receção, Estacionamento e Movimento, Projeção, Retração, Kosovo, República Centro-Africana.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyse how the Portuguese Army planned and executed the activities of Reception, Staging and Onward Movement (RSOM) in the redeployment and deployment of Portuguese National Detached Forces. The analysis was limited to the redeployment of the last FND from Kosovo and the deployment of the first FND to the Central African Republic (CAR), both in 2017. The objective was to analyse the RSOM activities, how they were developed and how the

Portuguese Army can optimize them to achieve this objective. For this, we analyzed: the RSOM activities doctrine frame of reference; how RSOM activities were planned and conducted during the redeployment of the last FND from Kosovo; how RSOM activities were planned and conducted during the deployment of the first FND to the CAR. It was possible to conclude that the Portuguese Army successfully planned and carried out RSOM operations, however, there is a necessity of doctrine that establishes planning and execution responsibilities, namely with the constitution of modular support units and that defines the interactions between these forces with the unit that executes the deployment or the redeployment.

Keywords: *Reception, Staging and Onward Movement, Deployment, Redeployment, Kosovo, Central African Republic (CAR).*

5.1. INTRODUÇÃO

No final do século XX, surgiram conflitos que conduziram à necessidade de projeção de forças militares para Teatros de Operações (TO) distantes. Tem-se como exemplo a Guerra do Golfo (1991), tendo como intervenientes o Iraque e as forças da coligação internacional lideradas pelos Estados Unidos da América (EUA), que atuaram sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Este conflito implicou a maior mobilização de recursos humanos e materiais pós II Guerra Mundial (IIGM), tendo sido os “logísticos” americanos responsáveis por transportar o equivalente a toda a população do Alasca, incluindo todos os seus bens pessoais, para o outro lado do mundo, com um aviso prévio muito reduzido (Pagonis, 1992). As lições aprendidas deste conflito, deram ainda uma maior relevância à Logística no sucesso das grandes operações, tendo tido como consequência, uma profunda reflexão acerca do que seria necessário modificar e acautelar ao nível logístico, para permitir o sucesso nas operações futuras.

A nível nacional, em 1996, com a projeção das Forças Armadas Portuguesas (FFAA) para a Bósnia e Herzegovina, na *Implementation Force – North Atlantic Treaty Organization* (IFOR/NATO), naquela que foi “a primeira grande operação militar no exterior do território nacional desde o fim da Guerra do Ultramar (1961-1975), e a primeira na Europa desde a participação portuguesa na Grande Guerra (1914-1918)” (Operacional, Defesa, Forças Armadas e de Segurança, 2015), voltou a surgir a necessidade de projetar meios humanos e materiais, de uma unidade escalão batalhão (UEB), enquanto FND, para um TO. Esta situação repetiu-se em 1999, com a projeção de uma UEB do Exército Português para o Kosovo, integrando a *Kosovo Force* (KFOR), sob a égide da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e no ano seguinte, em 2000, com a projeção de um contingente português

para Timor-Leste, com uma força dos três ramos das FFAA, que integrou a *United Nations Transitional Administration in East Timor - Peace Keeping Force* (UNTAET/ PKF), desta feita sob a égide da ONU.

Mais recentemente, durante o ano de 2017, o Exército Português teve a necessidade de efetuar a retração de uma FND do Kosovo e de projetar uma outra para a RCA. Em ambas, o planeamento e execução das atividades de REM⁴⁶, tiveram em consideração as características não só do ambiente operacional dos respetivos TO, mas também os princípios e doutrinas das Organizações Internacionais (OI) sob a égide das quais atuaram, nomeadamente, a OTAN, e a ONU.

Face à complexidade das operações de projeção de forças, compreendida em termos do movimento estratégico do Território Nacional (TN) para um qualquer TO, tendo em consideração a elevada tecnicidade subjacente ao planeamento e execução das mesmas e atendendo ainda às OI que as tutelam (que têm formas diferentes de operar), é importante perceber de que forma o Exército Português se prepara e organiza para executar estas operações, nomeadamente no que diz respeito às atividades de REM. Estas são executadas, na projeção, aquando da entrada inicial e na retração, no momento de saída da força do TO. Tendo em consideração que o Exército Português teve a necessidade de efetuar uma retração do Kosovo e uma projeção para a RCA, durante o ano de 2017, julga-se que este trabalho é relevante pois permite estabelecer a conexão entre a execução destas atividades e a base doutrinária existente, de modo que se possa esclarecer e atualizar conceitos, assim como, tirar conclusões acerca de como deve ser organizado e conduzido o planeamento e execução das mesmas, contribuindo para a melhoria dos procedimentos das atividades de REM em operações futuras.

Assim, esta investigação teve como objetivo analisar como o Exército Português planeou e executou as atividades de REM na retração e projeção de uma FND. Perante as condicionantes subjacentes à natureza deste trabalho, a análise foi delimitada à retração da última FND do Kosovo e à projeção da primeira FND para a RCA, de modo a tirar conclusões acerca de como deve ser organizado e conduzido o planeamento e execução destas atividades.

Na condução da investigação, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica centrada em manuais e documentação nacional, da OTAN e dos EUA. Foram, ainda, objeto de análise alguns planos, relatórios e documentos diversos elaborados durante a retração da última FND do Kosovo e na projeção da primeira FND para a RCA. Igualmente, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a militares que estiveram diretamente envolvidos nas atividades de REM, no sentido de obter

⁴⁶ Considera-se REM equivalente a RSOM (*Reception, Staging and Onward Movement*).

informação precisa e uma visão realista sobre o tema em estudo.

Este estudo inicia-se com um enquadramento teórico e conceptual das atividades de REM com base na doutrina nacional, da OTAN e dos EUA, de modo a enquadrar os restantes capítulos. Posteriormente, nos Capítulos dois e três, são analisadas a retração da última FND do Kosovo e a projeção da primeira FND para a RCA, com o foco nas suas respetivas fases. Finaliza-se o estudo com as conclusões, efetuando algumas recomendações e deixando abertura para pesquisas futuras.

5.2. ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO

A doutrina militar fornece orientações aos comandantes no modo como deverão empregar as suas forças. Possui um carácter imperativo, no entanto, exige julgamento, de modo a que a sua aplicação e compreensão garanta um racional para a abordagem, por parte dos comandantes e dos seus estados-maiores, às missões atribuídas.

As doutrinas consideradas, neste capítulo, assentam em diferentes perspetivas, de acordo com a natureza das diferentes organizações e dependendo da finalidade de determinada operação. A doutrina dos EUA espelha uma organização com meios e capacidades próprios, que permitem projetar forças em qualquer lugar, momento e em vários teatros no globo simultaneamente. As doutrinas da OTAN e da ONU espelham uma realidade diferente de acordo com a natureza internacional destas OI.

As atividades de REM, definidas na doutrina nacional na Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 4-00 – Logística, de 2013, baseiam-se na doutrina da OTAN e dos EUA. Tendo em conta a participação de FND portuguesas em missões da OTAN e da ONU, torna-se, igualmente, necessário analisar estas doutrinas, no quadro da participação em cada uma destas organizações.

5.2.1. Organização

Para diferentes doutrinas existem diferentes conceitos de REM, mas genericamente são semelhantes na sua organização. De acordo com a doutrina dos EUA, o processo REM é definido como *Reception, Staging, Onward Movement and Integration* (RSOI⁴⁷), ou seja, acrescenta a fase de Integração, diferindo assim, da doutrina nacional e da OTAN. A doutrina nacional e a da OTAN consideram o REM/RSOM, como um processo predominantemente logístico e a fase da Integração já como parte integrante das operações.

O processo de REM tem por objetivo colocar forças sob o comando do

⁴⁷ Na doutrina nacional, Receção, Estacionamento, Movimento e Integração.

Joint Force Commander (JFC) no TO (Headquarters, Department of the Army, 2010). O mesmo conceito é apresentado pela OTAN, como o processo pelo qual as forças projetadas, constituídas por pessoal, equipamento e material, que chegam à *Joint Operation Area (JOA)*⁴⁸, são aprontadas em forças capazes de desempenhar os requisitos operacionais do JFC. Como as forças acabadas de chegar, através da projeção estratégica, não estão prontas para o emprego operacional, o REM e a Integração, RSOI, devem ocorrer, para que estas atinjam a *Full Operational Capability (FOC)* (NATO, 2014).

Assim, todas as doutrinas identificam um processo essencial entre a projeção estratégica de forças e o início de uma operação. O REM é considerado intrateatro e da responsabilidade do comandante da força operacional no TO.

Se juntarmos a este processo a fase de Integração e a Retração da força, podemos considerar este processo um ciclo (Figura 1), que decorre ao nível operacional e tático. Podendo ocorrer em momentos diferentes para várias unidades, as fases do REM são executadas de forma encadeada, com maior ou menor espaço de tempo entre estas, sendo aceleradas, abreviadas ou até ocorrendo em simultâneo.

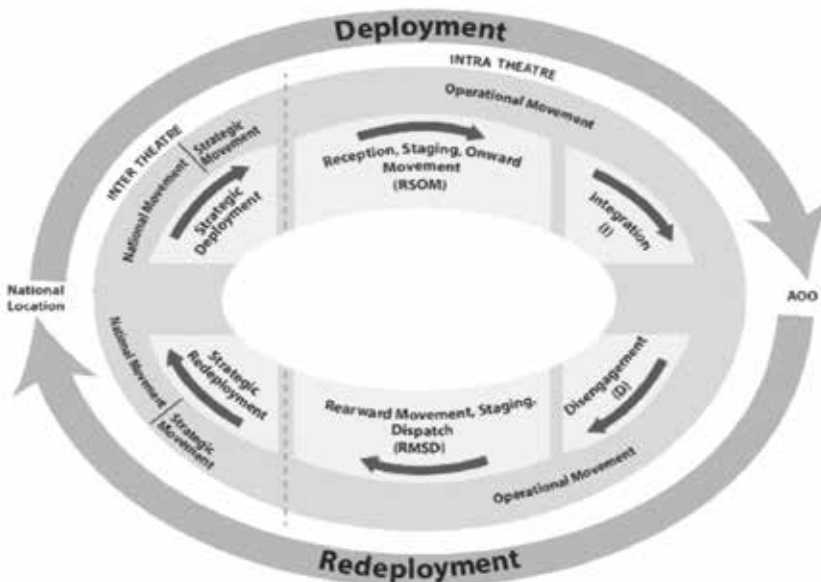


Figura 1 - Ciclo de Projeção e Retração

Fonte: NATO (2017).

⁴⁸ Considera-se que TO e JOA são equivalentes no seu conceito.

5.2.2. Funções e Responsabilidades

A doutrina dos EUA atribui a responsabilidade a um comando RSOI próprio, subordinado ao comando da força conjunta. Este comando tem à sua disponibilidade meios próprios de RSOI, as Brigadas de Sustentação, que são responsáveis pelos diferentes processos necessários ao cumprimento de todas as fases RSOI, incluindo as de retração da força (Headquarters, Department of the Army, 2010).

A OTAN, adiciona a natureza multinacional das operações. Assim, o *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE), ao nível estratégico, comanda globalmente a operação e difunde diretrizes à força multinacional, designa a JOA, *Line of communications*, *Forward Mounting Base* (FMB), os *Port of Debarkation* (POD), em conjunto com a *Host Nation* (HN) e desenvolve o *Multinational Detailed Deployment Plan* (MNDDP) em conformidade com as *Commanders Required Dates* (CRD) e *Final Destination* (FD) propostos pelo JFC (NATO, 2014).

Na ONU, a organização é semelhante, existindo a nível estratégico o controlo superior, a cargo do *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), através do *Office of Mission Support* (OMS), e o processo logístico estratégico a cargo do *Department of Field Support* (DFS) (Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support, 2014).

A nível operacional, o JFC é o primeiro responsável pelo REM, sendo o *Joint Logistic Support Group* (JLSG), caso seja constituído e disponha de *enablers*, responsável pela sua execução. O JFC define a localização das *Marshalling Areas* (MA), *Staging Areas* (SA), *Assembly Areas* (AA), das *Main Deployment Routes* (MDR) e das *Main Supply Routes* (MSR). O JLSG elabora o plano de REM, monitoriza, coordena e executa todas as atividades e estabelece ligação com os comandantes dos contingentes nacionais e as autoridades da HN. Como autoridade de execução primária no TO, deve ser estabelecido o mais rápido possível e deve estar envolvido no *Operational-Level Planning Process* (OLPP), particularmente no desenvolvimento do MNDDP para qualquer projeção da OTAN, incluindo o reconhecimento inicial. A estreita cooperação entre o comando do REM, a HN, as *Troop Contributing Nations* (TCN) e os *Component Commands* (CC), em todas as etapas do processo de planeamento, é vital para garantir o fluxo de forças na JOA (NATO, 2014).

O OLPP determina o requisito e a projeção do pacote de forças de REM, e é incluído no *Operation Plan* do JFC. No caso de uma *Initial Entry Operation*, pode ser inicialmente constituída uma FMB para facilitar a entrada no TO. Para outras missões terrestres, o comando do REM precisa de ser implantado anteriormente ou ao mesmo tempo que o JFC ou elementos avançados de CC. Este comando pode atuar como coordenador geral do processo de ativação do teatro. Nos casos

em que o comando do REM é o primeiro ou único comando conjunto no TO, a estrutura de Comando e Controlo (C2) deve ser definida antes da projeção como parte do processo de planeamento. Em particular, o comando do REM deve ter controlo tático (TACON) sobre as unidades de REM (NATO, 2014).

A estrutura de apoio é composta por uma combinação de forças de apoio militar nacional ou multinacional, *Host Nation Support* (HNS) ou apoios contratados. O apoio da HNS pode contribuir para a redução da quantidade de forças necessárias para conduzir o REM, fornecendo apoio nas instalações de receção e áreas de preparação e facilitando o movimento para a frente. O comandante deve ter controlo suficiente das forças nacionais de REM, permitindo que as forças implantadas na JOA mantenham a unidade de comando e a unidade de esforço. Para tal, é essencial que lhe seja atribuído pelas nações o controlo logístico (LOGCON) dos *National Support Element* (NSE) durante toda a operação (NATO, 2014).

O comandante das atividades de REM deve possuir C2 sobre estas, desde os POD até ao FD, o qual implica autoridade e meios para dirigir, proteger, apoiar e sustentar forças em todo o processo, devendo, deste modo, estes ativos ser atribuídos na declaração *Combined Joint Statement of Requirement*. Além disso, o comando do REM tem autoridade sobre unidades ou agências logísticas que apoiam a operação, todo o HNS relacionado com o REM, contratação, responsabilidade de gestão da infraestrutura de REM, coordenação de *Force Protection* (FP) e infraestruturas necessárias para realizar tarefas de REM. Caso o comando do REM não tenha meios e capacidades suficientes para realizar a sua missão, pode ser necessário coordenar com os CC para atender a quaisquer problemas de escassez, especialmente de FP (NATO, 2014).

5.2.3. Princípios

As diferentes doutrinas identificam princípios que o processo REM deve respeitar. Diferentes, quando refletem o caráter específico de cada organização e, idênticos, naquilo que os une. Em cada doutrina estes princípios devem guiar todo o processo desde o planeamento à execução, e em todos os escalões e nações da organização.

A doutrina dos EUA identifica o princípio da “unidade de comando”, da “integridade da unidade” e o princípio do “equilíbrio” (Headquarters, Department of the Army, 2010). Tanto a doutrina norte-americana como a da OTAN identificam o princípio da “sincronização”, sendo este conjugado, na doutrina da Aliança, com os princípios identificados na doutrina dos EUA e acrescenta-lhes os princípios da “responsabilidade coletiva”, da “unidade de esforço”, da “eficácia”, “eficiência”, do

“planeamento conjunto detalhado”, do “fluxo de forças oportuno e previsível”, da “flexibilidade” e da “visibilidade” (NATO, 2014).

O manual de *Movement Control* (MovCon), da ONU prevê cinco princípios básicos: o princípio do “controlo centralizado”, o da “execução descentralizada”, dos “movimentos regulados”, da “fluidez e flexibilidade” e o da “máxima utilização da capacidade de transporte”.

5.2.4. Fases

A primeira fase do processo RSOI, a “Receção” consiste na passagem do movimento estratégico para o operacional, à chegada das forças ao TO ou a uma nação amiga junto do TO. Consiste no desembarque de pessoal e equipamento dos meios de transporte estratégicos, gestão de portos e respetivas áreas de reunião, transportar pessoal, equipamento e material para as SA e providenciar apoio logístico a unidades em trânsito nos POD (Headquarters, Department of the Army, 2010).

Para processar a entrada de pessoal no TO, deve ser estabelecido um *Theatre Reception Centre*, no *Airport of Debarkation* (APOD), em cooperação próxima com uma equipa de *Air Terminal Operations Unit*. Dependendo da distância, terreno ou outros constrangimentos, uma ou mais *Personnel Handling Areas*, são estabelecidas nos APOD ou na sua proximidade. As unidades responsáveis pelas Operações Portuárias executam todos os procedimentos de receção nos *Seaport of Debarkation* (SPOD), sendo o único ponto de contacto para as agências da HN envolvidas nessa operação (NATO, 2014).

Para prevenir congestionamentos que possam causar atrasos nos desembarques nos APOD ou SPOD, pode ser estabelecida uma ou mais *Holding Areas*, para armazenar equipamento e reabastecimentos e/ou acantonar pessoal (NATO, 2014).

O “Estacionamento” consiste no conjunto de procedimentos para organizar pessoal, equipamento e cargas em unidades de transporte, preparando-as para o movimento para a frente e providenciando apoio logístico a unidades em trânsito na área de estacionamento (Headquarters, Department of the Army, 2010).

A localização das SA, idealmente nas proximidades dos POD, é determinada pela missão, assim como, pelas necessidades de FP destas, e da existência de itinerários de acesso apropriados. Deve ser mantida a *In-Transit Visibility* durante a receção e estacionamento, usando para tal as comunicações táticas, o *Logistics Functional Area Services* (LOGFAS) ou outros meios apropriados disponíveis. O comando do REM é responsável por coordenar com os NSE as necessidades adicionais de transporte e movimento para a frente (NATO, 2014).

A fase de “Movimento”, consiste em movimentar unidades das instalações

de receção e áreas de estacionamento, para as *Tactical Assembly Areas* (TAA) ou outros destinos dentro do TO (Headquarters, Department of the Army, 2010).

As unidades que acabam o processo de estacionamento e estejam capazes de autodefesa assim como, autossustentação por períodos curtos, iniciam o seu movimento para a frente. Este começa nas SA, segue os MSR e itinerários de reabastecimento e acaba no FD. O comando do REM, através do MovCon, organizações de *Traffic Control*, *Convoy Support Centres* (CSC) e em coordenação com os CC e com a HN, planeia, controla e apoia o movimento para a frente das unidades. Os CSC devem ser estabelecidos à medida das necessidades, podendo ser considerados CSC móveis. Por fim, os CC relatam ao comando do REM a chegada de unidades ao seu FD, após finalização do seu movimento para a frente, usando para tal o LOGFAS ou outro meio disponível (NATO, 2014).

A última fase do processo RSOI, de acordo com a doutrina norte-americana, a “Integração” consiste na transferência sincronizada de capacidades para uma força de comando operacional antes da execução da Missão (Headquarters, Department of the Army, 2010).

5.2.5. Retração

As atividades de retração de forças, de uma forma geral, são semelhantes às operações de projeção. Contudo, existem algumas particularidades ao nível do planeamento e execução que importa referir. Este processo comporta as atividades que permitem o retorno de pessoal, equipamento e material ao TN. Normalmente, os elementos envolvidos no apoio à retração de forças, são os mesmos que gerem e operam o sistema de apoio à projeção e sustentação num determinado TO (Headquarters, Department of the Army, 2010).

À semelhança das atividades de REM na projeção de forças, o *Joint Task Force Commander* (COM JTF) é o principal responsável pelo planeamento e execução das atividades de retração. No entanto, o planeamento assenta em reconhecimentos e áreas específicas que normalmente são diferentes da projeção (NATO, 2017).

As atividades de retração começam quando a força deixa de executar as atividades de âmbito operacional, passando pela saída dos locais de aquartelamento e deslocação física para fora da JOA e terminam quando a força regressa a TN. A retração de forças deve ser uma fase discreta, na qual as unidades são desativadas, as instalações são fechadas e o movimento das unidades é executado para TN. Consiste nas seguintes fases⁴⁹: “desempenhamento⁵⁰”, “movimento para a retaguarda”,

⁴⁹ Segundo o AJP 3.13 as atividades de retração são: «*Disengagement and rearward movement, staging and dispatch* (D&RMSD)» (NATO, 2017, p. 23)

⁵⁰ Tradução livre de *Disengagement*.

“estacionamento recuado”, “expedição” e “transporte estratégico” para TN.

Relativamente à primeira etapa, o “desempenhamento”, acontece quando a unidade cessa ou é rendida na responsabilidade da condução das operações e apronta as suas infraestruturas para as entregar ou alienar e, prepara o seu pessoal e material para o movimento para a retaguarda, ou seja, para fora da área de operações (AO), mas dentro do TO. Estão incluídas nesta fase atividades de planeamento, inventariação, verificação e cessação de contratos e acordos, entre outras (NATO, 2017).

O “movimento para a retaguarda” é feito pelas unidades, pessoal e material, desde a sua AO até ao estacionamento recuado. Requer o uso da rede de transportes, o controlo dos movimentos, comunicações, apoio logístico e FP (NATO, 2017).

O “estacionamento recuado” é o local onde se desarticula a Unidade com vista à preparação para o movimento estratégico. Esta etapa envolve atividades de carregamento e acondicionamento de material em contentores e acantonamento de pessoal (NATO, 2017).

A “expedição” é a etapa que antecede imediatamente a projeção estratégica. Consiste no movimento administrativo desde o estacionamento recuado até aos portos de embarque (POE⁵¹) e também no próprio processo de embarque dos materiais e pessoas nos meios de transporte estratégico (NATO, 2017).

5.2.6. Síntese Conclusiva

Face ao exposto no presente capítulo, pode-se afirmar que o conceito de REM não está devidamente desenvolvido na doutrina nacional, uma vez que remete em grande parte para a doutrina de referência, nomeadamente da OTAN, que por sua vez se baseia na doutrina dos EUA. Embora haja diferenças entre as várias doutrinas, fruto da sua natureza e necessidades distintas, os conceitos de REM/RSOM e RSOI são similares.

Para os casos das operações sob a égide de outras OI, como a ONU, há a necessidade de adaptação caso a caso devido à falta de doutrina nacional. Não estando estabelecidos procedimentos específicos para cada fase do REM, cabe ao Exército Português utilizar a doutrina de referência adaptando-a para cada TO, situação e organização.

⁵¹ *Port of Embarkation.*

5.3. A RETRAÇÃO DA ÚLTIMA FORÇA NACIONAL DESTACADA NO KOSOVO

Após dezoito anos ao serviço da OTAN no Kosovo, o Exército Português retraiu o último contingente nacional que integrou a KFOR. O 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas (1BIMecRodas), da Brigada de Intervenção, cessou a atividade operacional no dia 28 de abril de 2017 como reserva tática da KFOR.

O Despacho N.º 10/CEME/2017 determinou a realização de uma missão de reconhecimento por uma Equipa de Missão do Comando da Logística (EqMCLog), para identificar o material e instalações a ceder, alienar ou retirar, bem como os procedimentos legais a respeitar no processo de retração. A EqMCLog executou o Plano de Reconhecimento CORVO entre o dia 21 e 28 de janeiro de 2017. Esta equipa foi constituída por militares do Comando da Logística (CmdLog) e do Regimento de Transportes (RTransp). Do CmdLog integraram dois oficiais superiores, um oficial subalterno jurista e um sargento. Do RTransp integrou um oficial subalterno e um sargento (Comando da Logística, 2017a).

Para além das diversas coordenações elaboradas com as demais entidades intervenientes na retração, a EqMCLog aborda nos seus relatórios assuntos relacionados com alienação e doação de material e infraestruturas, proteção ambiental, mão de obra civil, contratos e serviços prestados por empresas. Relativamente ao material, propõe que a retração das viaturas, armamento e munições fosse feita pelo Porto de Embarque Marítimo⁵² de Salónica na Grécia e a retração do pessoal executada pelo Aeroporto⁵³ de Pristina, na capital do Kosovo. Estimou-se que o material a retirar totalizava o peso total de 975 toneladas, sendo 37,5 toneladas de munições, com uma volumetria total de 5810 m³. As viaturas e atrelados somavam 132 unidades e o pessoal a retirar era cerca de 200 militares (Comando da Logística, 2017a).

A retração foi assegurada pelo CmdLog, que elaborou para o efeito o Plano de Retração MELRO 17. As atividades de retração abrangeram 45 dias de execução, com início a 05 de abril e fim a 19 de maio de 2017. Para apoiar na condução da retração foi nomeada uma equipa de missão (EqM) para acompanhar todo o processo em estreita coordenação e apoio do 1BIMecRodas. Esta equipa multidisciplinar foi constituída por um comando e três subunidades de especialistas. O comando era composto por um chefe da equipa, um adjunto, dois oficiais de Lições Aprendidas (um em TN e outro no TO) e um oficial jurista (em TN). As subunidades eram uma Equipa de Movimentos e Transportes, um Módulo de Controlo de Cargas

⁵² Doravante designado por *Seaport of Embarkation* (SPOE).

⁵³ Doravante designado por *Airport of Embarkation* (APOE).

e Operações de Terminal e um Módulo Técnico constituído por um Sargento de Manutenção e outro de Engenharia. A EqM totalizou seis oficiais, cinco sargentos e três praças (Comando da Logística, 2017a). Salienta-se que dois destes elementos já tinham integrado a equipa de reconhecimento.

Relativamente ao Comando e Controlo, como é doutrinário, a FND estava sob comando operacional (OPCOM) do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e sob TACON do Comandante da KFOR. A EqM detinha Autoridade de Coordenação com a FND para as funções e tarefas especificamente ligadas ao apoio logístico e execução da operação de retração (Comando da Logística, 2017a).

Como descrito no capítulo anterior, as atividades de retração assumiram fases semelhantes às fases da projeção. De seguida, descrevemos como as atividades foram conduzidas pela EqM e pela FND e como se enquadram nas etapas doutrinárias.

5.3.1. “Desempenhamento”

De acordo com a doutrina, as atividades que esta fase comporta, só se executam após a cessação da responsabilidade operacional de uma força na sua AO. Transpondo isto para o caso da retração do Kosovo, estas atividades só se iniciavam após o dia 28 de abril de 2017, data estipulada para o fim da atividade operacional do 1BIMecRodas. No entanto, tal não se verificou, tendo o planeamento e a preparação dos materiais, instalações, verificação de contratos e descontaminação de terrenos, sido executado antes do término da responsabilidade operacional da força. Naturalmente, estas atividades não podiam comprometer a atividade operacional da força até ao dia 28 de abril. Assim, ficaram à disposição da força até ao último dia de atividade operacional, os materiais e equipamentos necessários ao cumprimento da missão. A data estipulada para concluir a retração foi a 19 de maio, ou seja, se os trabalhos se iniciassem somente após o dia 28 de abril, restavam apenas 21 dias para executar todas as tarefas de preparação da retração. O início da realização das tarefas no dia 05 de abril, momento em a EqM chegou ao TO, permitiu rentabilizar o tempo disponível e, ao mesmo tempo, não comprometer o cumprimento da missão do 1BIMecRodas (Comando da Logística, 2017a).

5.3.2. Movimento para a Retaguarda

No caso em estudo, e tendo em conta que a missão da última FND no Kosovo era conduzir operações entre outubro de 2016 e abril de 2017, em todo o território do Kosovo para contribuir para um ambiente seguro e estável, podemos entender

que a AO era todo o território do Kosovo, ou seja, a AO é igual ao TO.

Neste caso, o “movimento para a retaguarda” não foi executado conforme descrito na doutrina, uma vez que esta etapa, à semelhança do movimento para a frente das atividades de REM, é um movimento operacional onde a unidade possui a capacidade de conduzir operações, desde a sua AO até à Zona de Estacionamento Recuado, ainda dentro do TO. Só neste “Estacionamento Recuado” é que a unidade procede ao desarticular da força e se prepara para embarcar o material e pessoal. Neste caso, a unidade não executou este movimento, uma vez que o SPOE era fora do TO (Grécia) e quando a Unidade executou o movimento para o SPOE e APOE, já não estava integrada com o seu material e pessoal, ou seja, não tinha capacidade para conduzir operações e garantir a sua própria segurança.

A supressão desta etapa deveu-se ao facto do Ambiente Operacional não exigir a necessidade de executar um movimento desde a sua AO até ao local de embarque e por outro lado, o eventual “estacionamento recuado” estar planeado para o SPOE de Salónica, não fazendo sentido manter a capacidade máxima de combate da unidade fora do TO. Posto isto, a Força não executou a fase “movimento para a retaguarda” e conseqüentemente, também não executou as tarefas da fase seguinte, “estacionamento recuado”, fora da sua AO como é doutrinário.

5.3.3. Estacionamento Recuado

No caso da retração do Kosovo, as atividades que são conduzidas nesta etapa foram executadas no Quartel da Unidade portuguesa, *Camp Slim Lines* (CSL), antes do movimento administrativo para o APOE e SPOE. A desarticulação da força propriamente dita e a contentorização do material afeto às operações, só aconteceu depois do dia 29 de abril e consistiu na conferência e receção, por parte da EqM, do armamento, munições, material e viaturas afeto à atividade operacional (Equipa de Missão do Comando da Logística, 2017).

Durante a execução desta fase, salienta-se a dificuldade em adquirir no TO materiais e equipamentos de acondicionamento de cargas, nomeadamente paletes, cintas de aperto, máquinas de corte, monta cargas para operar dentro dos contentores. Inclusive, foi necessário comprar madeira para construir paletes (Exército Português, 2017).

5.3.4. Expedição

Considerando que o “Estacionamento recuado” foi o próprio Quartel da unidade, podemos associar esta etapa ao deslocamento entre o CSL e o APOE de Pristina, o processo alfandegário e o embarque no avião, bem como o movimento

entre o CSL e o SPOE de Salónica e respetivo carregamento dos materiais no navio.

A responsabilidade de planeamento e execução do movimento foi da FND, tendo as colunas sido comandadas por militares do 1BIMecRodas. O movimento entre o CSL até ao SPOE de Salónica foi feito pela rede estradal dos países adjacentes ao TO, nomeadamente a Macedónia e Grécia. As viaturas executaram o deslocamento a rolar, sendo o material, munições e armamento contentorizado e transportado por uma empresa contratada para o efeito.

O controlo dos movimentos entre o CSL e o SPOE de Salónica foi executado por várias entidades. Dentro das fronteiras do Kosovo o controlo foi executado pelo JLSG e pela *International Military Police*. Na Macedónia pelo *Movement Coordination Center*, do *Host Nation Support Coordination Centre* (HNSCC), pelas autoridades locais e pelo JLSG. Na Grécia, o controlo foi efetuado pelo *Communication Zone South* (COMMZ (S))⁵⁴ do JLSG sediado neste país, através do HNSCC e pelas autoridades Gregas.

O apoio logístico foi garantido pela própria força e pelas estruturas logísticas da KFOR. As colunas eram autossuficientes em alimentação e combustível. No que respeita à manutenção, todas as colunas integraram um módulo de manutenção. Foi constituída uma equipa de recuperação que se manteve no CSL, pronta para operar dentro das fronteiras do Kosovo. Para garantir a continuidade do apoio de recuperação na Macedónia, foi contratada uma empresa grega e na Grécia esse apoio foi garantido pelo COMMZ (S).

O apoio sanitário foi garantido com presença de um enfermeiro e um socorrista em cada coluna. Em caso de emergência, estava previsto o apoio do HNSCC para o trajeto na Macedónia e o *Maritime Component Command* para o deslocamento na Grécia.

Relativamente à retração do pessoal, este foi feito por via aérea através do APOE de Pristina, com a contratação de um avião civil. O deslocamento desde CSL até ao aeroporto foi executado por uma Companhia de Transportes Multinacional da KFOR, não sendo necessário recorrer à contratação de serviços.

5.3.5. Síntese Conclusiva

Relativamente ao planeamento, identifica-se que a EqMCLog nomeada para o reconhecimento ao TO e a EqM nomeada para apoiar a retração, foram constituídas por especialistas das áreas de engenharia, operações de terminal e transportes, e jurídica. Estas áreas técnicas estão explanadas na doutrina da OTAN,

⁵⁴ O COMMZ(S) é uma estrutura em OPCON do JLSG da KFOR e é responsável por estabelecer a ligação com a HN.

no que às operações de retração diz respeito. Os elementos que integraram a equipa de reconhecimento e os que integraram a equipa de missão para a retração propriamente dita, não eram os mesmos, apesar das equipas possuírem militares com as mesmas valências. Assim, para evitar lacunas entre o planeamento e a execução, é importante que a equipa que efetua o reconhecimento seja a mesma que efetua o apoio à retração, ou pelo menos, que sejam os mesmos, o comandante de missão e os chefes dos módulos técnicos. Para coordenar e integrar todas estas áreas, é importante a constituição de um comando constituído com pessoal da área da logística, CmdLog, que se relacione diretamente com o comando da força, com as estruturas da OTAN e com as estruturas do Exército em TN.

No que respeita à condução das atividades de REM, verifica-se que as etapas não foram exatamente executadas como a doutrina da OTAN as descreve e sequencia. Houve a necessidade de ajustar as tarefas de cada etapa à geografia e ao ambiente operacional do TO. Contudo, este aspeto é compreensível, uma vez que a doutrina não é rígida e inflexível.

Importa referir que a responsabilidade de planeamento e execução dos movimentos entre o CSL em Pristina e o SPOD de Salónica, foi da própria força e não da EqM. Neste caso, é compreensível que a responsabilidade estivesse na força, uma vez que as tarefas de retração foram executadas pelos militares do 1BIMecRodas, que estão sob comando completo do comandante de Batalhão. Por outro lado, a EqM tinha apenas autoridade para coordenação, o que a impedia de chefiar as operações.

5.4. A PROJEÇÃO DA PRIMEIRA FORÇA NACIONAL DESTACADA PARA A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

A Missão Multi-dimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana⁵⁵ (MINUSCA), foi criada através da resolução 2149, de 10 de abril de 2014, do Conselho de Segurança da ONU (Exército Português, 2018).

A 1ª FND da MINUSCA foi projetada para o TO da RCA a 17 de janeiro de 2017, constituindo a Força de Reação Rápida da MINUSCA, sob ordem direta do *Force Commander* em controlo operacional (OPCON), pronta para atuar em qualquer região da AO (1ª Força Nacional Destacada, 2017).

Inicialmente a projeção estava definida para ocorrer no verão de 2016, mas efetuou-se apenas em janeiro de 2017, facto que foi obviado com o apoio do *MovCon*

⁵⁵ *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic.*

*Officer*⁵⁶ que garantiu a sincronização entre as diversas entidades envolvidas, assegurando a coordenação e disponibilização de meios e condições para o início das atividades de REM (Paulino, entrevista presencial, 14 de janeiro de 2018). O *MovCon Officer* da ONU esteve sempre presente em TN, constituindo-se como ponto de contacto, na ligação da força com a estrutura da ONU em Nova Iorque e estrutura do MovCon na RCA (Ferreira, entrevista presencial, 24 de janeiro de 2018).

O planeamento baseou-se no meio de transporte e na quantidade de pessoal e material a transportar, tendo em conta que havia necessidade de projetar todos os meios, o mais rapidamente possível e em condições de operacionalidade assim que chegassem a teatro. Nesta sequência o meio aéreo foi aquele que melhor garantia o transporte da força (...).

(Paulino, *op.cit.*)

Para tal foram necessários dez voos de projeção ao longo de 16 dias (1ª Força Nacional Destacada, 2017, p. 8).

A chegada do primeiro voo de projeção registou-se a 07JAN17 e do último a 23JAN17, com o grosso da força a chegar a 17JAN17, tendo-se atingido a FOC a 12FEV17. A Base Operacional Principal⁵⁷ era em BANGUI e existiam outras bases avançadas⁵⁸ como o caso de BAMBARI. Após todas as atividades de receção, estacionamento, movimentos e integração, a 1ª atividade operacional foi o deslocamento para ocupar essa FOB em BAMBARI, ou seja, atingimos a FOC ainda na SA e a primeira missão foi o deslocamento para a FOB em BAMBARI, situada a 400 km/2 dias de viagem da MOB.

(Ferreira, *op. cit.*)

Para preparar as atividades de REM, foi efetuado um reconhecimento prévio com a presença do comandante da força, verificando-se as instalações do Campo *M'Poko* que viriam a ser utilizadas como MOB. Igualmente, serviram de SA em virtude do seu espaço disponível, apoio infraestrutural e proximidade ao APOD. Depois dos reconhecimentos e preparação da força em TN, todo o planeamento da projeção estratégica e REM foi acompanhado pelo elemento da ONU. Em coordenação direta com o Oficial de Recursos da força, este também teve como responsabilidade manter a ligação à estrutura presente na RCA garantindo a disponibilidade dos apoios necessários (Paulino, *op.cit.*). Decorrente da forma como

⁵⁶ Doutrinariamente são estabelecidos *Mission Movement Control Sections* (MMCS) que têm a responsabilidade de administrar, controlar e supervisionar todos os movimentos de uma missão. Os MMCS são formados consoante as necessidades de determinada missão com base no efetivo do contingente e condições dos POD existentes. Os MMCS destacam elementos para onde seja necessário de forma a descentralizar a execução dos movimentos, garantindo concomitantemente todos os apoios necessários, tais como aconselhamento e treino por especialistas. Neste caso de estudo em particular, estas responsabilidades estiveram centradas permanentemente no *MovCon Officer* ao longo do período de aprontamento, mas nos dias que antecederam a projeção estratégica contou com o apoio de especialistas na área da preparação de cargas e questões alfandegárias (Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support, 2014, pp. 18-19).

⁵⁷ Doravante designada por MOB – *Main Operational Base*.

⁵⁸ Doravante designada por FOB – *Forward Operations Base*.

foi executada esta fase, envolvendo apenas o comandante nos reconhecimentos, posteriormente sentiu-se que a inclusão de outros militares responsáveis da força, teria sido benéfica para os trabalhos a desenvolver (Faro, entrevista presencial, 27 de maio de 2018).

5.4.1. Receção

Como referido anteriormente e em função do planeamento desenvolvido, a projeção da 1ªFND/MINUSCA foi efetuada exclusivamente com recurso a meios aéreos, num total de 576 toneladas de carga e seus 160 militares, num período de 16 dias (1ª Força Nacional Destacada, 2017, p. 8).

Quadro 1 - Resumo dos voos de projeção estratégica da 1ª FND/MINUSCA para RCA.

DATA	TIPO DE VOO	MATERIAL		PESSOAL
07/01/2017	CARGA	72 Ton	64 m ³	9
09/01/2017	CARGA	72 Ton	56 m ³	6
11/01/2017	CARGA	70 Ton	59 m ³	6
13/01/2017	CARGA	71 Ton	62 m ³	6
15/01/2017	CARGA	73 Ton	59 m ³	6
17/01/2017	PASSAGEIROS	1 Ton	-	116
17/01/2017	CARGA	69 Ton	70 m ³	6
19/01/2017	CARGA	48 Ton	64 m ³	2
21/01/2017	CARGA	55 Ton	55 m ³	2
23/01/2017	CARGA	45 Ton	49 m ³	1
TOTAL		576 Ton	538 m ³	160

Fonte: Adaptado a partir de 1ª Força Nacional Destacada (2017, p. 8).

No primeiro voo foram projetados nove militares (Quadro 1). O efetivo deste destacamento avançado é limitado pela ONU até um valor correspondente a 10% do total da força. Estes foram criteriosamente selecionados com o objetivo de apoiar a receção dos materiais e grosso da força, entre os quais se destaca o 2º comandante que liderou esta equipa, efetuando desde logo a ligação com as entidades apoiantes, e coordenando as atividades. Além deste, também era composto pelos chefes das áreas da manutenção, alimentação, e por alguns condutores. No voo seguinte foi reforçado por um elemento responsável pela área das finanças.

Embora doutrinariamente a responsabilidade deste procedimento fosse totalmente da ONU, estava acertado entre as partes que a força teria de disponibilizar os condutores para retirar as viaturas para a SA, enquanto que as restantes cargas seriam da responsabilidade da ONU. “Na Chegada a Bangui, o comandante da força limitou-se a cumprir o plano do MovCon traçado anteriormente com a sua

colaboração” (Ferreira, *op. cit.*). Nos voos seguintes os militares projetados também foram selecionados segundo o mesmo racional, para gradualmente aumentar a capacidade do destacamento avançado e desenvolver os trabalhos necessários à receção do grosso da força. Embora o destacamento avançado constituído tenha sido capaz de cumprir com a maioria das suas responsabilidades e tarefas, constatou-se que se tivesse mais efetivos disponíveis ou mais tempo até à chegada do grosso da força, estas teriam sido cabalmente cumpridas (Faro, *op. cit.*).

Durante o processo de planeamento, o papel do *MovCon Officer* foi fundamental para garantir que á chegada à RCA a equipa do MovCon tivesse os meios de descarga necessários disponíveis.

A satisfação de todas estas necessidades foi coordenada pelo Oficial de Movimentos da ONU em TN, assegurando que os elementos na RCA tinham conhecimento do plano de cargas na projeção estratégica, sendo capazes de prever antecipadamente as necessidades de apoio à chegada.

(Ferreira, *op. cit.*)

Em relação à organização do material e distribuição do pessoal, embora existisse um plano inicial, este não foi finalizado, pelo que o pessoal foi devidamente instalado nas suas áreas, enquanto o material foi sendo arrumado em áreas por afinidades, aguardando o grosso da força para o acomodar definitivamente (Faro, *op. cit.*).

Em termos de proteção da força, nesta fase, o contingente nacional não teve qualquer intervenção, estando a segurança do material e pessoal garantida por outras forças. As Forças Armadas da RCA, em conjunto com algumas companhias de segurança privada, garantiram a segurança do perímetro do APOD, o NSE Francês na SA, e a ONU com patrulhas na sua periferia (Ferreira, *op. cit.*).

5.4.2. Estacionamento

Neste caso em particular, fruto das características do TO, a SA no *Camp M'Poko* acabou por ser também a MOB.

Após chegada dos materiais, os mesmos foram acomodados na Base Operacional Principal (BOP) em Bangui, que na fase inicial também coincidiu com o local do estacionamento. Durante toda a missão a BOP foi sempre em Bangui, e nesta estavam instaladas capacidades críticas e que nunca saíram desse local. (Paulino, *op.cit.*)

Esta dispunha de um perímetro limitado e era constituída por contentores de alojamento e instalações sanitárias (Ferreira, *op. cit.*).

Neste período toda a montagem de materiais foi da responsabilidade da força. A alimentação foi garantida inicialmente com recurso ao apoio do NSE

Francês também instalado no *Camp M'Poko*, sendo alguns dias depois fornecida através da secção de alimentação da força (Faro, *op. cit.*).

Após receção de todos os militares, não havendo tarefas a cumprir que empenhassem o grosso da força, foi estabelecido um acordo com o NSE Francês para a partilha de responsabilidades de segurança na SA, visto ambos utilizarem as mesmas instalações (Ferreira, *op. cit.*).

No sentido de se atingir a FOC o mais rapidamente possível, enquanto decorriam as atividades em proveito da organização da força, a nível operacional eram efetuados outros esforços, nomeadamente reconhecimentos, ações conjuntas e estabelecimento de contactos com forças amigas:

Após chegada de todos os militares, durante o período de estacionamento foram efetuados alguns reconhecimentos iniciais. Além destes, foram efetuadas patrulhas conjuntas em Bangui com as forças da polícia da RCA. Nesta fase o comandante da 1ªFND/MINUSCA também se aproximou das forças vizinhas, procurando estreitar ligações através de visitas às suas bases.

(Faro, *op. cit.*)

5.4.3. Movimento para a Frente

Terminado a fase de estacionamento, a 1ªFND/MINUSCA atingiu a FOC ainda na SA e teve de ocupar uma FOB em Bambari (Figura 2) (Ferreira, *op. cit.*).



Figura 2 - Movimento para FOB em Bambari

Fonte: Adaptado de 1ª Força Nacional Destacada (2017) e Santos (2018).

Este deslocamento foi planeado e executado exclusivamente pela força. O planeamento iniciou-se com a definição do pessoal e material a ser deslocado,

para garantir os requisitos nas diversas áreas, materializando-se em planos de carregamento de pessoal e material. O passo seguinte foi a definição do plano de reabastecimento das diversas classes, com maior preocupação para a classe I e III (1ª Força Nacional Destacada, 2017). A alimentação foi garantida à custa de rações de combate individuais. Relativamente à classe III, havia uma passagem planeada pela base da ONU em Sibut para reabastecer as viaturas, contando-se também com o combustível dos seus meios orgânicos (Faro, *op. cit.*).

Durante a execução dos movimentos, registaram-se muitas dificuldades que acabaram por tornar o tempo de deslocamento mais extenso. Estas foram motivadas pela falta de informações e conhecimento do terreno onde iriam atuar, bem como pela reduzida adequabilidade dos meios para o deslocamento face as más condições das estradas, nomeadamente os diversos atrelados (1ª Força Nacional Destacada, 2017).

Em termos de proteção da força durante o movimento, esta foi assegurada exclusivamente pelos próprios meios da força durante todo o trajeto. Poderia ter havido reforço do escalão superior para este efeito, mas como a força já tinha alcançado a sua FOC, tal não sucedeu.

5.4.4. Integração

Como descrito anteriormente, a constituição do efetivo projetado em cada voo para a RCA foi planeada para desenvolver as atividades REM gradualmente. Desde o primeiro voo, os militares projetados iniciaram os contactos necessários para promoverem a integração, e com a chegada do grosso da força e dos responsáveis nas diferentes áreas, cada um deles iniciou contactos com as entidades homólogas do escalão apoiante na sua área específica, assegurando a integração na cadeia de C2 (Ferreira, *op. cit.*).

Durante o período em que a força permaneceu na SA, cada célula do EM foi efetuando a integração com os seus pares na estrutura da ONU na RCA. Decorreram diversas reuniões entre os chefes das células da força e os representantes da ONU, assim como com o comandante da força e diversas entidades da estrutura da ONU. Nestas atividades procurou-se clarificar as ligações a manter e os fluxos a estabelecer.

(Ferreira, *op. cit.*)

5.4.5. Síntese Conclusiva

Relativamente ao planeamento, o apoio do *MovCon Officer* garantiu a ligação e informação aos elementos apoiantes no POD, colmatando as dificuldades presentes, decorrentes das alterações sucessivas na data da projeção. Os reconhecimentos efetuados apenas envolveram a presença do Comandante,

verificando-se ser insuficiente para garantir todas as informações necessárias à preparação das atividades das diversas áreas, tais como a manutenção, alimentação entre outras. No que respeita ao princípio do controlo centralizado previsto no *MovCon Manual* da ONU, pese embora o apoio decisivo do *MovCon Officer* durante todo o planeamento e execução das diversas fases, as coordenações efetuaram-se diretamente entre a força e a ONU, não se verificando em cada nível uma entidade com responsabilidade para o efeito. Ou seja, deve existir uma entidade que efetue a ligação entre a força e os restantes intervenientes (tais como o CmdLog, CFT e ONU), de forma a que se garanta a satisfação das suas necessidades, a antecipação de problemas e sua resolução, estando assim garantida a centralização no planeamento e melhores condições para a preparação da força.

Relativamente à condução das atividades REM, foi constituído um destacamento avançado com capacidade para dar início aos trabalhos de receção e estacionamento. Embora eficaz, este poderia ter sido reforçado com elementos nacionais durante esse período, cumprindo a sua missão mais rapidamente, ou em alternativa, poderia ter tido mais tempo para receber o grosso da força. Face à missão e características físicas do TO, houve necessidade de alterar a ordem das etapas de REM. Verificou-se que a força atingiu primeiro a FOC na SA, e depois iniciou o movimento para a FOB a partir da qual iria cumprir a sua missão. Relativamente à integração da força, esta teve início assim que os primeiros militares chegaram ao TO, tendo-se desenvolvido ao longo do período do estacionamento.

De acordo com descrito, conclui-se que o planeamento e execução da projeção para a RCA foi organizado e eficaz face às diversas variáveis, embora seja necessário equacionar a constituição temporária de uma célula que centralize o planeamento das operações REM.

5.5. CONCLUSÕES

Na elaboração deste trabalho utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa, efetuando-se uma pesquisa bibliográfica, visando a consulta de publicações e manuais doutrinários, assim como, a análise de documentos diversos, que foram elaborados para a realização das atividades de REM, em apoio às FND abordadas nos dois estudos de caso, e relatórios que foram elaborados, posteriormente, no final da retração e projeção destas últimas. Complementou-se e sustentou-se a análise com entrevistas semi-estruturadas a militares que tiveram responsabilidades nas atividades de REM, no caso da RCA.

Esta investigação teve como principais limitações o tempo atribuído e disponível para a realização da mesma, bem como a restrição ao acesso a

documentos relativos à FND da RCA, resultante do atual grau de classificação de segurança dos mesmos.

Da análise decorrente dos objetivos definidos, verificou-se que é difícil seguir as etapas doutrinárias nas atividades de REM, quer seja na projeção ou retração de forças. Há sempre a necessidade de ajustar as tarefas desenvolvidas em cada fase de acordo com a geografia e áreas de responsabilidade no TO, o ambiente operacional, nomeadamente o grau de ameaça, meios e infraestruturas para desenvolver as respetivas tarefas, a OI para a qual a força vai operar, entre outras. A própria doutrina refere que os conceitos são ajustáveis às especificidades de cada caso, não sendo rígida quanto à forma de conduzir estas operações.

De acordo com os casos estudados, conclui-se que o planeamento deve ser centralizado no CmdLog e que deve ser conduzido por uma equipa multidisciplinar constituída com base nas especificidades das tarefas de projeção ou retração. Por sua vez, e independentemente do escalão, a força envolvida na projeção ou retração também deve constituir uma equipa de planeamento que integra elementos de comando e com funções logísticas.

Na fase de planeamento, é essencial executar reconhecimentos detalhados e estabelecer contactos com a força a projetar ou retrain, bem como estabelecer contactos com as entidades da OI para a qual se está a operar. Relewa-se que os reconhecimentos devem ser conduzidos e comandados pela equipa de planeamento do CmdLog, com a integração da equipa de planeamento da unidade envolvida na operação. Os contactos e reuniões desenvolvidas com a força, OI ou outras entidades, devem ser igualmente lideradas por essa equipa de planeamento. Assim sendo, considera-se importante que a equipa de planeamento do CmdLog detenha comando administrativo (ADCOM) sobre a equipa de planeamento da unidade em questão.

Relativamente à execução das atividades, conclui-se que a equipa multidisciplinar de planeamento do CmdLog, deve integrar e comandar a condução da execução das operações de projeção ou retração, incluindo as atividades de REM. Contudo, não há necessidade desta equipa fazer parte da estrutura orgânica da força ou manter-se no TO (no caso da projeção) até a unidade operacional que está a apoiar regresse ao TN. Caso seja necessário constituir um NSE para acompanhar a força durante o tempo de projeção, alguns elementos da equipa do CmdLog devem fazer parte do mesmo.

Na fase da execução, como a equipa do CmdLog teve autoridade para decidir sobre a condução do planeamento e da própria execução, considera-se já não ser necessário possuir ADCOM sobre a equipa de planeamento da unidade envolvida na missão. Conclui-se que a execução das tarefas propriamente ditas,

recai nos militares da FND, uma vez que é esta que possui os meios humanos, com as qualificações adquiridas durante o aprontamento, para operar os equipamentos. São exemplo disto, os condutores de viaturas, operadores de terminal, outros militares que auxiliem nas tarefas relacionadas com carregamento e acondicionamento de materiais.

Assim, pode-se afirmar, de uma forma geral, que a equipa do CmdLog é um órgão fundamental de apoio às FND nas atividades de REM, uma vez que tem competência técnica multidisciplinar para conduzir o planeamento e controlar a execução das atividades. A constituição desta unidade deve ser de carácter modular, temporário e estabelecida de acordo com as necessidades específicas de cada missão e de acordo com a OI para a qual a força se destina. Igualmente, considera-se que as equipas do CmdLog para apoio às operações de REM devem possuir as seguintes capacidades:

- Para o processo de Projeção de Forças:
 - Capacidade de planeamento, principalmente na área da logística;
 - Capacidade para apoiar a inspeção e receção de instalações, assim como efetuar trabalhos de adaptação ou construção;
 - Capacidade para prestar apoio técnico na apropriação das áreas e instalações;
 - Capacidade para estabelecer ligação com as OI presentes no TO.
- Na retração de forças:
 - Capacidade de planeamento, principalmente na área da logística;
 - Capacidade para estabelecer ligação entre a equipa do CmdLog, FND e OI;
 - Capacidade para identificar, avaliar e registar lições aprendidas;
 - Capacidade para avaliar e planear tarefas relacionadas com questões ambientais;
 - Capacidade de avaliar e planear desmantelamento ou demolição de infraestruturas;
 - Capacidade para analisar e resolver questões jurídicas;
 - Capacidade para conduzir negociações e contratos de alienação ou doação;
 - Capacidade para apoiar a verificação, identificação e catalogação de materiais;
 - Capacidade de apoio técnico em operações de terminal e transportes.

De igual modo, com a presente investigação, foi possível validar a importância que as atividades de REM possuem quer na entrada, quer na saída dos TO. Da análise efetuada, é possível afirmar que o Exército Português planeou e conduziu com sucesso as atividades de REM. No entanto, constata-se da necessidade

de elaboração de doutrina específica, que estabeleça responsabilidades de planeamento e condução destas atividades, nomeadamente com a constituição de forças modulares de apoio, e que defina a interação destas com a força que executa a projeção ou a retração.

Considera-se ser relevante, para pesquisas futuras, uma análise às atividades de REM executadas por exércitos com dimensões e capacidades similares ao Exército Português. Deste modo, será possível obter equiparações mais aproximadas com a sua realidade, no que a estas atividades dizem respeito, com o objetivo de daí obter contributos para a elaboração de doutrina nacional, que reflita acordo com o presente, satisfazendo as atuais necessidades do ambiente operacional e, se possível, simultaneamente, perspetive o futuro, acautelando os desafios que se lhe possam deparar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1ª Força Nacional Destacada (2017). *Newsletter República Centro Africana*. Única ed. Bangui: Campo M'POKO: s.n.
- Comando da Logística (2017a). *Relatório do Reconhecimento efetuado pela Equipa de Missão do Comando da Logística (EqMCLog) ao Campo Slim Lines (CSL) no Kosovo*, Lisboa: s.n.
- Comando da Logística (2017b). *Plano de Retração MELRO 17 do 1BIMec(R)/FND/KFOR de 30Mar17*, Lisboa: s.n.
- Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support (2014). *Movement Control Manual (MOV-CON)*. s.l.:s.n.
- Equipa de Missão do Comando da Logística (2017). *SITREP n.º 003 "Operação de Retração da FND/KFOR"*, Pristina: s.n.
- Exército Português (2017). *Relatório da Célula de Lições Aprendidas "Retração Kosovo 2017"*, Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército Português (2018). *Treino Operacional e Operações*. [Página Online] Retirado de www.exercito.pt/pt/o-que-fazemos/treino-operacional-e-operacoes/operacoes/MINUSCA%20e%20EUTM%20RCA
- Headquarters, Department of the Army (2010). *FM 3-35 Army Deployment and Redeployment*. Washington DC: s.n.
- NATO (2014). *AJP-3.13.1 Reception, Staging and Onward Movement (RSOM) Procedures*. NATO Standardization Agency ed. s.l.:Version 1.
- NATO (2017). *AJP 3.13 Allied Joint Doctrine for the Deployment and Redeployment of Forces - Study Draft*. 2 ed. Brussels: NATO Standardization Office.

- Operacional, Defesa, Forças Armadas e de Segurança (2015). *Bósnia e Herzegovina, 1996/2016: 20º Aniversário do início da participação portuguesa na missão da NATO*. [Página Online] Retirado de www.operacional.pt/bosnia-e-herzegovina-19962016-20-o-aniversario-do-inicio-da-participacao-portuguesa-na-missao-da-nato/
- Pagonis, W. G. (1992). *Moving Mountains*. EUA: s.n.
- Santos, M. M. (2018). *Apoio Logístico na Republica Centro-Africana*. Lisboa: s.n

6. A SUSTENTAÇÃO DE UMA FORÇA NACIONAL DESTACADA

Autores

CAP INF Daniel Filipe de Carvalho Gomes
CAP ENG João Luís da Costa Ferraz Soares
CAP INF Válder Mário Mendes Martins
CAP ART Sandrina Costa Cunha

Orientador

TCOR ENG Alexandre Fernando Mendes Rodrigues

RESUMO

Este trabalho aborda a Sustentação de uma Força Nacional Destacada (FND), reportando-se aos casos do Teatro de Operações (TO) do Kosovo e TO da República Centro-Africana. Estas missões, de tipologia e dimensão semelhante, distinguem-se pelas organizações internacionais em que se inserem, no caso da primeira na Organização do Tratado do Atlântico Norte e a segunda na Organização das Nações Unidas. A metodologia seguida, assentou numa primeira fase numa definição de objetivos, onde foi delimitado a apenas três Funções Logísticas, aliada a uma revisão bibliográfica relativa ao processo de sustentação, a nível nacional e ao nível das organizações em que se inserem. Posteriormente, realizaram-se entrevistas a alguns intervenientes diretos neste processo, que se encontravam em TO e em Território Nacional. Após recolha destes testemunhos, executou-se um processo de análise comparativa entre os TO, elencando-se posteriormente algumas conclusões e propostas. O processo de sustentação das FND existente foi considerado como bem definido, funcional e eficaz, com especificidades decorrentes do tipo de organização internacional e do tipo de TO. No entanto, foram detetadas algumas possibilidades de incrementar a eficiência do processo, com recurso a pequenas soluções relativas à aquisição e gestão de *stocks*, definição de efetivos, bem como na área do transporte estratégico.

Palavras-Chave: Apoio Logístico; Força Nacional Destacada; Kosovo; República Centro-Africana; Exército Português; Organização das Nações Unidas; Organização do Tratado do Atlântico Norte.

ABSTRACT

This essay approaches the Sustainment of a National Detached Force, referring to two case studies, one of the Kosovo Theatre of Operations and one of the Central African Republic. These two different sets of operations are similar on the typology

of mission, tasks and Force dimension, but they distinguish themselves regarding the different international organizations, where they lay, the first one inserted on North Atlantic Treaty Organization and the second on the United Nations. The methodology followed in this essay, on a first phase the attentions were on the goals definition, where it has been limited to only three logistic functions, allied with a national and international literary review of the existing publications regarding the sustainment process, extended to the referred national organizations doctrine. Subsequently, interviews were held to some of the direct intervenient on this process, which were at the Theatre of Operations and at National Territory. After collecting these testimonies, a comparative analysis process was fulfilled between the two theatres, with some conclusions and propositions being listed. The existing National Detached Forces sustainment process was considered as well defined, functional and effective, with some specifications regarding the type of international organization and the singularity of the Theatre of Operations. However, some improving possibilities have been detected, regarding the efficiency of the process, with some minor solutions relative to the acquisition and stock management process, as well as the strategic transport area.

Keywords: *Logistic Support; National Detached Force; Kosovo; Central African Republic Portuguese Army; United Nations; North Atlantic Treaty Organization).*

6.1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação tem por objetivo estudar a sustentação de uma Força Nacional Destacada (FND), tendo como estudos de caso os Teatros de Operações (TO) do Kosovo, no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e da República Centro-Africana (RCA), no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Atualmente, de acordo com os compromissos internacionais assumidos e organizações militares onde estão inseridos, a aplicação de forças militares e a sua sustentabilidade credível consubstancia-se numa preocupação cada vez mais constante por parte dos países envolvidos. Portugal, as suas Forças Armadas e concretamente o Exército Português não se alheiam a este desiderato, afirmando que a sustentação de FND e Elementos Nacionais Destacados (END) é “garantida com recurso às estruturas e procedimentos normalmente utilizados pelo Exército, de forma a garantir a maximização dos recursos disponíveis.” (Ramalho, 2009, p. 69).

Releva-se a importância e pertinência do tema como justificante da presente análise, na medida em que a adoção de medidas de eficiência da sustentação logística de uma FND permite, além dos benefícios operacionais, economizar

recursos financeiros e otimizar processos. Intentamos com esta investigação, beneficiar o Exército, na justa medida em que se pretende alcançar com o trabalho um quadro de atuação, consubstanciado na adoção de medidas que promovam a sustentação logística de uma FND.

Para a realização de trabalhos de investigação, e tendo em conta o âmbito alargado do tema, foi necessário delimitar o objeto de estudo. Este estudo foi delimitado na abordagem das funções logísticas Reabastecimento (Reab), Manutenção(Man), Serviços(Svc), e, em termos da função logística Reabastecimento, a classe I – víveres, classe III – combustíveis e lubrificantes, classe V- munições, e classe IX – sobressalentes. Com este trabalho de investigação pretende-se analisar os modelos existentes e propor formas de melhoria de processos com vista ao possível ganho de eficiência no sistema de sustentação logística.

A investigação foi conduzida tendo por base de partida a identificação de doutrina, legislação, normas, diretivas e outros estudos que enquadrassem este tema. Foram efetuadas entrevistas no Comando das Forças Terrestres (CFT), no Comando da Logística (CmdLog) e aos oficiais com funções logísticas que estiveram nos diferentes TO, o que permitiu recolher opiniões e experiências de especialistas e de pessoas com conhecimentos e responsabilidades nesta área, contribuindo para a clarificação da situação atual e perspetivar o futuro.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, denominado “Revisão de Literatura”, aborda-se a estrutura conceptual e doutrinária e os respetivos documentos enquadrantes em que assenta o apoio e sustentação logística, apresentando definições, conceitos e aspetos relevantes para uma melhor compreensão do tema ao longo do trabalho.

Nos capítulos dois e três é abordado o apoio logístico das FND nos TO do Kosovo e da RCA, respetivamente, analisando em detalhe as funções logísticas Reabastecimento, Manutenção e Serviços.

No capítulo quatro são analisados os modelos de apoio logístico dos dois TO. Por fim, umas breves Conclusões, com uma análise crítica dos autores sobre o sistema de apoio logístico de uma FND no âmbito da OTAN e da ONU.

6.2. REVISÃO DE LITERATURA

De forma a enquadrar conceptualmente este trabalho, é fundamental descrever, sucintamente, as bases doutrinárias que sustentam os dois casos de estudo. Desta forma, iremos apresentar separadamente os conceitos teóricos e enquadrantes das duas organizações onde se inserem as duas FND (OTAN e ONU), identificando pontos em comum, bem como as diferenças organizacionais no que concerne aos procedimentos e modelos utilizados.

A sustentação está diretamente associada ao conceito de apoio de serviços, que, na sua génese se constitui como uma das funções de combate, com o objetivo de garantir a “liberdade de ação e a extensão operacional, prolongando a resistência de uma unidade” (Exército Português, 2015, pp. 1-10).

6.2.1. Enquadramento Logístico no âmbito OTAN

O princípio geral que caracteriza a doutrina OTAN, no que concerne ao apoio logístico, é a responsabilidade nacional dos países que contribuem com forças. Apesar disto, e tendo em conta a dicotomia entre soluções logísticas/pegada logística, a OTAN estimula uma logística conjunta e combinada no apoio às forças militares “sem descurar que este tipo de responsabilidade é, antes de tudo, um encargo nacional.” (Ramalho, 2009, p. 71).

A OTAN, segundo a publicação doutrinária para o apoio logístico *Allied Joint Doctrine for Logistics* (AJP-4(B)), define as seguintes funções logísticas: reabastecimento de material e serviços (*Supply of Material and Services*), movimento e transporte (*Movement and Transportation*), manutenção (*Equipment Maintenance*), apoio sanitário (*Medical Support*), material e apoio ao ciclo de vida (*Material- Life cycle Support*) e serviços (*Services*). O MC-319/3 (*Nato Principles and policies for Logistics*), considera ainda outras funções logísticas, mas tendo em conta a delimitação deste trabalho, estas não serão estudadas. De seguida, iremos descrever as funções logísticas da OTAN que se enquadram na nossa delimitação.

6.2.1.1. Reabastecimento

A função logística reabastecimento “compreende um conjunto de atividades necessárias à determinação dos níveis de armazenamento, provisão, distribuição e repletamento de todos os materiais e itens utilizados no equipamento, apoio e sustentação de forças militares” (NATO, 2017, pp. 4-1). Nesta função existem dois tipos de abastecimento, o sistema “*Push*” e o sistema “*Pull*”. O sistema “*Push*” é baseado em requisitos operacionais e taxas de consumo estimadas, permitindo uma previsão atempada dos abastecimentos e a colocação dos mesmos à disposição dos consumidores finais em locais de armazenamento o mais avançado possível. No sistema “*Pull*” o abastecimento é baseado em requisições das unidades consumidoras, podendo correr o risco de o abastecimento não ser atempadamente fornecido para uso da força. No que respeita às classes de reabastecimento no âmbito OTAN, estas estão agrupadas de forma diferente da doutrina nacional, quer em menor número, quer na tipologia de bens (Quadro 1).

Quadro 1 – Classes Abastecimento OTAN e Sistemas de Abastecimento

Classes	Descrição	Sistema abastecimento
I	Artigos de subsistência como alimentação e cantina (consumo a taxa uniforme)	“PUSH”
II	Abastecimentos/artigos estabelecidos segundo os QOM (fardamento, armamento, veículos, sobressalentes)	“PULL”
III	Combustíveis e lubrificantes, exceto aeronaves (III-A)	“PUSH”
IV	Abastecimentos cuja dotação inicial é de difícil previsão e não constam do QOM (inclui os materiais de fortificação e construção)	“PULL”
V	Munições, explosivos e agentes Químicos de todos os tipos	“PUSH”

Fonte: Adaptado a partir de Silveira (2018).

6.2.1.2. Manutenção

A função logística manutenção compreende o “conjunto de ações com a finalidade de manter/conservar o equipamento em condições de operacionalidade e restaurar tal condição quando este não se encontra operacional”, utilizando para isto as tarefas de “inspeção, teste, assistência, classificação, reparação, reconstrução e recondicionamento” (NATO, 2017, pp. 4-4).

Tendo em conta a variedade de equipamentos das nações contribuintes com forças, denominadas *Troops Contributing Nations* (TCN), e das respetivas necessidades de manutenção, existe uma preocupação da OTAN na organização desta capacidade de manutenção. Esta encoraja os países a desenvolver acordos bilaterais/multilaterais no que concerne à utilização e partilha de instalações de manutenção bem como nos fluxos de abastecimento de sobressalentes, garantindo a interoperabilidade dos meios de manutenção, e, acima de tudo, a redução de custos na projeção inicial e durante a conduta das operações (NATO, 2017, pp. 4-5).

6.2.1.3. Serviços

A função logística serviços “compreende a provisão de recursos humanos e outras competências em apoio das tropas combatentes ou atividades logísticas, como por exemplo: repletamento, mão-de-obra, serviços postais, cantina, lavandaria, banhos, apoio a assuntos mortuários” (NATO, 2017, pp. 4-4). Neste âmbito, a OTAN preconiza que cada nação deve ser a principal responsável por providenciar este conjunto de serviços através de soluções nacionais ou multinacionais, sendo estas últimas as que garantem maior eficácia e eficiência, e, caso não sejam conseguidas, poderão ser solucionadas pelo *Joint Logistic Support Group* (JLSG) que coordena este apoio através do respetivo reembolso (NATO, 2017, pp. 4-4).

6.2.2. Enquadramento Logístico no âmbito ONU

As missões no âmbito da ONU variam consideravelmente em termos de dimensão e efetivo. Estas podem variar desde pequenos grupos de observadores (combinando civis, polícias e militares) até uma força conjunta e combinada com milhares de efetivos. Assim, o conceito de apoio logístico é adaptável às necessidades de apoio de cada missão. Cada conceito deverá ser concebido para a especificidade do TO, da tarefa, do ambiente, infraestruturas e recursos disponíveis (Leslie, 2005).

O apoio logístico na ONU está sujeito a diversas regras, que fundamentalmente definem requisitos mínimos para que uma Força esteja em condições de integrar uma Missão da ONU. Estas regras podem ser bastante específicas, ou mais genéricas e vagas, garantindo maior amplitude ao país contribuinte. Por exemplo, situações em que a tipologia e características de determinado equipamento são taxativamente definidas, ou então, situações em que apenas é feita uma descrição genérica do serviço/equipamento pretendido.

Para as participações nacionais em missões no âmbito da ONU é definido um *Memorandum Of Understanding* (MoU), que não é mais do que um contrato entre o país e a ONU, onde são definidos todos os termos da colaboração, onde são especificadas as formas de Apoio Logístico, requisitos e equipamentos do âmbito logístico e ainda os reembolsos por parte da ONU ao país contribuinte. Assim, no caso da FND que se encontra destacada na RCA, será necessário a consulta do MoU⁵⁹ estabelecido para conhecer todos os pormenores no âmbito do Apoio Logístico. De seguida, iremos descrever as funções logísticas da ONU que se enquadram na nossa delimitação.

6.2.2.1. Reabastecimento

De acordo com a Doutrina Nacional, os abastecimentos dividem-se em Classes, da I à X, abrangendo todos os diferentes tipos de abastecimentos que são necessários para garantir o apoio às operações (Exército Português, 2013a).

Um conceito importante para a ONU é o de Consumíveis, que são considerados abastecimentos gerais que são consumidos por rotina. Incluem abastecimentos de combate, material de fortificação, munições e explosivos, bem como outros materiais necessários para manter os equipamentos e o pessoal (United Nations, 2017b, p. 12).

⁵⁹ O MoU ainda não se encontra totalmente definido, nem está ainda ratificado por ambas as partes.

6.2.2.1.1. Classe I

A Classe I – Víveres e Artigos de Higiene Gratuitos é, no âmbito das missões da ONU, tratada de forma diferenciada entre estes artigos, aplicando-se diferentes responsabilidades sobre o seu reabastecimento.

O reabastecimento de Víveres é normalmente da responsabilidade da ONU. No entanto, quando a ONU não tem capacidade de fornecer os víveres, ou no período inicial da missão, a autossustentação passa a ser uma responsabilidade nacional, sendo o país reembolsado posteriormente (United Nations, 2017b, p. 44).

No que concerne aos Artigos de Higiene Gratuitos, estes entram no âmbito dos consumíveis cujo reabastecimento é da responsabilidade nacional, sendo prevista uma taxa de 2% no reembolso para fazer face ao transporte destes abastecimentos (United Nations, 2017b, p. 8).

6.2.2.1.2. Classe III

A Classe III – Combustíveis e Lubrificantes, divide-se em CI III a Granel (CL III-G) e CI III Embalados (CL III-E). A primeira não é tratada como consumíveis, sendo responsabilidade da ONU o seu fornecimento às Unidades. Já no caso da segunda, sendo considerados como consumíveis, a responsabilidade é nacional (United Nations, 2017b, p. 12).

6.2.2.1.3. Classe V e IX

A Classe V – Munições e a Classe IX – Sobressalentes e peças, são consideradas pela ONU como consumíveis, constituindo uma responsabilidade nacional, estando para tal prevista uma taxa de 2% no reembolso para fazer face ao transporte destes abastecimentos para TO (United Nations, 2017b, pp. 8,12).

6.2.2.2. Manutenção

De forma a assegurar que as unidades integrantes de uma determinada missão são atribuídas pelos Estados com as capacidades requeridas, existe um número de opções para o fornecimento de equipamentos principais e o seu apoio. Estas opções são denominadas *wet lease*⁶⁰ e o *dry lease*⁶¹.

⁶⁰ *Wet Lease* - O contingente é projetado com o seu equipamento (*Contingent Owned Equipment* – COE) e é responsável pela sua manutenção e apoio. O transporte de sobressalentes e de consumíveis é nesta modalidade, responsabilidade nacional, tendo em conta que o valor mensal estimado para ressarcimento da manutenção inclui uma taxa extra de 2% para cobrir estes custos (United Nations, 2015, p. 29; United Nations, 2017a, p. 118).

⁶¹ *Dry Lease* - O contingente é projetado com o seu COE, mas a ONU providencia o seu apoio (United Nations, 2015, p. 30).

6.2.2.3. Serviços

Esta função logística engloba as atividades logísticas que não se integram nas outras funções logísticas, direcionadas para a vida e o bem-estar dos militares e para o apoio a outras funções (Exército Português, 2013a, pp. 5-3).

Das várias atividades que se enquadram nesta função, serão abordadas a Alimentação, os Banhos, a Lavandaria e Troca de Fardamento e as Cantinas.

6.2.2.3.1. Alimentação

O serviço de alimentação é em regra responsabilidade do Contingente podendo, em caso excepcionais, ser assumido pela ONU. Geralmente a Força deverá ter capacidade para alimentar os seus militares com refeições frias e quentes, num ambiente limpo e saudável. Para tal deverá (United Nations, 2017b, p. 14):

- Dispor de instalações, equipamentos de cozinha e todos os materiais envolvidos na preparação, distribuição e consumo da alimentação;
- Capacidade refrigeradora para 14 dias, capacidade para armazenar frescos para sete dias e armazenamento para secos;
- Ter capacidade de lavagem de louça;
- Garantir que as instalações tenham equipamentos de higienização.

Igualmente, é responsabilidade do contingente a manutenção de todos os equipamentos relacionados com o Serviço de Alimentação (United Nations, 2017b, p. 44).

6.2.2.3.2. Banhos

As instalações de banhos deverão ser abastecidas por água corrente, quente e fria, dispor de sistemas de escoamento que mantenham os padrões de higiene, um sistema de drenagem ecologicamente eficiente e ainda manter a separação de género nos casos em que se verifique essa necessidade (United Nations, 2017b, p. 50).

6.2.2.3.3. Lavandaria e Troca de Fardamento

Os Contingentes devem garantir serviço de lavandaria aos militares e serviços de troca de fardamento, para tal as instalações devem dispor de equipamentos que garantam a manutenção de um ambiente limpo e saudável (United Nations, 2017b, p. 48).

6.3. O APOIO LOGÍSTICO DAS FND NO TO DO KOSOVO

Neste capítulo, pretende-se identificar o modelo de apoio logístico realizado para a sustentação das FND no TO do KOSOVO, concretamente na *Kosovo Force* (KFOR). Para isso, serão abordadas as funções logísticas Reab, Man e Svc, tendo por base as referências doutrinárias portuguesas, da OTAN e as entrevistas efetuadas a militares com funções neste processo de sustentação, quer em TO quer em Território Nacional (TN). No que respeita ao espaço temporal, este processo será centrado no período de 2012 e 2017, período este que medeia a posse do Campo “*Slim Lines*” e a integração do contingente húngaro, e a retração da força portuguesa do TO. Este período contempla a fase em que a KTM (*KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion*), liderada por Portugal, era constituída por 181 militares portugueses, integrando um contingente húngaro de 154 militares. O TO situava-se a mais de 2.500 km, demorando cerca de 12 horas em transporte aéreo militar (Figura 1).



Figura 1 – Distância Lisboa - Pristina

Fonte: Adaptado de *Google Maps* (2018b).

De acordo com a Diretiva n.º 143/CEME/2014 relativa ao assunto “Atribuições e responsabilidades na preparação e emprego de elementos e de forças do Exército que se possam constituir como FND do Exército”, o CmdLog garante o apoio logístico aos END e às FND, em coordenação com o CFT e em ligação com as FND. O CFT constitui-se como a entidade primariamente responsável (EPR) quanto à coordenação das atividades no âmbito do aprontamento, da projeção, da sustentação e da retração da FND (Figura 2).

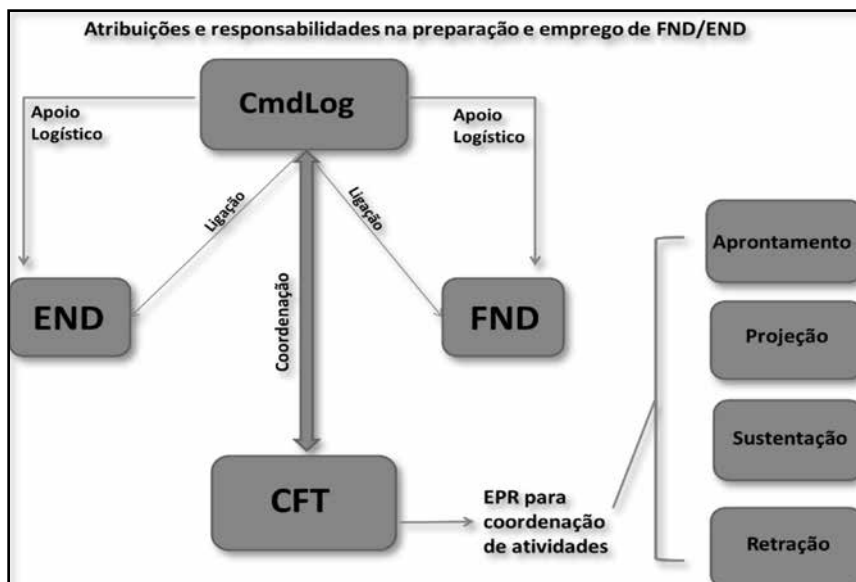


Figura 2 – Fluxograma das atribuições e responsabilidades na preparação e emprego de FND/END

Em termos de referências doutrinárias nacionais, o Plano Administrativo-Logístico “OPERACIONAL” do CFT, datado de 20 de fevereiro de 2013, é o documento que orienta genericamente o apoio a END e FND do Exército Português. No entanto, existe o Plano Administrativo-Logístico “EDREV 2” de 28 de outubro de 2013, este mais particularizado e orientado para o TO do Kosovo.

A informação que seguidamente se apresenta assenta em entrevistas e está de acordo com as orientações vertidas nos planos referidos anteriormente.

6.3.1. Reabastecimento

6.3.1.1. Classe I

Para os artigos de classe I encontramos um fluxo de reabastecimento bem definido, e que funciona na modalidade que seguidamente se apresenta (Figura 3).

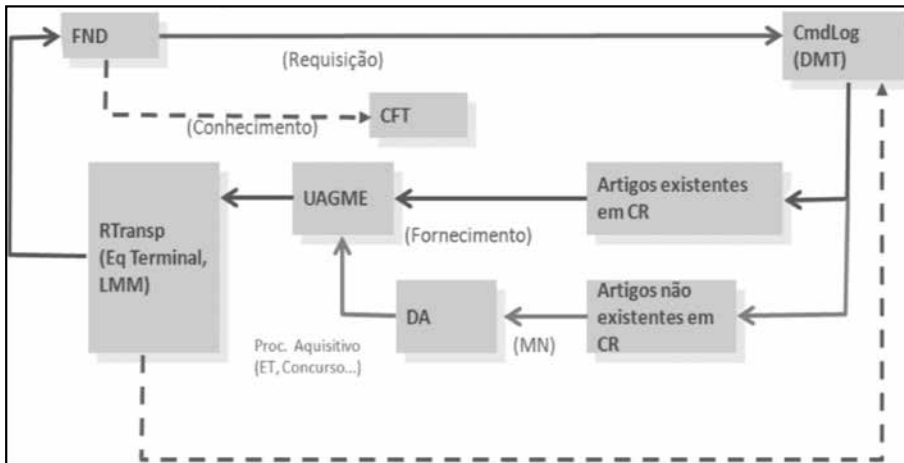


Figura 3 – Fluxo normal de reabastecimento

Fonte: Exército Português (2015).

Contudo, o TO do Kosovo apresentava algumas diferenças relativamente ao reabastecimento de classe I. No período estudado, o reabastecimento desta classe (incluindo o serviço de alimentação) estavam contratualizados com a empresa *Eclipse*⁶².

Por esta prestação de serviços, a empresa apresentava a respetiva faturação à FND que, após confirmada pela secção de logística, era encaminhada para o CmdLog (Exército Português, 2013b).

Para além da alimentação fornecida através dos serviços da *Eclipse*, existia, para utilização em operações, um nível de rações de combate (RC) disponível no TO, de 15 *Days of Supply* (DOS). As RC consumidas, eram repostas através da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), que tinha disponível em permanência 15 DOS (Exército Português, 2013b). Relativamente à água, estava atribuído três litros e meio de água engarrafada/homem/dia, quantidade esta, incluída no contrato de alimentação celebrado com a *Eclipse*. No entanto, em caso de necessidade extra, poderiam ser feitas requisições à empresa, que lhes dava cumprimento, ou poderia mesmo efetuar-se a compra adicional em mercado local. Relativamente a necessidade extra de géneros, existia também a possibilidade de aquisição em mercado local, desde que a fornecedores devidamente credenciados para fornecer à FND (Estrela, entrevista presencial, 04 de março de 2018). Devido à dificuldade da obtenção de alguns produtos tipicamente portugueses no mercado local e através da empresa *Eclipse*, a FND socorria-se dos voos de sustentação para

⁶² *Eclipse Foodservice International LLC Limited, Surrey, England* (empresa prestadora de serviços).

complementar este aspeto. Este reabastecimento contribuía para o plano de moral e bem-estar, principalmente em épocas festivas de caráter nacional, tais como o Natal e Dia de Portugal (Estrela, *op. cit.*).

6.3.1.2. Classe III

Relativamente ao reabastecimento de artigos de classe III, existiam no Campo *Slim Lines* depósitos com a capacidade total para 220.000 litros de combustível. O Reabastecimento no TO decorria através da NATO *Support and Procurement Agency* (NSPA), coordenado pelo JLSG. A FND não necessitava de autorização de Portugal para a compra do combustível. O combustível era requisitado, a FND procedia à verificação e validação da informação constante na documentação referente à faturação pela execução do serviço. Seguidamente, a FND encaminhava toda a documentação referente a despesas para o CmdLog, que efetuava o pagamento (Estrela, *op. cit.*).

No caso particular de artigos de classe III embalados (por exemplo um lubrificante com determinadas características, ou mesmo um líquido anticongelante), casos em que a responsabilidade de reabastecimento é nacional, a modalidade prioritária para a sua aquisição, era a aquisição no mercado local, uma vez que no TO existiam fornecedores com uma variedade de oferta significativa (Carvalho, entrevista presencial, 02 de março de 2018). A prioridade atribuída a esta modalidade é fundamentada pelo menor custo de aquisição no mercado local, quando comparado com o envio do reabastecimento do TN para o TO. Não se geraram constrangimentos no que refere a esta classe (Estrela, *op. cit.*).

6.3.1.3. Classe V

Relativamente a artigos de classe V, doutrinariamente e de acordo com a PDE 0-42-00 Apoio Administrativo-Logístico aos Elementos e às Forças do Exército em Missão Fora do Território Nacional, as FND aquando da sua projeção para determinado TO, assumem, ou iniciam a missão com uma dotação mínima de 30 DOS. Em casos específicos, como no caso do TO do Kosovo no período abordado, a quantidade de munições em TO era menor que os 30 DOS. Esta variação era justificada, pela Secção de Informações, através da avaliação da ameaça. O facto de a ameaça não se constituir como permanente, ou o seu nível de perigosidade não ser muito elevado, permitiram que a dotação de munições a manter no TO fosse menor que a estipulada doutrinariamente (Carvalho, *op. cit.*).

A dotação estipulada deve ser mantida permanentemente com níveis acima dos 80%, pelo que a diminuição da dotação, através do consumo no emprego

operacional, deve ser registada em autos de consumo de munições efetuados pela força (Carvalho, *op. cit.*). No caso particular de treino, o consumo de munições carece de autorização do CFT, que avalia e autoriza determinadas quantidades, tendo sempre em consideração a percentagem de existências da dotação de munições, com base no limite inferior dos 80%, e, tendo sempre em conta a distância temporal ao próximo período de reabastecimento (Carvalho, *op. cit.*).

O reabastecimento desta classe era ativado, ora por iniciativa da FND, solicitando ao CFT o aumento da DOMun numa tipologia específica de munições, ora por iniciativa do CFT com vista a completar a DOMun quando se verificava que os consumos estavam a aproximar-se dos 80% da dotação em algumas tipologias de munições, explosivos e artificios de fogo (MEAF). O fornecimento e transporte até ao TO, era solicitado pelo CFT ao CmdLog, em virtude de as MEAF serem artigos regulados, seguindo a sua requisição, o Canal de Comando.

6.3.1.4. Classe IX

Relativamente ao reabastecimento de sobressalentes e para fazer face a constrangimentos nesta classe, a Direção de Material e Transportes (DMT) autorizava a existência em TO de uma Lista de Níveis Orgânicos⁶³ (LNO) com uma variedade e quantidade elevados destes artigos. Em caso de necessidade de reabastecimento, a FND endereçava as necessidades, sob a forma de requisição, à DMT (conceito de sistema abastecimento *Pull*). Caso a DMT autorizasse a aquisição desses mesmos artigos em falta no TO, procedia à transferência orçamental para reforçar as dotações da FND (Exército Português, 2013b). A aquisição dos artigos em causa podia ter como origem o apoio de contingentes de outras nacionalidades presentes em TO, no caso de artigos mais específicos e caso esses contingentes utilizassem meios similares aos nossos. Exemplo disto era a aquisição de alguns artigos de fabrico americano (ex. componentes para o Auto-Tanque Combustível M49) através da empresa de fornecimento logístico (KBR⁶⁴) que apoiava o contingente dos Estados Unidos da América (EUA) no TO, sediado no Campo *BondSteel*. Podia ainda recorrer-se ao mercado local para aquisição do sobressalente necessário (no caso, por exemplo de um sobressalente para uma viatura ligeira Toyota) quando existisse uma empresa instalada no mercado local com esse artigo disponível.

Devido às particularidades do TO e dos meios existentes no mesmo não se revelaram dificuldades de maior, tendo sido as necessidades sempre suprimidas (Estrela, 2018).

⁶³ “Conjunto de sobressalentes na posse de uma unidade e destinado a ações de manutenção de unidade” (Exército Português, 2013a, p. 8-5).

⁶⁴ Kellog Brown & Root, Inc, Dallas, EUA.

6.3.2. Manutenção

Nesta função logística a empresa *Eclipse* garantia a manutenção de equipamentos como geradores, aparelhos de ar condicionado, estações de distribuição e purificação de água e estação de tratamento de águas residuais e esgotos. O pagamento desse tipo de manutenções contratualizadas semestralmente com a empresa *Eclipse*, era assegurado mensalmente pela Direção de Aquisições do CmdLog diretamente à sede da empresa (Exército Português, 2013b).

No capítulo das viaturas, este constituía-se um desafio à FND pela variedade de tipologias de plataformas (Figura 4).

No caso da manutenção de viaturas e exceto a manutenção de unidade (nível 1), equacionava-se o custo do reforço de manutenção⁶⁵ e o de uma intervenção no mercado local (exemplo das viaturas ligeiras Toyota). Caso o custo de intervenção e o tempo de reparação efetuada em mercado local fosse menor que os custos associados e o tempo previsto pelo reforço de manutenção, poderia ser autorizado a primeira modalidade. No caso de ser solicitado o reforço de manutenção este era pedido à unidade organizadora, tendo como exemplo a manutenção das viaturas blindadas de rodas VBR PANDUR II, que em caso de necessidade seria solicitado à grande unidade que dispunha desta plataforma, ou seja, a Companhia de Manutenção da Brigada de Intervenção (Carvalho, *op. cit.*).



Figura 4 – Principais plataformas de viaturas existentes no TO do KOSOVO

Fonte: Adaptado a partir de Comando da Logística (1996).

⁶⁵ “Quando uma Unidade de Manutenção executa o seu nível de manutenção no escalão inferior, devido à incapacidade técnica deste” (Exército Português, 2013a, p. 8-7).

Um dos constrangimentos identificados consistia no facto de que, caso a necessidade de intervenção fosse superior ao nível autorizado, mesmo existindo pessoal com formação e munidos dos equipamentos necessários, esta não podia ser realizada, ativando o reforço de manutenção proveniente do TN (Carvalho, *op. cit.*). Uma das soluções encontradas para colmatar este constrangimento, concretamente na especificidade da plataforma VBR PANDUR II, foi a criação um Volante de Prontidão Operacional⁶⁶ (VPO) presente no TO de uma VBR.

No caso particular do TO do Kosovo, devido ao período alargado em que a FND esteve presente no TO, a dinâmica da função logística Manutenção estava bem implementada e correspondia com as necessidades operacionais (Estrela, *op. cit.*).

6.3.3. Serviços

Nesta função logística, tendo em conta que, no âmbito da OTAN, a responsabilidade é nacional, a maioria dos serviços eram garantidos pelo acordo contratual estabelecido com a empresa *Eclipse*.

No que respeita ao serviço de alimentação, este era garantido pelos meios de armazenamento, confeção e pessoal da empresa, complementada com um reforço dos quadros orgânicos da força de forma a auxiliar o serviço de confeção e distribuição. Esta opção de reforço de pessoal assumia preponderância na confeção de refeições tipicamente portuguesas e na utilização das cozinhas de campanha que não podiam ser operadas pelo pessoal da *Eclipse*, sendo da responsabilidade desta o reabastecimento dos artigos de classe I.

Quanto ao serviço de banhos, saneamento, tratamento de água e recolha de óleos e lixo, estes eram garantidos pelo contrato com a empresa *Eclipse*, não existindo no caso do serviço de banhos, uma alternativa operacional (banhos de campanha) prevista (Carvalho, *op. cit.*).

No que concerne ao serviço de lavandaria, este era garantido pela empresa *Eclipse* através de pessoal próprio e da subcontratação de outra empresa especializada nesta matéria, com equipamentos apropriados para o efeito.

O serviço de eletricidade era contratualizado no TO, sendo a FND responsável pelo pagamento direto à empresa fornecedora, através de dotação orçamentada e atribuída à mesma (Exército Português, 2013b).

Quanto ao serviço de cantina, este era da responsabilidade nacional, sendo o processo de aquisição dos bens realizada no mercado local ou reabastecidos pelo TN através de voo de sustentação.

⁶⁶ “Lista de artigos completos principais, considerados essenciais para o cumprimento da missão e significativos em termos de manutenção, estabelecida para além dos quantitativos orgânicos.” (Exército Português, 2013a).

No que respeita ao serviço de mão-de-obra, este existia numa modalidade mista. Tomando como exemplo o pessoal com a função de limpeza e manutenção do campo *Slim Lines*, este era garantido pela *Eclipse*; enquanto que o pessoal para realizar outras funções específicas (exemplo: empregados de bar) era contratado diretamente pela FND no mercado de trabalho local e sujeito a processos de credenciação.

6.3.4. Síntese Conclusiva

Após a análise das três funções logísticas, tendo em consideração o período de permanência do Exército Português no TO do Kosovo e os planos logísticos superiormente implementados, podemos concluir que o modelo de apoio logístico estava bem definido e articulado, garantindo um fluxo de apoio dinâmico e que em muito contribuía para o cumprimento da missão operacional. O facto de esta FND estar inserida na OTAN proporcionou uma variedade de soluções logísticas a adotar, facilitando todo o processo de ligação, bem como a implementação de sinergias com nações e entidades parceiras.

Depois de analisadas estas três funções logísticas, tendo em conta a distância entre o TO e TN e as soluções encontradas em TO, podemos concluir que o apoio logístico no TO da Kosovo era uma tarefa que exigia um planeamento atempado e em simbiose com os acordos realizados, garantindo uma disponibilidade de soluções à FND, libertando o canal logístico nacional de empenhamentos inopinados.

Ao longo do tempo, fruto das lições aprendidas, das soluções proporcionadas e das características do TO, o apoio nacional através de voos de sustentação reduziu substancialmente, reduzindo a necessidade de uma estrutura robusta no apoio à FND, ao mesmo tempo que esta mantinha um nível de operacionalidade elevada.

6.4. O APOIO LOGÍSTICO DAS FND NO TO DA RCA

Este capítulo descreve o apoio logístico realizado para a sustentação das primeiras FND na Missão Integrada Multidimensional de Estabilização das Nações Unida na República Centro-Africana (MINUSCA), no TO da RCA (United Nations, 2018), salientando-se que este dista do TN cerca de 4.700 km (Figura 5), demorando aproximadamente 36 horas em Transporte Aéreo Militar (Santos, 2018).



Figura 5 – Distância Lisboa - Bangui
 Fonte: Adaptado de *Google Maps* (2018a).

No sentido de conseguir uma visão fundada na experiência, foram realizadas entrevistas a militares empenhados na sustentação da FND, nomeadamente aos Oficiais de Logística das Forças e aos responsáveis do CmdLog e CFT em TN. Para tal, foram abordadas as funções logísticas a que este estudo se circunscreve no sentido de compreender o funcionamento do apoio logístico prestado na sustentação aos 160 militares⁶⁷ desta Força.

6.4.1. Reabastecimento

6.4.1.1. Classe I

O reabastecimento de artigos da classe I, sendo da responsabilidade da ONU, pode ser realizado de duas formas diferentes. Através da aquisição no mercado local ou através do reabastecimento a partir do TN (Carvalho, *op. cit.*; Ferreira, entrevista presencial, 11 de abril de 2018).

⁶⁷ São 159 militares da FND mais um END, perfazendo um total de 160 militares na RCA (Carvalho, *op. cit.*; Santos, 2018).

A requisição da alimentação é efetuada à *Ration Unit*⁶⁸ com uma antecedência de 90 dias. O fornecimento de sete DOS é efetuado semanalmente no Órgão pela empresa *EcoLog*, contratada pela ONU, sendo fornecidos os géneros frescos, secos e congelados (Carvalho, 2017; Ferreira, *op. cit.*).

Nalguns géneros, nomeadamente os da classe I-C, RC, dada a necessidade de manter em TO 14 DOS, e pelo facto de estas não se adaptarem à tipologia de alimentação portuguesa, mostrou-se necessário a existência de um reabastecimento a partir do TN, sendo utilizados os voos de sustentação. O fluxo de reabastecimento destes artigos materializa-se através da elaboração de uma Manifestação de Necessidades à Secção de Reabastecimento de Artigos da classe I, da DMT (Figura 3) que, por sua vez, dá ordem de fornecimento à UAGME (Enes, entrevista presencial, 22 de abril de 2018).

Tal como os restantes artigos da classe I, o fornecimento de água, classe I-W, é da responsabilidade da ONU, sendo fornecida água engarrafada às Unidades, entregue nos locais definidos dentro do TO. Caso se verifiquem necessidades suplementares, estas são colmatadas através da aquisição por parte da Força no mercado local. Tendo em conta o clima do TO, tem-se verificado a aquisição de água engarrafada no mercado local, dispondo a Força para tal de autonomia financeira para a aquisição a fornecedores locais, de água e géneros, frescos, secos e congelados (Carvalho, 2017; Carvalho, *op. cit.*).

O funcionamento do fluxo de reabastecimento de artigos da classe I foi, numa fase inicial, sujeito a alguns constrangimentos, tendo em conta a escassez de artigos no mercado local, a qualidade dos mesmos e ainda a morosidade do transporte, nos casos de reabastecimento a partir do TN. No entanto, com o decorrer do tempo e a adaptação do sistema, este fluxo passou a funcionar em pleno (Ferreira, *op. cit.*).

6.4.1.2. Classe III

A responsabilidade de reabastecimento dos artigos da classe III, é dividida entre a ONU, Combustíveis – classe III-G, e Portugal, Lubrificantes – classe III-E (Carvalho, 2017).

Os Combustíveis a granel, classe III-G, são fornecidos pela ONU, sendo o reabastecimento realizado de duas formas (Ferreira, *op. cit.*):

- no Órgão, para viaturas;
- na Unidade, para os equipamentos fixos ou equivalentes, através da *Fuel Unit* (Santos, 2018).

⁶⁸ Entidade da ONU responsável pelo reabastecimento da Classe I.

No caso dos Combustíveis embalados, a classe III-E, a responsabilidade de reabastecimento é nacional, sendo que os óleos e lubrificantes são projetados do TN para o TO (Carvalho, 2017). O reabastecimento destes artigos é efetuado pela DMT. Para tal é manifestada a necessidade à Secção de Reabastecimento da classe III, que posteriormente dá ordem de fornecimento à UAGME (Figura 3). Determinados artigos desta classe, dada a sua perigosidade, necessitam de autorização para transporte, de uma manifestação antecipada da intenção de transportar os mesmos em determinado voo e ainda de acomodação especial durante o transporte, o que leva a que o planeamento deste tipo de transporte careça de maior antecipação (Enes, *op. cit.*).

Este processo de reabastecimento, apresentou algumas dificuldades iniciais (Ferreira, *op. cit.*), sendo que com o tempo e com os ajustes realizados, atualmente, encontra-se a funcionar sem constrangimentos.

6.4.1.3. Classe V

O reabastecimento de artigos desta classe é responsabilidade nacional. De forma a cumprir as exigências da ONU, a primeira FND foi dotada logisticamente a 100% (Ferreira, *op. cit.*). No entanto, as limitações de NEQ⁶⁹ do campo *MPoko* não permitem o armazenamento de toda a DOMun da Força portuguesa, pelo que as FND seguintes passaram a iniciar a missão não com a totalidade da DOMun, mas apenas com uma parte desta, superior a 80% (Carvalho, *op. cit.*; Enes, *op. cit.*).

Para que a DOMun seja mantida acima dos 80%, o reabastecimento é realizado tendo em consideração os Autos de Consumo de Munições da Força, decorrentes de consumos em contexto operacional ou de treino. O consumo de munições em ações de treino carece de autorização do CFT, que considerando a percentagem de existências da DOMun, autoriza ou não o seu consumo (Carvalho, *op. cit.*; Exército Português, 2013c; Exército Português, 2015).

O reabastecimento da classe V é efetuado com base na quantidade de MEAF estimada pelo CFT no âmbito do seu planeamento anual de munições (Carvalho, 2017). Caso se verifiquem como sendo insuficientes podem ser somadas novas necessidades, decorrentes das questões do foro operacional da FND. As granadas do tipo “*flash-bang*” são um exemplo de uma necessidade que não se encontrava prevista nas estimativas do CFT, particularmente por não se encontrarem no Sistema Logístico do Exército. Para fazer face a esta necessidade imediata, foram cedidas pela Força Aérea Portuguesa estes artigos, sendo posteriormente repostos pelo Exército (Carvalho, *op. cit.*).

⁶⁹ NEQ - Net Explosive Quantity.

Em termos processuais, o reabastecimento pode iniciar-se de duas formas (Carvalho, *op. cit.*):

- Por iniciativa da FND, solicitando ao CFT o aumento da DOMun numa tipologia específica de munições. Por sua vez o CFT desencadeia o processo com o CmdLog;
- Por iniciativa do CFT, com o objetivo de completar a DOMun quando se verifica que os consumos estão a aproximar dos 80% da DOMun em algumas tipologias de MEAF. A preocupação em manter a DOMun acima dos 80% decorre da conjugação da avaliação da ameaça no TO e da distância entre o TN e o TO, procurando garantir a não ocorrência de falhas neste tipo de artigos que comprometam o desempenho operacional.

Tendo em conta a distância entre o TN e o TO, superior a 4.700 km, com 36h de voo em Transporte Aéreo Militar (Santos, 2018), a necessidade de várias autorizações para este tipo de transporte, questões no âmbito da segurança e ainda questões aduaneiras, este processo reveste-se de particular burocracia e consequente morosidade (Enes, *op. cit.*).

6.4.1.4. Classe IX

Os artigos referentes a esta classe são os que representam maior volume no âmbito do reabastecimento do TN para o TO, quer porque na RCA o mercado local não dá resposta às necessidades, quer porque as condições do próprio TO potenciam um elevado consumo dos artigos desta classe (Enes, *op. cit.*).

As manifestações de necessidades destes artigos são elaboradas pelo Módulo de Manutenção, sendo remetidas pelo Oficial de Logística da Força à DMT (Figura 3). A DMT verifica a disponibilidade dos artigos na UAGME e, caso se encontrem disponíveis, ordena o fornecimento. Caso não estejam disponíveis, dá início a um processo de aquisição, se assim se justificar. Posteriormente, os artigos são fornecidos à FND e projetados para TO em voos de sustentação (Ferreira, *op. cit.*).

No período inicial existiram muitas dificuldades no reabastecimento desta classe, agravado pelo facto dos 30 DOS definidos na doutrina, não terem sido suficientes para manter o bom funcionamento da manutenção (Ferreira, *op. cit.*). Tendo em conta que a missão se iniciou com níveis reduzidos de LNO e que a FND só teve o primeiro voo de sustentação passados seis meses, atingiu-se mesmo uma situação de entrada em níveis de rotura de *stock*. Assim, verificou-se a necessidade de ajustar a LNO nas missões seguintes e de se encontrar definida a periodicidade dos voos de sustentação (Carvalho, *op. cit.*). Após estas correções, foram até janeiro de 2018 realizados seis voos de sustentação, com cerca de 100 toneladas de carga (Martins, entrevista presencial, 18 de fevereiro de 2018; Santos, 2018) maioritariamente constituída por artigos da classe IX (Enes, *op. cit.*).

6.4.2. Manutenção

A função logística Manutenção, tendo em conta o Sistema *Wet Lease* definido no MoU, é da responsabilidade nacional (United Nations, 2015; United Nations, 2017b; United Nations, 2018).

No TO, a execução desta função logística é da responsabilidade do Módulo de Manutenção em Apoio Direto à FND (Carvalho, 2017; Ferreira, *op. cit.*). Caso a necessidade de manutenção ultrapasse a capacidade deste módulo, pode ser solicitado ao CmdLog o envio de Equipas de Contacto para reparações com prazo estimado superior a 14 dias (Exército Português, 2013c), podendo os equipamentos ser enviados para TN para manutenção de nível apropriado (Carvalho, 2017). Nos casos em que ocorre a necessidade de evacuação, os equipamentos serão substituídos. Esta substituição ocorre depois de autorizada pela DMT. Todavia, até março de 2018, não houve necessidade de reforço de manutenção (Carvalho, *op. cit.*).

Devido à falta de sobressalentes em TO, numa fase inicial e após autorização do CmdLog, recorreu-se à canibalização, por forma a tentar manter os equipamentos na máxima operacionalidade (Ferreira, *op. cit.*).

Devido à condição de uso de grande parte dos equipamentos, já utilizados noutros TO, associado à fraca qualidade dos combustíveis disponibilizados (Santos, 2018), às condições meteorológicas adversas e às difíceis condições do terreno, decorreu num aumento do volume de trabalho em termos do emprego do Módulo de Manutenção. Destaca-se que as condições anteriormente referidas potenciam as avarias e os danos nos equipamentos, sendo que quando ocorrem operações destacadas da base de *M'Poko* não existem condições para proceder às necessárias reparações (Enes, *op. cit.*), tendo em conta a inexistência de uma viatura-oficina capaz de acompanhar a mobilidade das Unidades destacadas.

Uma possível solução para mitigar estas dificuldades, seria equipar a FND com viaturas e equipamentos novos, ou mais recentes e mais aptos para este TO e, ainda, recorrer a um pré posicionamento de uma robusta LNO de sobressalentes para a tipologia de viaturas e equipamentos empregues no TO, que permitisse dar uma resposta atempada a todas as situações com que a função logística Manutenção se depara (Enes, *op. cit.*).

6.4.3. Serviços

A FND encontra-se aquartelada na base/campo *M'Poko*, cedido pela ONU. Numa fase inicial foi necessária a realização de trabalhos de pré-preparação de todas as infraestruturas, quer para alojamento, quer para locais de trabalho, tais como infraestruturas de saneamento, alojamentos, instalações sanitárias, entre

outros, para a vida e o bem-estar dos militares (Exército Português, 2015), pois na RCA nada ou pouco existia (Martins, *op. cit.*). Após o término da participação portuguesa nesta missão, está previsto que este material relativo a instalações fique na RCA, sendo Portugal ressarcido dos valores investidos (Carvalho, *op. cit.*; United Nations, 2018).

A FND goza de autonomia no que respeita a alguns serviços, tais como banhos, alimentação e fabrico de pão, lavandaria e *Explosive Ordnance Disposal* (EOD). Para tal, estão disponíveis contentores de rodas que vieram do TN (Carvalho, 2017).

Contudo, existem serviços em que a FND se encontra dependente de fornecedores externos. São casos o serviço de internet, que é da responsabilidade nacional e que é contratada no mercado local, a contratação de mão-de-obra civil para a lavandaria, as cozinhas e as limpezas. O serviço de cantina é assegurado na base através das forças francesas (Carvalho, *op. cit.*). A ONU garante a purificação de água e a energia elétrica na base (Carvalho, 2017).

Fora do Campo, durante as operações em Zonas de Ação afastadas e com alguns dias de duração e, tendo em conta as características dos equipamentos disponíveis, há dificuldades em garantir serviços, nomeadamente ao nível do alojamento, lavandaria, banhos e latrinas (Enes, *op. cit.*).

Atualmente, a dinâmica/fluxo desta função logística entre o TN e o TO pode resumir-se ao fornecimento de equipamentos que contribuem para operacionalizar esta função logística. Todas as atividades referentes aos serviços são conduzidas em TO com recurso a equipamentos já presentes no TO (Carvalho, *op. cit.*; Santos, 2018). Não se encontra ainda implementado o serviço postal (Ferreira, *op. cit.*).

Uma forma de melhorar a função logística Serviços passa pelo recurso a equipamentos mais robustos e próprios para este tipo de terreno e condições atmosféricas, de forma a poder garantir os serviços dentro e fora da base (Enes, *op. cit.*).

6.4.4. Síntese Conclusiva

Depois de analisadas estas três funções logísticas, tendo em conta a distância e o tempo de voo entre o TO e o TN, pode-se, em termos de apoio logístico, referir que similarmente ao TO do Kosovo, este se encontra definido e articulado, garantido um apoio constante e eficiente que permite o cumprimento de todas as missões operacionais. Relativamente ao como funciona o apoio logístico utilizado no TO da RCA, pode-se concluir que este é uma tarefa de elevada exigência e que numa fase inicial da participação portuguesa revestiu-se de particular dificuldade, tendo em conta as dificuldades inerentes às condições físicas e meteorológicas da

RCA, conjugadas com uma atividade operacional constante, intensa e com grandes necessidades de Apoio Logístico a longa distância do TN.

As lições aprendidas têm levado a optar por um apoio logístico mais robusto, uma maior antecedência no planeamento, um reforço da coordenação entre a logística e a manobra, em particular na definição de prioridades e sinergias (Santos, 2018). Estas adaptações tornam a FND capaz de operar numa ótica de economia de meios e custos, proporcionando melhores condições a todos os militares que constituem a força, e garantido o cumprimento de todas as missões atribuídas.

6.5. ANÁLISE DOS MODELOS DE APOIO LOGÍSTICO

6.5.1. Reabastecimento

6.5.1.1. Classe I

A responsabilidade pelo reabastecimento de artigos desta classe é nacional para missões no âmbito da OTAN e da ONU no caso das missões destas organizações.

No TO do Kosovo era contratada por Portugal uma empresa prestadora de serviços responsável pelo reabastecimento de todos os artigos da Classe I, exceto RC. Para tudo o que ultrapassasse a capitação contratada, quer por motivos operacionais, quer por motivos de moral e bem-estar, existia a possibilidade de aquisição no mercado local ou reabastecimento através dos voos de sustentação.

Relativamente ao TO da RCA, a ONU reabastece no órgão, através de uma empresa, contratada pela ONU, sete DOS semanalmente, incluindo RC, de acordo com as requisições efetuadas pela Força à *Ration Unit*. Para artigos que ultrapassem a capitação atribuída ou sejam necessários para complementar uma alimentação tipicamente portuguesa, existe a possibilidade de aquisição no mercado local ou reabastecimento através dos voos de sustentação.

6.5.1.2. Classe III

A responsabilidade pelo reabastecimento de artigos desta classe é nacional para missões OTAN e no caso da ONU, é uma responsabilidade desta organização para artigos da Classe III-G e responsabilidade nacional para a Classe III-E.

No TO do Kosovo o reabastecimento da Classe III-G era garantido pela NSPA, em coordenação com o JLSG, cabendo a Portugal o ressarcimento das despesas, sendo que o reabastecimento era realizado na unidade. Quanto à Classe III-E, estes artigos poderiam ser adquiridos no mercado local, após autorização do CmdLog, ou reabastecidos através de voos de sustentação.

Para o TO da RCA, o reabastecimento da Classe III-G, é garantido pela *Fuel Unit* da ONU, sendo para o caso das viaturas, reabastecimento no órgão e para o caso dos equipamentos principais reabastecimento na unidade. No caso dos artigos da Classe III-E, são reabastecidos através dos voos de sustentação.

6.5.1.3. Classe V

A responsabilidade pelo reabastecimento de artigos desta classe é responsabilidade nacional.

No TO do Kosovo, tendo em conta a intensidade do conflito, a dotação de munições existente e ainda a maior proximidade com o TN, tornava este fluxo menos exigente.

Relativamente à RCA, a situação é consideravelmente mais complexa. Aliado a uma maior distância ao TN, um conflito de maior intensidade, com elevado empenhamento operacional e respetivo consumo de munições, leva a que este fluxo de reabastecimento enfrente maiores desafios. Ao nível do planeamento, com a necessidade de garantir prontidão de *stocks* em TN e, ao nível do transporte, com toda a morosidade e burocracia associada.

6.5.1.4. Classe IX

A responsabilidade pelo reabastecimento de artigos desta classe é responsabilidade nacional.

No TO do Kosovo, o reabastecimento era realizado em diversas modalidades. A modalidade prioritária recorria ao mercado local, particularmente aos agentes autorizados das diferentes marcas de veículos ou equipamentos. Outra solução utilizada, adequada à doutrina OTAN, eram as soluções bilaterais utilizando os fluxos de reabastecimento de outras forças presentes no TO. Em último caso, nomeadamente para viaturas ou equipamentos mais específicos, tais como as VBR PANDUR II, o reabastecimento era realizado através dos voos de sustentação.

Quanto ao TO da RCA, este reabastecimento é realizado através dos voos de sustentação. Este reabastecimento reveste-se de particular complexidade, dada a elevada quantidade de artigos necessários, decorrente da exigência das condições físicas e meteorológicas do teatro, bem como do nível de intensidade do conflito e tipologia de operação.

6.5.2. Manutenção

A responsabilidade por esta função logística é nacional para ambas as organizações, tendo em conta que o MoU relativo à FND MINUSCA prevê um sistema de *Wet Lease*.

No TO do Kosovo, existiam duas modalidades diferentes de manutenção, para diferentes tipologias de equipamento. No caso da manutenção de equipamentos de quente e frio, geradores, etc., era realizada pela empresa *Eclipse*, contratada por Portugal, sendo ressarcida pelos serviços prestados. Para as viaturas, a manutenção nível 1 era garantida por elementos da força, em níveis superiores poderia existir um reforço de manutenção ou intervenção no mercado local, após autorização proveniente do TN, sendo esta a modalidade mais utilizada.

Relativamente ao TO da RCA, a manutenção é realizada pela força, através do módulo de manutenção. Quando o nível de manutenção necessário ultrapassa a capacidade deste módulo ou o tempo previsto de reparação for superior a 14 dias, pode ser solicitado o reforço de manutenção ou a evacuação do equipamento/viatura.

6.5.3. Serviços

A responsabilidade sobre esta função logística no caso da OTAN é nacional. No entanto, na ONU, esta varia tendo em conta as diferentes tipologias de serviços.

Face à variedade de serviços abordados nos capítulos anteriores e as diferentes modalidades existentes nos dois TO, sistematizou-se a informação na Quadro 2.

Quadro 2 – Responsabilidades ao nível da FL Serviços

Serviço	TO Kosovo	TO RCA
Alimentação	Contratualizado à empresa <i>Eclipse</i>	Responsabilidade da Força
Banhos	Responsabilidade da Força / manutenção através da empresa <i>Eclipse</i>	Responsabilidade da Força
Lavandaria	Contratualizado à empresa <i>Eclipse</i>	Responsabilidade da Força
Cantina	Adquirido pela Força em TO ou reabastecido através de TN	Prestado pelas Forças Francesas
Mão de Obra	Misto entre <i>Eclipse</i> e contratação local pela Força	Responsabilidade da Força

6.6. CONCLUSÕES

Este trabalho de investigação teve por objetivo compreender o sistema de apoio logístico de uma FND, tendo como estudo de caso a sustentação das FND projetadas para o TO do Kosovo, no âmbito da OTAN, e da RCA, no âmbito da ONU.

Podemos afirmar que, para o caso da FND do Kosovo, a estrutura de apoio estava claramente definida, verificando-se a existência de planos, validados pelas várias FND que passaram neste TO. O facto de ser uma missão inserida na OTAN

também contribui significativamente para a eficácia de todo o sistema de apoio logístico, tendo em conta a disponibilidade de soluções logísticas garantidas pela Aliança. Contudo, estas modalidades requeriam um estudo e uma análise cuidada ao nível do Exército, no sentido de garantir que as soluções de apoio utilizadas eram as que tornavam o sistema mais eficiente, particularmente no referente aos encargos para o país.

Relativamente ao caso da FND da RCA, a situação reveste-se de uma maior complexidade tendo em conta as especificidades do TO, em particular da exigência ao nível do desgaste dos equipamentos e dos consumos de munições. O fato desta missão ter ainda pouco tempo de duração, leva a que ainda não existam planos específicos para o apoio logístico da mesma, constatando-se ainda que o MoU ainda não foi ratificado pelas partes, contribuindo para uma maior necessidade de empenho do canal logístico nacional, em particular, para fazer face a situações inopinadas. Este esforço acrescido afeta diretamente a estrutura com responsabilidades logísticas a nível nacional.

No modelo de apoio logístico da ONU, com a exceção do Reabastecimento de artigos da Classe I e III-G e de alguns Serviços, tudo o resto deve ser garantido por Portugal. A escassez de infraestruturas, de serviços, de recursos e ainda de outras entidades internacionais na RCA, leva a que seja necessário um esforço considerável da estrutura logística do Exército, no sentido de proporcionar as condições necessárias ao cumprimento das missões atribuídas à FND. Este esforço é particularmente relevante ao nível da função logística Reabastecimento, nas Classes V e IX, atendendo à necessidade de transportar tudo por via aérea a partir do TN, sendo solicitadas elevadas quantidades destes artigos e ao nível da função logística Manutenção, pois o terreno e a intensidade do conflito provocam elevado desgaste nos equipamentos, em particular nas viaturas táticas, o que exige particular empenho do Módulo de Manutenção e das estruturas de apoio em TN.

Face ao exposto, pode-se afirmar que os modelos de apoio logístico são diferentes entre a OTAN e a ONU. No primeiro caso, a responsabilidade é totalmente nacional, mas por norma a OTAN dispõe de uma infraestrutura e serviços de apoio que garantem uma diversidade de soluções passíveis de serem utilizadas pelos países. No segundo caso, apesar de algumas responsabilidades serem assumidas pela ONU, verifica-se que nem sempre são disponibilizadas infraestruturas de apoio, o que leva a que as TCN sejam obrigadas a garantir por meios nacionais todo o apoio logístico não garantido pela ONU. Como será compreensível, o nível de apoio prestado pela Organização Internacional em que a missão se insere varia de acordo com as especificidades e localização do TO e, também, com o fator de há quanto tempo a missão se iniciou.

Assim sendo, conclui-se que determinadas ações podem vir a permitir ganhos de eficiência ao nível do apoio logístico a uma FND, sendo estas:

- Garantir a existência de *stocks* de artigos Classe IX em TN ou numa localização mais próxima de determinado TO, por forma a minimizar os tempos de espera entre a manifestação da necessidade e o fornecimento do artigo;

- Agilizar o processo de disponibilização de MEAF mais específicos, que não sendo por norma utilizados em treino/operações, se revelem necessários para determinado TO;

- Assegurar, dentro das possibilidades do Exército, que os equipamentos e viaturas enviados para um TO sejam os mais adequados possíveis às condições do mesmo e que não apresentem um nível de utilização/desgaste elevado, de forma a minimizar as necessidades de Manutenção;

- Minimizar a diversidade de viaturas utilizadas num TO, de forma a reduzir as necessidades de artigos Classe IX e de pessoal da área da manutenção específico;

- Flexibilizar a constituição em termos de efetivo dos Módulos de Manutenção associados a uma FND, de forma a que estes possam ser redimensionados, antes ou durante o período da missão, de forma a conseguir dar resposta às eventuais possíveis necessidades de manutenção superiores ao previsto, quer em volume de trabalhos quer em especificidade;

- Maximizar a cooperação e coordenação com a Força Aérea Portuguesa, de forma a garantir a realização regular de voos de sustentação que façam face às necessidades da FND.

A análise deste tema foi por questões relacionadas com limitações ao tempo e extensão do trabalho restrita a apenas três funções logísticas. Ainda assim, contribuiu para a identificação de algumas áreas passíveis de melhoramentos ao nível da eficiência. No entanto, destaca-se a excelência do Apoio Logístico do Exército que, com grande esforço e dedicação, consegue garantir o funcionamento das FND, dentro dos mais altos padrões a nível internacional.

No futuro, este tema poderá ser novamente abordado, sendo o seu espetro alargado a todas as funções logísticas e ainda a uma análise comparativa ao nível dos custos monetários associados à participação de uma FND no âmbito da OTAN e da ONU.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carvalho, M. J. (2017). *O apoio logístico à componente operacional*. Lisboa: s.n.
- Comando da Logística (1996). *Fichas de Material*. Lisboa: s.n.
- Exército Português (2013a). *PDE 4-00 Logística*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército Português (2013b). *Plano Administrativo-Logístico “EDREV2”*. Oeiras: s.n.
- Exército Português (2013c). *Plano Administrativo-Logístico “Operacional”, Apoio a Elementos e Forças Nacionais Destacadas (FND) do Exército*. s.l.: Comando das Forças Terrestres.
- Exército Português (2015). *PDE 0-42-00 Apoio Administrativo logístico aos Elementos e às Forças do Exército em missão fora do Território Nacional*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Google Maps (2018a). *Google Maps*. [Página Online] Retirado de <https://www.google.com/maps/@18.513625,6.7755814,4.35z>
- Google Maps (2018b). *Google Maps*. [Página Online] Retirado de <https://www.google.com/maps/@47.8812383,5.8627135,4.83z>
- Leslie, M. D. (2005). *Operational Logistical Support of UN Peacekeeping Missions: Intermediate Logistics Course*. Nova Iorque: UNITAR.
- NATO (2017). *AJP-4 (B) (RD) ALLIED JOINT DOCTRINE FOR LOGISTICS*. s.l.:s.n.
- Ramalho, J. P., 2009. O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO. *Nação e Defesa*, pp. 63-80.
- Santos, M. M. (2018). *Apoio Logístico na República Centro-Africana*. Lisboa: s.n.
- Silveira, J. (2018). *Aula Logística das Organizações Internacionais-Logística NATO, Conceitos e Princípios*. Lisboa: s.n.
- United Nations (2015). *United Nations Peacekeeping Missions Military Logistics Unit Manual*. s.l.:United Nations.
- United Nations (2017a). *Manual on Policies and Procedures concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions*. s.l.:s.n.
- United Nations (2017b). *Manual on Policies and Procedures concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions*. s.l., General Assembly.
- United Nations (2018). *Memorandum of Understanding between the United Nations and the Government of Portugal - draft*, New York: s.n.

